GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência Econômico-Financeira

Gerência de Contabilidade e Tributos

Nota Técnica N.º 4/2020 - METRO-DF/DFC/SEF/FGCTR

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2020.

PROCESSO Nº 00097-00016743/2020-31

INTERESSADO: Diretoria Financeira e Comercial – DFC do METRÔ/DF

ASSUNTO: Avaliação da proposta e habilitação técnica apresentada pela licitante TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S (52851355, 52852300 e 52852523), em face ao Pregão Eletrônico nº 20/2020.

Análise da Proposta e Documentação Técnica de empresa para a prestação de serviços de auditoria independente com execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), relativas aos exercícios sociais de 2020 e 2021, bem como outros serviços correlatos previstos no Termo de Referência (49554306).

I - **RELATÓRIO**

II - Trata-se de procedimento administrativo encaminhado a esta Gerência de Contabilidade e Tributos - FGCTR, por meio do Despacho - METRO-DF/DFC/FGE (52858917), que remete ao Despacho - METRO-DF/DAD/SLC/AGLIC (52852756), para fins de avaliação da proposta e habilitação técnica apresentada pela licitante **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S** (52851355, 52852300 e 52852523), em face ao Pregão Eletrônico nº 20/2020.

III - É o breve relato.

1. **DA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

1.1. Através do comunicado da Gerência de Licitações, enviada em 17/12/2020 (52852756), identificamos a seguinte licitante:

Dados	Licitante
Razão Social:	**TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**
CNPJ:	20.840.718/0001-01 (página 37 do SEI 52851355)
Atividade Principal (com CNAE)	Atividades de Consultoria e auditoria contábil e tributária (69.20-6-02)
UF:	SP
Município:	São Paulo

Tabela 01

1.2. **Conclusão:**

1.2.1. A atividade da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 1.1, visto se tratar de empresa de auditoria.

2. **DOS ATESTADOS OU DOCUMENTOS COMPROVATÓRIOS DE AUDITORIA**

2.1. Por meio dos atestados de capacidade técnica apresentados pela Licitante, é possível extrair as seguintes informações:

Documento	Equipe Técnica Participante	Atendeu? (Sim ou Não)
1) Atestado de Capacidade Técnica **Total** emitido em 01/04/2019 pela CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CNPJ: 62.463.005/0001-08), referente os **serviços de auditoria independente** de exame das Demonstrações Contábeis e etc. Referente o exercício de 2018, 2017, 2016, 2015	Aderbal Alfonso Hoppe - CRC 1SC020036/O-8-T-SP Andreos Henrique Kuroki - CRC 1SP2 05741/O-3	Não

(comparativamente com 2014). Com **ativo de R$ 280.019 milhões**. **Ressalva:** atividade não pertinente (abastecimento de produtos hortícolas) e ativos não compatível com o TR. **Onde:** página 67 a 70 do SEI 52851355 **Diligência Externa:** **Em consulta ao site da CEAGESP foi obtido as DFs publicadas, ao qual foi possível comprovar que a Licitante prestou os serviços de auditoria nas DFs do exercício de 2018 (SEI 53013687)**	**Valeria Oliveira dos Santos - CRC ~~1SP253976/0-9~~** **Jessica Coladello - CRC 1SP3 29607/O-4**	
2) Atestado de Capacidade Técnica **Parcial** emitido em 22/03/2019 pela SANASA - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - CAMPINAS (CNPJ: 46.119.855/0001-37), referente os **serviços de auditoria independente** de exame das Demonstrações Contábeis e etc. Referente o exercício de 2018 (comparativamente com 2017). Com **ativo de R$ 1.320.748 milhões**. **Nota:** Atenta-se que a vigência do contrato foi de 26/02/2018 à 26/08/2019 e sendo assim o atestado **parcial** possui 389 dias frente aos 546 de execução. Visto que esta análise foi realizada ao final de 2020, qual seria o motivo da Licitante não solicitar, não se encontra nos autos, à SANASA um atestado de execução total. **Onde:** página 71 a 78 do SEI 52851355 **Diligência Externa:** **Em consulta ao site da SANASA foi obtido as DFs publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ao qual foi possível comprovar que a Licitante prestou por completo os serviços de auditoria nas DFs do exercício de 2018 (SEI 53013952)**	**Aderbal Alfonso Hoppe - CRC 1SC020036/O-8** Leopold Koenig- CRC 1SC023681/O-0 **Valeria Oliveria dos Santos - CRC 1SP253976/O-9** Ricardo Massera - CRC 1PR066333/O-2 Iana de Oliveira Leite - CRC 1MG092959/O-0 Marli da Costa Moreira - CRC 1SP 233542/O-1 **Jéssica Coladello - CRC 1SP 329607/O-4** Celso Roberto Hinkeldey - CRC 1SC019816/O-6 Izabel Cristina Duque Lourenço Sgambati- CRC 1SP224313/O-4 Luis Carlos de Souza- CRC 1SC021585/O-4 João Ricardo Lopes Azevedo - CRC 1PR 058383/O-0 Adriano de Alcantara- CRC 1SC021913/O-7 Paula de Santana Untura - CRC 1SP328753/O-8 Luiz Olavo Costa Siqueira - CRC 1DF027893/O-1	**Sim**
3) Atestado de Capacidade Técnica **Total** emitido em 15/06/2018 pela TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS (CNPJ: 00.336.701/0001-04), referente os **serviços de auditoria independente** de exame das Demonstrações Contábeis e etc. Referente o exercício de 2017 (comparativamente com 2016). Com **ativo de R$ 3.425.226 milhões**. **Onde:** página 79 e 80 do SEI 52851355 **Diligência Externa:** **Em consulta ao site da TELEBRAS foi obtido as DFs publicadas, ao qual foi possível comprovar que a Licitante prestou os serviços de auditoria nas DFs do exercício de 2017 (SEI 53014012)**	**Aderbal Alfonso Hoppe - CRC 1SC020036/O-8-S-DF** Izabel Cristina Duque Lourenço - CRC 1SP224213/O-4-S-DF	**Sim**
4) Atestado de Capacidade Técnica **Total** emitido em 02/08/2018 pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (**CNPJ: 42.150.664/0013-10**), referente os **serviços de auditoria independente** de exame das Demonstrações Contábeis e etc. Referente o exercício de 2017 (comparativamente com 2016). Com **ativo de R$ 17.561.661 milhões**. **Nota:** Atestado não está em papel timbrado da VALEC, portanto não atendeu a exigência formal. **Onde:** página 81 e 82 do SEI 52851355 **Diligência Externa:** **Em consulta ao site da VALEC foi obtido as DFs publicadas, ao qual foi possível comprovar que a Licitante prestou os serviços**	**Aderbal Alfonso Hoppe (Sócio) - CRC 1SC020036/O-8-S-DF** Andreos Henrique Kuroki (Sócio) - CRC 1SP205741/O-3-S-DF Izabel Cristina Duque Lourenço (Gerente) - CRC 1SP 224213/O-4-S-DF Celso Roberto Hinkeldey (Sócio) - CRC 1SC019816/O-6-5-DF Adriano de Alcantara (Sócio) - CRC 1SC021913/O-7-S-DF	**Sim**

de auditoria nas DFs do exercício de 2017 (SEI 53014055)	Luis Carlos de Souza (Sócio) - CRC 1SC021585/O-4-S-DF	
5) Atestado de Capacidade Técnica **Total/Parcial** emitido em 10/01/2019 pela IGUAÇU CAARATINGA ENERGIA LTDA (CNPJ: 10.445.535/0001-20), referente os **serviços de auditoria independente** de exame das Demonstrações Contábeis e etc. Referente o exercício de 2017, 2016, 2015, 2014, 2013 (total) e 2018 (parcial). Com **ativo de R$ 28.553 milhões**. **Ressalva:** valor dos ativos não compatível com o TR. **Onde:** página 83 e 86 do SEI 52851355 **Diligência Externa:** **Em consulta ao site da IGUAÇU (agora denominada DCELT) foi obtido as DFs publicadas, ao qual foi possível comprovar que a Licitante prestou os serviços de auditoria nas DFs do exercício de 2018 (SEI 53014377)**	**Aderbal Alfonso Hoppe - CRC 1SC020036/O-8-T-SP Sócio - 2014 a 2018** Leopold Koenig - CRC 1SC02368 l/O-0-S-SP Sócio - 2015 a 2018 **Valeria Oliveria dos Santos - CRC I SP253976/O-9 Gerente- 2014 a 2018** Ricardo Massera- CRC 1PR066333/O-2-S-SP Sócio -2016 a 2018 Iana de Oliveira Leite - CRC 1MG092959/O-0-S-SP Sócia - 2017 e 2018 Marli da Costa Moreira - CRC ISP 233542/0-1 Gerente 2017 e 2018 **Jéssica Coladello - CRC I SP 329607/0-4 Sênior-2015 a 2018** Celso Roberto Hinkeldey - CRC 1SC019816/0 6-S-SP Sócio - 2014 a 2018 Izabel Cristina Duque Lourenço-CRC 1SP2242l3/0-4 Gerente - 2016 a 2018 Luis Carlos de Souza - CRC I SC02l585/O-4-S-SP Sócio - 2016 a 2018 João Ricardo Lopes Azevedo - CRC IPR 058383/O-0-S-SP Sênior - 2016 a 2018 Adriano de Alcantara - CRC 1SC021913/O-7-T-PR-S-SP Sócio - 2015 a 2018 Paula de Santana Untura- CRC I SP328753/0-8 Sênior-2017 e 2018 Luiz Olavo Costa Siqueira - CRC 1DF027893/O-I-S-SP Auditor - 2017 e 2018	**Não**

Tabela 02

2.1.1. Pelas informações contidas na tabela 02 se observa que dos 05 (cinco) atestados de capacidade técnica, 02 (dois) não podem serem aceitos, visto que as empresas auditadas não possuem ativos totais conforme exigido no TR (**com ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00**).

2.1.2. A equipe técnica destacado na cor laranja são os indicados para a realização dos trabalhos da presente licitação, na forma a seguir:

a) Responsável Técnico: **Aderbal Alfonso Hoppe;**

b) Gerente: **Valeria Oliveira dos Santos;**

c) Auditor Sênior: **Jéssica Coladello e Analu Barbosa Improta.**

3. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA JURÍDICA**

3.1. Com base no subitem 8.1 do TR será comprovada a qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Exigência	Item do TR	Apresentou? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)

Registro ou prova de inscrição da licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;	8.1 "a"	Sim	Certidão nº: 2020/094668. Registro CRC: SP-032267/O-1. Validade: 18/02/2021. **Onde:** página 87 do SEI 52851355	Sim
Registro ou prova de inscrição da licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;	8.1 "b"	Sim	Registrado a partir de 30/03/2016 conforme Ato Declaratório CVM nº 15.130 de 29 de julho de 2016 **Onde:** página 88 do SEI 52851355. CND na CVM sob o nº 125/2020. Válida até: 22/01/2021 **Onde:** página 89 do SEI 52851355.	Sim
Certificado de Regularidade no CRC;	8.1 "c"	Sim	Certidão nº: 2020/094668. Registro CRC: SP-032267/O-1. Validade: 18/02/2021. **Onde:** página 87 do SEI 52851355	Sim
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI;	8.1 "d"	Sim	Certidão nº D42758A288 emitida em nome de ADERBAL ALFONSO HOPPE sob o registro CNAI nº 1977 (CRC nº SC-020036/T). Válida até 25/02/2021. Por ser o sócio majoritário da licitante entendemos que a exigência foi atendida, visto que o registro no referido cadastro é realizado para pessoas físicas (auditores) e não jurídicas. **Onde:** página 37 do SEI 52852300	Sim
Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência. O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) contendo a identificação do signatário deve(m) ser apresentado(s) em papel timbrado da pessoa jurídica e deve(m) indicar as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.	8.1 "e"	Sim	**1)** Atestado de capacidade técnica total nº 1 emitido pela CEAGESP conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	Não
			2) Atestado de capacidade técnica parcial nº 2 emitido pela SANASA conforme subitem 2.1.	Sim
			3) Atestado de capacidade técnica total nº 3 emitido pela TELEBRAS conforme subitem 2.1.	Sim
			4) Atestado de Capacidade Técnica total nº 4 emitido pela VALEC conforme subitem 2.1.	Sim
			5) Atestado de Capacidade Técnica total/parcial nº 5 emitido pela IGUAÇU CAARATINGA conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	Não

Tabela 03

a) **Nota 1:** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

b) **Nota 2:** Com base no art. 31 da Instrução Normativa CVM 308/1999, será desclassificada do processo licitatório, a pessoa jurídica que prestou serviços de auditoria para o METRÔ-DF, por prazo superior a cinco exercícios sociais consecutivos.

3.2. **Conclusão:**

3.2.1. A qualificação técnica jurídica da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 2.1, **tendo em vista que três atestados de capacidade técnica foram aceitos por atender as exigências do TR.**

4. **DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS BÁSICOS**

4.1. Com base no subitem 9.1 do TR será comprovada a qualificação da equipe técnica para a execução do serviço que deverá ser composta considerando o disposto no Anexo I deste Termo de Referência:

4.1.1. **Responsável Técnico (1): ADERBAL ALFONSO HOPPE (Sócio de Auditoria e Consultoria) (CPF: 541.560.250-04)**

Perfil	Exigência	Item do TR	Apresentou? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
Formação Universitária em Ciências Contábeis	Cópia do diploma ou registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).	22 "a"	Sim	Formação pela Universidade Regional de Blumenau em 26/08/1995. **Onde:** página 29 do SEI 52852300	Sim
Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e na CVM.	Cópia da Credencial e Certidão de Regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade;	22 "b"	Sim	Registro no CRC de SP: SC-020036/O-8 T SP. **Onde:** página 33 do SEI 52852300	Sim

	Registro de Auditor Independente na CVM, conforme Instrução CVM 308/99 ou outra que vier a substituí-la.	22 "c"	**Sim**	Registro CVM da Taticca nº 12220. Data do registro: 03/11/2014. Responsáveis: **Onde:** página 34 do SEI 52852300 **Diligência no site da CVM com os seguintes dados de responsáveis técnicos:** **ADERBAL ALFONSO HOPPE** Data de Início: 03/11/2014 **LUIZ FERNANDO SILVA SOARES** Data de Início: 05/10/2020 **RICARDO SCHMIDT** Data de Início: 14/10/2020	**Sim**
Experiência mínima de **10 (dez) anos** na prestação de serviços de auditoria externa.	~~Cópia do contrato de prestação de serviços, cópia~~ da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou documento que comprove a experiência requerida para o profissional e o **vínculo empregatício**;	22 "d"	**Sim**	Contrato Social de Sociedade Simples Pura (7ª Alteração) sob o registro nº 126.727 (registrada no CRC SP). **Onde:** página 2 a 13 do SEI 52852300	**Sim**
	Curriculum Vitae, detalhando a formação universitária e a experiência profissional **nos últimos dez anos**, contendo o nome das empresas auditadas, natureza dos trabalhos e nível de responsabilidade do profissional em relação ao serviço.	22 "e"	**Sim**	a) Comprovado por meio da CTPS (2ª via) nº 88.894. Série 0017-RS. Admissão 01/06/1995 e Saída em 30/06/2006 como Gerente Sênior VIII, na Ernest & Yong, totalizando pouco mais de 11 anos. **Onde:** página 17 do SEI 52852300 b) Certificado em Especialização em Gestão de Negócios emitido em 23/12/2005 pela UFPR. **Onde:** página 28 do SEI 52852300 c) Diploma de Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais na área de concentração Ciências Contábeis em 30/11/2012 (PUC-SP). **Onde:** página 31 do SEI 52852300 d) Conforme atestados de capacidade técnica informando no item 22 "g".	**Sim**
Registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI).	Certidão de regularidade junto no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), conforme Resolução CFC 1.495, de 20/11/2015, ou outra que vier a substituí- la.	22 "f"	**Sim**	Certidão nº D42758A288 emitida em nome de ADERBAL ALFONSO HOPPE sob o registro CNAI nº 1977 (CRC nº SC-020036/T). Válida até 25/02/2021. **Onde:** página 37 do SEI 52852300	**Sim**
Experiência **como responsável técnico** pela emissão de Relatório de **Auditoria** de demonstrações contábeis em Companhia aberta ou fechada (nacional ou estrangeira), **com ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00** (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais), **em pelo menos três exercícios sociais.**	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2010 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "g"	**Sim**	**1)** O profissional faz parte da equipe técnica do atestado 1 emitido pela CEAGESP, conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	**Não**
				2) O profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 2 emitido pela SANASA, conforme subitem 2.1. O que comprova **um ano** de experiência profissional em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.	**Sim**
				3) O profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 3 emitido pela TELEBRAS, conforme subitem 2.1. O que comprova **dois anos** de experiência profissional em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.	**Sim**
				4) O profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 4 emitido pela VALEC, conforme subitem 2.1. O que comprova **três anos** de experiência profissional em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.	**Sim**
				5) O profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 5 emitido pela IGUAÇU CAARATINGA, conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	**Não**
Experiência como **responsável técnico** pela emissão de Relatório de **Asseguração** conforme NBC TO 3000 em Companhia aberta ou fechada (nacional ou estrangeira), **com ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00** (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais).	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2015 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "h"	**Sim**	Atestados de Capacidade Técnica já mencionado no subitem 2.1 deste relatório.	**Sim**

Tabela 04

4.1.1.1. **Conclusão:**

a) O responsável técnico da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.1, visto que ficou demonstrado através dos **atestados nº 2, 3 e 4 a experiência profissional de auditoria em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.**

4.1.2. **Gerente (1): VALÉRIA OLIVEIRA DOS SANTOS (Gerente Sênior de Auditoria) (CPF: 292.892.068-45)**

Perfil	Exigência	Item do TR	Apresentou? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
Formação Universitária em Ciências Contábeis	Cópia do diploma ou registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).	22 "i"	**Sim**	Formação pela Universidade São Judas Tadeu (conclusão em 2006). Assinado em 10/06/2016. Onde: página 25 do SEI 52852523	**Sim**
Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).	Cópia da Credencial e Certidão de Regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade;	22 "j"	**Sim**	Registro no CRC de SP: SP-253976/O Onde: página 28 do SEI 52852523	**Sim**
Experiência mínima de **05 (cinco)** anos na prestação de serviços de auditoria externa.	Cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou documento que comprove a experiência requerida para o profissional e o **vínculo empregatício**;	22 "k"	**Sim**	**a)** Comprovado por meio da CTPS 92015. Série 00192-SP. Admissão em 06/11/2006. Saída em 08/10/2014 como Gerente Sênior (promovida em 01/10/2009 pela Ernest Yong), totalizando 5 anos. **Onde:** página 2 a 13 do SEI 52852523 **b)** Comprovado por meio da CTPS (2ª via) onde foi admitida em 24/11/2014. Em 01/11/2015 foi promovida ao cargo de Gerente de Auditoria. **Onde:** página 16 e 17 do SEI 52852523	**Sim**
	Curriculum Vitae, detalhando a formação universitária e a experiência profissional nos **últimos cinco anos**, contendo o nome das empresas auditadas, natureza dos trabalhos e nível de responsabilidade do profissional em relação ao serviço.	22 "l"	**Sim**	a) Comprovado por meio do contrato de prestação de serviços assinado com a Licitante em 10/06/2018. **Onde:** página 18 a 23 do SEI 52852523 b) Comprovado conforme atestados de capacidade técnica informando no subitem 2.1**.**	**Sim**
Registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI).	Certidão de regularidade junto no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), conforme Resolução CFC 1.495, de 20/11/2015, ou outra que vier a substituí- la.	22 "m"	**Sim**	Certidão nº A30702V660 emitida em nome de VALÉRIA OLIVEIRA DOS SANTOS sob o registro CNAI nº 3278 (CRC nº SP-253976/O). Válida até 01/03/2021. **Onde:** página 27 do SEI 52852523	**Sim**
Experiência profissional em **auditoria** de demonstrações contábeis em Companhia aberta ou fechada (nacional ou estrangeira), com **ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00** (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais), **em pelo menos três exercícios sociais.**	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2010 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "n"	**Sim**	**1)** A profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 1 emitido pela CEAGESP, conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	**Não**
				2) A profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 2 emitido pela SANASA, conforme subitem 2.1. O que comprova **um ano** de experiência profissional em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.	**Sim**
				3) A profissional faz parte da equipe técnica do atestado nº 5 emitido pela IGUAÇU CAARATINGA, conforme subitem 2.1. No entanto, o mesmo não foi aceito visto a empresa não possuir ativos mínimos exigidos no TR.	**Não**
Experiência profissional em auditoria de **asseguração** conforme NBC TO 3000 em Companhia aberta ou fechada (nacional ou estrangeira), **com ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00** (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais).	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2015 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "o"	**Sim**	Atestados de Capacidade Técnica já mencionado no subitem 2.1 deste relatório.	**Sim**

Tabela 05

4.1.2.1. **Conclusão:**

a) A gerente da presente licitante **não atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.2, **visto que não ficou demonstrado através dos atestados nº 1 e 5 a experiência profissional de auditoria em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.**

4.1.3. Profissional Sênior 1: **JÉSSICA COLADELO (CPF: 455.677.528-06)**

Perfil	Exigência	Item do TR	Apresentou? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
Formação Universitária	Cópia diploma ou registro no Conselho de Classe.	22 "p"	Sim	Formação em Ciências Contábeis pela Universidade Anhembi Morumbi em 15/02/2018. Registro no CRC de SP: SP-329607/O-4 **Onde:** página 47 e 48 do SEI 52852300	Sim
Experiência mínima de **03 (três)** anos na prestação de serviços de auditoria externa como auditor sênior.	Cópia do contrato de prestação de serviços ou cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS);	22 "q"	Sim	CTPS nº 003143. Série 00440-SP: Admitida em 15/11/2015 como Treinee em Auditoria. Em 01/08/2016 promovida para Auditora e até 01/11/2017 permaneceu na mesma função pela Taticca Auditores. **Onde:** página 41 e 43 do SEI 52852300	Sim
	Curriculum Vitae, detalhando a formação universitária e a experiência profissional nos últimos **três anos**, contendo o nome das empresas auditadas, natureza dos trabalhos e nível de responsabilidade do profissional em relação ao serviço.	22 "r"	Sim	Informado que possui mais de 4 anos de experiência e por meio da CTPS e os atestados nº 1, 2 e 5 conforme subitem 2.1. **Onde:** página 38 **Nota:** Mesmo que os atestados nº 1 e nº 5 não tenha sido aceito para efeito de comprovação de auditoria em empresa de grande porte, esta exigência não se aplica a este item, visto que para este perfil profissional não é exigido no TR a experiência de auditoria em empresas de grande porte.	Sim
Experiência profissional na área de auditoria contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2010 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "s"	Sim	Atestado de Capacidade nº 1, 2 e 5 conforme subitem 2.1.	Sim

Tabela 06

4.1.3.1. **Conclusão:**

a) O profissional sênior 1 da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.3, **visto que ficou demonstrado através dos atestados nº 1, 2 e 5 a experiência profissional de auditoria.**

4.1.4. Profissional Sênior 2: **ANALU BARBOSA IMPROTA (CPF: 132.798.897-66)**

Perfil	Exigência	Item do TR	Apresentou? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
Formação Universitária	Cópia diploma ou registro no Conselho de Classe.	22 "p"	Sim	Formação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense em 06/08/2016. Registro no CRC do RJ: RJ-125629/O-6 **Onde:** página 42 e 43 do SEI 52852523	Sim
Experiência mínima de **03 (três)** anos na prestação de serviços de auditoria externa como auditor sênior.	Cópia do contrato de prestação de serviços ou cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS);	22 "q"	Sim	a) CTPS Nº 17898. Série 169 RJ: Admitida em 04/09/2014 e promovida para em 02/10/2017 como Auditora Sênior. Saída em 23/07/2018 da Ernest & Young. b) Admitida em 03/06/2019 como Auditora Sênior II pela Taticca. **Onde:** página 34 e 36 do SEI 52852523	Sim
	Curriculum Vitae, detalhando a formação universitária e a experiência profissional nos últimos três anos, contendo o nome das empresas auditadas, natureza dos trabalhos e nível de responsabilidade do profissional em relação ao serviço.	22 "r"	Sim	Informado que atua desde 2014 em auditoria independente e por meio da CTPS foi possível comprovar a experiência. **Onde:** página 29 do SEI 52852523	Sim
Experiência profissional na área de auditoria contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.	Atestado emitido Empresa auditada relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2010 (ou o respectivo Relatório do Auditor Independente).	22 "s"	Não	-	Não

Tabela 07

4.1.4.1. **Conclusão:**

a) O profissional sênior 2 da presente licitante **não atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.4, **tendo em vista que nos atestados de capacidade técnica apresentados não consta o nome da Profissional Sênior 2: ANALU BARBOSA IMPROTA.**

---

1. **Nota 1:** O valor de R$ 1.124.000.000,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais) atribuído aos ativos tem como objetivo assegurar que o licitante vencedor tenha experiência em auditoria de instituições de grande porte, tendo em vista o porte do METRÔ-DF e sua atividade econômica. Este valor é resultante da aplicação de 50% sobre o ativo do METRÔ-DF referente ao exercício de 2019.

a) Entende-se como valor dos ativos totais a soma dos ativos desconsiderando os saldos referentes às contas de compensação.

b) **Não será aceito a soma de atestados para o cômputo dos ativos totais, ou seja, a empresa que emitir o atestado deverá possuir no mínimo, ativos iguais ou superiores a R$ 1.124.000.000,00** (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões de reais).

2. **Nota 2:** Os atestados exigidos nas letras "g", "n" e "s", relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2010, tem por base a data de obrigatoriedade da Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil (Lei Federal nº 11.638/2007, Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) e outras normas correlatas).

3. **Nota 3:** Os atestados exigidos nas letras "h" e "o", relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2015, tem por base a data de obrigatoriedade da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TO 3000, que dispõe sobre trabalhos de asseguração razoável e limitada.

4. **Nota 4:** A experiência profissional em auditoria de pelo menos três exercícios sociais, exigidos nas letras "g" e "n", tem como objetivo assegurar que o licitante vencedor tenha experiência em auditoria de instituições de grande porte, tendo em vista o porte do METRÔ-DF e sua atividade econômica.

5. **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.1. Com base no subitem 10.1 do TR deverá ser apresentada as Demonstrações Financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira. Tratando-se de empresa criada neste exercício, deverá ser apresentado o balanço de abertura.

Índice	Valor Esperado	Valor Apresentado	Atendeu? (Sim ou Não)
LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	>1	2,864	Sim
SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	>1	2,864	Sim
LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante	>1	2,096	Sim

Tabela 08

Verificação	Confirmado? (Sim ou Não)	Assinado com CRC? (Sim ou Não)	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
Os índices de que trata o subitem 10.2 do TR serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);	Sim	Não **Onde: página 61 do SEI 52851355**	Contadora: Marise Adriane Miguel Hoppe com o CRC 1PR 045783/O-4-S-SP	Sim

Tabela 09

Verificação	Esta tabela se aplica? (Sim ou Não)	Qual a Percentagem do PL?	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
A licitante que apresentar qualquer dos índices relativos à boa **situação financeira igual ou menor que 1,00** (um) **deverá** comprovar possuir **Patrimônio Líquido** igual ou superior a **10%** da sua proposta. A comprovação será feita mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.	Não	-	-	-

Tabela 10

5.1.1. **Conclusão:**

a) A qualificação econômica-financeira da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 5.1, **mesmo que não se tenha a assinatura física da Contadora na página 61 do referido documento. Este entendimento se dar pelo motivo de que na página 39 do SEI 52851355, consta a assinatura digital (via Certificado Digital) no recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD. Para efeito de comprovação dos índices apresentados foi realizado, por esta Gerência, os cálculos dos mesmos onde os valores de ambos documentos são iguais.**

I - Entenda-se por "na forma da lei":

a) **Quando S/A:** balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme o caput do art. 289 e o § 5º da Lei nº 6.404/1976;

b) **Quando outra forma societária:** balanço acompanhado de cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969, autenticados pelo órgão competente de Registro do Comércio, ou Termo de Opção, se a empresa for optante pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido.

c) **Sociedades simples:** registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

6. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. Com base no item 16 a proposta de preços deverá possuir as seguintes informações e exigências:

Verificação	Informação Apresentada	Atendeu? (Sim ou Não)
A Proposta de Preço deverá ser expressa em Reais (R$), em 1 (uma) via, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, indicando que se refere a este **TERMO DE REFERÊNCIA**, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa, ou procurador/preposto, devendo constar ainda o número do CNPJ da mesma.	Valor da Proposta: R$ 115.000,00 **Onde: página 1 do SEI 52851355**	**Sim**

Tabela 11

Verificação	Informação Destacada? (Sim ou Não)	Atendeu? (Sim ou Não)
Os preços apresentados deverão incluir todos os tributos e contribuições, bem como todas as despesas necessárias à plena execução do objeto da contratação, tais como: de pessoal, de transporte, de estada, de administração, de *softwares,* de custos diversos efetuados pela **CONTRATADA** (cópias, telefonemas, impressões, etc.) e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre os serviços, não se responsabilizando o **METRÔ-DF** por quaisquer questões de natureza administrativa, trabalhista e/ou técnico-jurídica para o cumprimento do objeto contratado.	**Sim**	**Sim**

Tabela 12

Verificação	Com base na Pesquisa de Preços qual a percentagem de distorção na planilha de preço?	Atendeu com base na percentagem? (Sim ou Não)
Não será aceita proposta que apresentar preço simbólico, excessivo, irrisório ou de valor zero.	48,66% a menor	Não

Tabela 13

Verificação	Informação Destacada?	Atendeu? (Sim ou Não)
A proposta deverá ter validade de no mínimo **60 (sessenta) dias**.	60 (sessenta) dias	**Sim**

Tabela 14

6.1.1. **Conclusão:**

a) A proposta de preço da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 6.1. **No entanto, vale a ressalva de que o preço da proposta está em 48,66% a menor que a cotação de preço, o que nos leva a acreditar que talvez o preço ofertado esteja abaixo do valor de mercado. Tendo em vista que a licitante foi inabilitada por outros motivos (subitem 4.1.2.1 e 4.1.4.1), entende-se que não seria apropriado questionar a mesma neste momento sobre o valor de sua proposta.**

7. DA MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

7.1. Resumo das conclusões:

Seq.	Conclusões	Atendeu (Sim ou Não)
1	A atividade da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 1.1, visto se tratar de empresa de auditoria.	**Sim**
2	A qualificação técnica jurídica da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 2.1, tendo em vista que três atestados de capacidade técnica foram aceitos por atender as exigências do TR.	**Sim**
3	O responsável técnico da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.1, visto que ficou demonstrado através dos **atestados nº 2, 3 e 4 a experiência profissional de auditoria em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.**	**Sim**
4	A gerente da presente licitante **não atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.2, **visto que não ficou demonstrado através dos atestados nº 1 e 5 a experiência profissional de auditoria em empresa com ativos igual ou superior ao exigido no TR.**	**Não**
5	O profissional sênior 1 da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.3, **visto que ficou demonstrado através dos atestados nº 1, 2 e 5 a experiência profissional de auditoria.**	**Sim**
6	O profissional sênior 2 da presente licitante **não atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 4.1.4, **tendo em vista que nos atestados de capacidade técnica apresentados não consta o nome da mesma.**	**Não**
7	A qualificação econômica-financeira da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 5.1, **mesmo que não se tenha a assinatura física da Contadora na página 61 do referido documento. Este entendimento se dar pelo motivo de que na página 39 do SEI 52851355, consta a assinatura digital (via Certificado Digital) no recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD. Para efeito de comprovação dos índices apresentados foi realizado, por esta Gerência, os cálculos dos mesmos onde os valores de ambos documentos são iguais.**	**Sim**
8	A proposta de preço da presente licitante **atendeu** os requisitos exigidos neste item com base na tabela do subitem 6.1. **No entanto, vale a ressalva de que o preço da proposta está em 48,66% a menor que a cotação de preço, o que nos leva a acreditar que talvez o preço ofertado esteja abaixo do valor de mercado. Tendo em vista que a licitante foi inabilitada por outros motivos (subitem 4.1.2.1 e 4.1.4.1), entende-se que não seria apropriado questionar a mesma neste momento sobre o valor de sua proposta.**	**Sim**

Tabela 15

7.2. Após análise da documentação apresentada (52851355, 52852300 e 52852523) do processo nº 00097-00016743/2020-31 concluímos que a licitante **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S** (CNPJ nº 20.840.718/0001-01) seja considerada **INABILITADA** tecnicamente em função do cumprimento das exigências contidas no Termo de Referência, conforme resumo das conclusões mencionadas no subitem 7.1 deste documento. Adicionalmente, conclui-se que pelas informações contidas na tabela 02 se observa que dos 05 (cinco) atestados de capacidade técnica, 02 (dois) não podem ser aceitos, visto que as empresas auditadas não possuem ativos totais conforme exigido no TR (**com ativo igual ou superior a R$ 1.124.000.000,00**).

Este é o parecer *sob censura*.

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2020

Atenciosamente.

Elaborado	Conferido
José Maria **Félix** da Silva **Assessor Tributário**	Rejane Emerick de Freitas **Gerência de Contabilidade e Tributos**

Documento assinado eletronicamente por **REJANE EMERICK DE FREITAS - Matr.0002068-0**, **Gerente de Contabilidade e Tributos**, em 21/12/2020, às 14:20, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARIA FÉLIX DA SILVA - Matr.0002697-2**, **Assessor(a) de Diretor(a)**, em 21/12/2020, às 14:20, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **52866001** código CRC= **260BA185**.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.013, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto nas Resoluções ns. 4.192 e 4.193, ambas de 1º de março de 2013, e 4.770, de 19 de dezembro de 2019, e nas Circulares ns. 3.398, de 23 de julho de 2008, 3.644, de 4 de março de 2013, 3.976, de 22 de janeiro de 2020 e 3.984, de 13 de fevereiro de 2020. , resolve:

Art. 1º Passam a vigorar, a partir da data-base de abril de 2020, as novas versões do Leiaute e das Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiautedocumentoscrd.

Art. 2º Foram realizadas as seguintes modificações nas Instruções de preenchimento:

I - Capítulo II - Orientações Gerais: alteração da redação dos itens 10-a e 10-b;

II - Capítulo IV - Orientações Específicas: alteração de redação com a inclusão do item 1.2;

III - Capítulo V - Tabelas:

a) exclusão da Tabela 021;

b) inclusão da Tabela 047 - Código da forma de detenção de instrumentos de capital e outros instrumentos de investidas;

IV - Tabela 003 - Contas:

a) alteração de redação do texto de introdução do item "D) Detalhamento da parcela do RWA referente ao risco de crédito (RWACPAD)";

b) alteração do nome das contas 111.93, 111.93.01, 111.93.01.01, 111.93.01.90, 111.93.02, 111.93.03, 111.93.03.01, 111.93.03.90 e 111.94;

c) alteração de citação normativa nas contas 111.91.02, 111.92, 111.92.04, 111.93, 111.93.01, 111.93.01.01, 111.93.01.90, 111.93.02, 111.93.02.01, 111.93.03, 111.93.03.01, 111.93.03.90, 111.94, 112.92, 112.93, 112.93.05, 112.93.05.01, 120.92, 120.92.05, 120.92.05.01, 510.01, 510.03, 520.01, 520.02, 520.03, 520.04, 520.05, 526.01, 526.02, 527.01, 530.07, 530.08, 530.10, 530.13, 530.16, 530.17, 530.18, 530.20, 530.30.01, 530.30.02, 535.05, 540.07, 550.04, 550.05, 550.12, 550.13, 560.05, 560.06, 570.05, 570.06, 570.07, 570.09, 570.10, 580, 590.10, 600.05, 605.05, 610.01, 610.02, 610.03, 620.06, 620.07, 620.09, 620.10, 630.01, 640.01, 640.02, 640.03, 650.01, 650.02, 650.03, 660.01, 660.02 e 660.03;

d) alteração da descrição da função das contas 102, 111, 111.91.02, 111.92, 111.92.01, 111.92.03, 111.92.04, 111.92.05, 111.92.05.90, 111.92.06.01.01.90, 111.92.11, 111.93, 111.93.01, 111.93.01.01, 111.93.01.90, 111.93.02, 111.93.02.01, 111.93.03, 111.93.03.01, 111.93.03.90, 111.94, 112.90.03, 112.91, 112.93, 112.93.05, 120.01.03.01, 120.90.03, 120.91, 120.92, 120.92.05, 143, 144.06, 200.90, 590.10, 630.01, 800 e 891;

e) inclusão das contas 111.91.02.01, 111.91.02.90, 111.92.14, 111.93.04, 111.93.04.01, 111.93.04.90, 111.93.05, 111.93.05.01, 111.93.05.90, 111.93.06, 111.93.06.01, 111.93.06.90, 111.94.06, 111.94.06.01, 111.94.06.01.01, 111.94.06.01.01.01, 111.94.06.01.01.90, 111.94.06.02, 111.94.06.03, 111.94.07, 111.94.07.01, 111.94.07.01.01, 111.94.07.01.01.01, 111.94.07.01.01.90, 111.94.07.02, 111.94.07.03, 111.94.08, 111.94.08.01, 111.94.08.02, 111.94.08.03, 111.94.09.01, 111.94.09.02, 111.94.09.03, 111.94.09.04, 111.94.09.05, 111.94.10, 111.94.10.01, 111.94.10.90, 111.94.10.90.01, 111.94.10.90.90, 111.94.10.90.91, 111.94.10.90.92, 111.94.10.90.93, 111.95, 112.93.06, 112.93.07, 112.93.07.01, 112.93.07.90, 112.93.08, 120.92.07, 120.92.08, 120.92.08.01, 120.92.08.90, 120.92.09, 120.92.09.01, 120.92.09.90 e 120.92.10;

f) exclusão das contas 111.92.13, 111.93.03.01.01, 111.93.03.01.02, 111.93.03.01.03, 111.93.03.01.04, 111.93.03.01.05, 111.94.01, 111.94.01.01, 111.94.01.01.01, 111.94.01.01.90, 111.94.01.02, 111.94.01.02.01, 111.94.02, 111.94.02.01, 111.94.02.01.01, 111.94.02.01.90, 111.94.02.01.90.01, 111.94.02.01.90.90, 111.94.02.01.90.91, 111.94.02.01.90.92, 111.94.02.01.90.93, 111.94.02.02, 111.94.03, 111.94.03.02, 111.94.04, 111.94.04.01, 111.94.04.01.01, 111.94.04.01.01.01, 111.94.04.01.01.02, 111.94.04.01.01.03, 111.94.04.01.90, 111.94.04.01.90.01, 111.94.04.01.90.02, 111.94.04.01.90.03, 111.94.04.02, 111.94.04.03, 111.94.04.04, 111.94.04.05, 111.94.04.06, 111.94.05, 111.94.05.01, 111.94.05.01.01, 111.94.05.01.01.01, 111.94.05.01.01.02, 111.94.05.01.01.03, 111.94.05.01.01.04, 111.94.05.01.01.05, 111.94.05.01.90, 111.94.05.02, 112.93.01, 112.93.02, 112.93.03, 112.93.04, 112.93.90, 120.92.01, 120.92.02, 120.92.03, 120.92.04, 120.92.06 e 120.92.90;

V - Tabela 004 - Código do Elemento: inclusão do código 9;

VI - Tabela 024 - Elemento Tipo: alteração da descrição do domínio 37;

VII - Tabela 010 - Fatores de Ponderação de Exposições:

a) alteração da descrição dos domínios 009, 022, 072, 073, 141 e 251;

b) inclusão dos domínios 010, 035, 036, 104, 137 e 145;

VIII - Tabela 011 - Mitigadores de Risco: alteração da descrição dos domínios 102, 127, 138, 178 e 180;

IX - Tabela 033 - Tipo de exposição: alteração da descrição do domínio 35.

Art. 3º Foram realizadas as seguintes modificações no Leiaute:

I - exclusão do Anexo 021;

II - inclusão do Anexo 047 - Código da forma de detenção de instrumentos de capital e outros instrumentos de investidas;

III - Anexo 3 - Código da conta:

a) alteração do nome das contas 111.93, 111.93.01, 111.93.01.01, 111.93.01.90, 111.93.02, 111.93.03, 111.93.03.01, 111.93.03.90 e 111.94;

b) inclusão das contas 111.91.02.01, 111.91.02.90, 111.92.14, 111.93.04, 111.93.04.01, 111.93.04.90, 111.93.05, 111.93.05.01, 111.93.05.90, 111.93.06, 111.93.06.01, 111.93.06.90, 111.94.06, 111.94.06.01, 111.94.06.01.01, 111.94.06.01.01.01, 111.94.06.01.01.90, 111.94.06.02, 111.94.06.03, 111.94.07, 111.94.07.01, 111.94.07.01.01, 111.94.07.01.01.01, 111.94.07.01.01.90, 111.94.07.02, 111.94.07.03, 111.94.08, 111.94.08.01, 111.94.08.02, 111.94.08.03, 111.94.09.01, 111.94.09.02, 111.94.09.03, 111.94.09.04, 111.94.09.05, 111.94.10, 111.94.10.01, 111.94.10.90, 111.94.10.90.01, 111.94.10.90.90, 111.94.10.90.91, 111.94.10.90.92, 111.94.10.90.93, 111.95, 112.93.06, 112.93.07, 112.93.07.01, 112.93.07.90, 112.93.08, 120.92.07, 120.92.08, 120.92.08.01, 120.92.08.90, 120.92.09, 120.92.09.01, 120.92.09.90 e 120.92.10;

c) exclusão das contas 111.92.13, 111.93.03.01.01, 111.93.03.01.02, 111.93.03.01.03, 111.93.03.01.04, 111.93.03.01.05, 111.94.01, 111.94.01.01, 111.94.01.01.01, 111.94.01.01.90, 111.94.01.02, 111.94.01.02.01, 111.94.02, 111.94.02.01, 111.94.02.01.01, 111.94.02.01.90, 111.94.02.01.90.01, 111.94.02.01.90.90, 111.94.02.01.90.91, 111.94.02.01.90.92, 111.94.02.01.90.93, 111.94.02.02, 111.94.03, 111.94.03.02, 111.94.04, 111.94.04.01, 111.94.04.01.01, 111.94.04.01.01.01, 111.94.04.01.01.02, 111.94.04.01.01.03, 111.94.04.01.90, 111.94.04.01.90.01, 111.94.04.01.90.02, 111.94.04.01.90.03, 111.94.04.02, 111.94.04.03, 111.94.04.04, 111.94.04.05, 111.94.04.06, 111.94.05, 111.94.05.01, 111.94.05.01.01, 111.94.05.01.01.01, 111.94.05.01.01.02, 111.94.05.01.01.03, 111.94.05.01.01.04, 111.94.05.01.01.05, 111.94.05.01.90, 111.94.05.02, 112.93.01, 112.93.02, 112.93.03, 112.93.04, 112.93.90, 120.92.01, 120.92.02, 120.92.03, 120.92.04, 120.92.06 e 120.92.90;

IV - Anexo 4 - Código do Elemento: inclusão do código 9;

V - Anexo 24 - Elemento Tipo: alteração da descrição do domínio 37;

VI - Anexo 10 - Fatores de Ponderação de Exposições:

a) alteração da descrição dos domínios 009, 022, 072, 073, 141 e 251;

b) inclusão dos domínios 010, 035, 036, 104, 137 e 145;

VII - Anexo 11 - Mitigadores de Risco: alteração da descrição dos domínios 102, 127, 138, 178 e 180;

VIII - Anexo 33 - Tipo de Exposição: alteração da descrição do domínio 35.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de abril de 2020.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 50, DE 13 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Art. 1º Retifica o item 4 (CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS) da Portaria Inmetro/Dimel nº 204, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, página 48, seção 1, onde se lê: "f) gás de arraste: hélio ou nitrogênio".

Leia-se: "f) gás de arraste: hélio ou hidrogênio". NR

Art. 2º Retifica o item 5 (DESCRIÇÃO FUNCIONAL) da Portaria Inmetro/Dimel nº 204, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, página 48, seção 1, onde se lê: "5.2.1 As entradas analógicas são tipicamente utilizadas para entrada de sinais de pressão e temperatura necessárias para cálculos de poder calorífico e alarmes e podem ser usadas para informar a porcentagem de algum componente do gás para algum dispositivo que necessite dessa informação na forma 4=20mA".

Leia-se: "5.2.1 As entradas analógicas são tipicamente utilizadas como entrada de sinais de pressão e temperatura de instrumentos externos de para, por exemplo, monitoração, dos cilindros de gás e gerar alarmes. As saídas analógicas podem ser usadas para informar a porcentagem de algum componente de gás para algum dispositivo que necessite dessa informação na forma 4-20mA". NR

Art. 3º Retifica o item 6 (ANEXOS) da Portaria Inmetro/Dimel nº 204, de 19 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, página 48, seção 1, substituir o "Anexo 2 - Desenho sistemático cromatógrafo 370", pelo anexo da presente portaria.

Art. 4º Fica revogada a Retificação publicada no Diário Oficial da União, na data do dia 23 de fevereiro de 2020, página 55, seção 1.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados e as demais disposições com base na Portaria Inmetro/Dimel nº 204, de 19 de setembro de 2019 e respectivos aditivos, anteriores à publicação da presente portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 2 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44170.000003/2016-32, Auto de Infração nº 18/16-33, entidade PORTUS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 477ª Sessão Ordinária, de 02/03/2020: (i) julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 18/16-33 em relação aos autuados Eduardo Celso de Araújo Marinho, Jefferson Ribeiro da Cunha e Renato Miragaya Rebello, tipificado no art. 110 do Decreto 4.942, de 30/12/2003, c/c art. 63 da LC 109, de 29/05/01, e arts. 3º, 4º, 7º, 12 e 13 da Resolução CGPC nº 13/2004, nos termos do Parecer nº 551/2019/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado na sessão de julgamento; (ii) aplicar a penalidade de MULTA pecuniária de R$ 17.907,25 (dezessete mil, novecentos e sete reais e vinte e cinco centavos) para todos os autuados. A Diretoria Colegiada reformou a proposta de dosimetria da pena proposta pelo Parecer nº 551/2019/CDC II/CGDC/DICOL, mantendo a penalidade de multa pecuniária.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 183, DE 9 DE MARÇO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004051/2019-75, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da Fundação Universidade Caxias do Sul, CNPJ nº 88.648.761/0001-03, do Plano de Benefícios UCS Prev, CNPB nº 2003.0004-29, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO:

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Economia e representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas do país.

Ela possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados.

Além disso, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) totalizando 18 unidades ativas distribuídas em todo o estado de São Paulo.

Conta também com uma rede de entrepostos (depósitos ou venda de mercadorias) com 13 unidades ativas distribuídas pelo estado de São Paulo, incluindo a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina - o Entreposto Terminal São Paulo (ETSP). Situado na zona oeste da capital paulista, onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos.

Como se sabe, o ano de 2019 se iniciou com um novo governo federal, novos governadores e com isso, um grande desafio: equilibrar as contas públicas que ultrapassaram os gastos em contrapartida a uma população que não aceita mais aumento de impostos.

A confiança e a esperança venceram os desafios de uma reforma da previdência que dará um melhor equilíbrio nestas contas públicas para os próximos anos. Com a Inflação contida, juros básicos em queda e a expansão do crédito privado, fez com que houvesse um leve crescimento do PIB, baseado no consumo das famílias e do consistente investimento, principalmente a partir do terceiro trimestre. Estima-se que o crescimento do PIB em 2019 seja de 1,1%. A taxa de desemprego caiu, porém ainda se mantém elevada (11,2%), apesar do aumento da taxa de ocupação com e sem carteira assinada.

Neste sentido, o setor de hortifrútis foi muito produtivo e conseguiu, por mais um ano, avançar em qualidade dos produtos e em produtividade, vencendo desafios inerentes à produção e comercialização de produtos agrícolas frescos. Com isso, possibilitou ao consumidor ter em sua mesa produtos de melhor qualidade a preços bastante satisfatórios e ao produtor manter e/ou aumentar sua produção sem ter que expandir sua área de plantio, com uma remuneração justa.

A título de informação, tem-se o Índice CEAGESP, que se trata do primeiro balizador de preços de alimentos frescos no mercado, e que indica a variação dos valores praticados no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) comercializados no ETSP.

Divulgados mensalmente, os 150 itens que compõem a cesta de produtos são escolhidos pela importância dentro de cada setor e ponderados de acordo com a sua representatividade. Assim, foi que tal índice fechou o ano em queda de 1,16% nos preços, em contraste com a inflação que subiu para 4,31% (IPCA do IBGE), fato este que demonstrou os avanços da economia nesse setor em particular.

Feitas estas considerações iniciais, importante passarmos a demonstrar os resultados operacionais obtidos pela administração da Companhia no ano de 2019.

Além do já exposto, a CEAGESP promove a aproximação entre atacadistas, varejistas, produtores rurais e consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, flores, pescados, produtos agrícolas e agropecuários, quando permite o uso remunerado de seus espaços por terceiros. Neste sentido é que ela oferece classificação e certificação de produtos vegetais, através de pessoal qualificado para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio, investindo em novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários e informação de mercado.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA - ROB

O faturamento da Companhia em 2019 totalizou R$ 117,791 milhões, enquanto que em 2018 foi de R$ 103,783 milhões, um aumento de 13%. A maior variação ocorreu na permissão remunerada de uso das áreas da CEAGESP, no valor de R$ 9,208 milhões, um aumento de cerca de 15%; a segunda maior variação ocorreu na prestação de serviços de armazenagem que cresceu R$ 6,861 milhões, aproximadamente 24% em relação a 2018.

A ROB é composta pelas receitas de prestação de serviço e venda de produtos, basicamente são serviços aplicados na armazenagem e cessão de espaços.

As receitas provenientes das duas unidades de negócios da CEAGESP estão apresentadas nos seguintes percentuais:

Em milhares de reais

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	Valor	Percentual
ENTREPOSTAGEM	81.975	70%
ARMAZENAGEM	35.351	30%

Abaixo, apresentamos a evolução da receita operacional bruta dos últimos 5 exercícios. Como pode-se verificar, as ações administrativas geraram um crescimento de 18,77%, no comparativo entre os exercícios de 2015 e 2019.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (em milhares de reais)	
Ano	Valor
2015	99.174
2016	104.557
2017	110.298
2018	103.783
2019	117.791

VOLUME COMERCIALIZADO NA REDE DE ENTREPOSTOS

Foi por intermédio deste uso remunerado de seus espaços por terceiros que, em 2019 foram comercializadas 4.138.788 toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados na rede de entrepostos da CEAGESP ante 3.921.753 toneladas negociadas em 2018, ou seja, houve um crescimento de 5,5% no volume ofertado. Este resultado ficou pouco acima da média dos últimos 4 anos (4.079.653 toneladas), conforme ilustra a tabela abaixo:

ETSP e Interior	
Ano	Volume em toneladas
2015	4.208.483
2016	4.010.040
2017	4.178.336
2018	3.921.753
2019	4.138.788

O ETSP movimentou 77,6% do volume total comercializado da rede de entrepostos. As unidades de Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e São José do Rio Preto lideraram os volumes no interior, conforme quadro abaixo:

	Unidade	Volume (em toneladas)	Participação
1º	ETSP	3.212.158,95	77,6%
2º	RIBEIRÃO PRETO	282.688,26	6,8%
3º	SOROCABA	145.524,86	3,5%
4º	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	106.594,04	2,6%
5º	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	107.848,55	2,6%
6º	BAURU	101.649,54	2,5%
7º	PRESIDENTE PRUDENTE	58.038,75	1,4%
8º	ARARAQUARA	43.670,64	1,1%
9º	PIRACICABA	28.056,34	0,7%
10º	ARAÇATUBA	22.051,58	0,5%
11º	MARÍLIA	17.715,74	0,4%
12º	FRANCA	12.790,86	0,3%

VOLUME FINANCEIRO NA REDE DE ENTREPOSTOS

O fluxo financeiro na rede de entrepostos (fruto de todos os produtos comercializados pelos permissionários) registrou crescimento de 16,1% em 2019. O montante negociado ao longo do ano foi de R$ 11,1 bilhões ante R$ 9,5 bilhões registrados em 2018. A tabela abaixo mostra o fluxo financeiro na rede de entrepostos nos últimos 5 anos:

ETSP e Interior (Volume Financeiro)	
Ano	Em milhares de reais
2015	9.414.844.757
2016	10.460.286.023
2017	9.575.404.242
2018	9.566.241.679
2019	11.103.806.292

A participação do ETSP no volume financeiro é um pouco mais expressiva do que no volume em toneladas. Do total de entrepostos, 79,6% do volume financeiro é gerado no ETSP, seguido pelas unidades de Ribeirão Preto (6,2%), Sorocaba (3,2%), São José do Rio Preto (2,6%) e São José dos Campos (2,4%), conforme quadro abaixo:

Em milhares de reais

	Unidade	Fluxo Financeiro	Participação
1º	ETSP	8.842.289	79,6%
2º	RIBEIRÃO PRETO	684.610	6,2%
3º	SOROCABA	351.785	3,2%
4º	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	289.482	2,6%
5º	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	263.328	2,4%
6º	BAURU	229.619	2,1%
7º	PRESIDENTE PRUDENTE	126.977	1,1%
8º	ARARAQUARA	114.115	1,0%
9º	ARAÇATUBA	68.607	0,6%
10º	PIRACICABA	54.943	0,5%
11º	MARÍLIA	47.035	0,4%
12º	FRANCA	31.018	0,3%

Interior em Toneladas: A quantidade ofertada no interior cresceu 8,0%. Em 2019, foram negociadas 926.629 toneladas ante 857.955 em 2018. As unidades em maior volume de crescimento foram: São José do R. Preto (54.498 t) e São J. dos Campos (13.812 t). A tabela abaixo compara os volumes comercializados em 2018 e 2019:

COMPARATIVO UNIDADE DO INTERIOR			
UNIDADE	2018	2019	Variações em toneladas
CEARA	45.792	43.671	-4,6%
CEARB	25.375	22.052	-13,1%
CEBAU	101.112	101.650	0,5%
CEFRA	13.372	12.791	-4,3%
CEMAR	19.368	17.716	-8,5%
CEPIR	23.593	28.056	18,9%
CEPRE	55.872	58.039	3,9%
CERIB	278.436	282.688	1,5%
CESJC	94.037	107.849	14,7%
CESJR	52.096	106.594	104,6%
CESOR	148.904	145.525	-2,3%
TOTAL	857.955	926.629	

Fluxo Financeiro no Interior: O volume financeiro nas unidades do interior apresentou uma variação positiva de 26,6%. Passou de R$ 1,79 bilhões em 2018 para R$ 2,26 bilhões em 2019. A maioria das unidades apresentou aumento, com destaque para as unidades de São José do Rio Preto (124%), São José dos Campos (48,6%) e Sorocaba (25,2%), conforme tabela abaixo:

Em milhares de reais

COMPARATIVO UNIDADES DO INTERIOR			
UNIDADE	2018	2019	Variações
CEARA	108.144	114.115	5,5%
CEARB	70.933	68.607	-3,3%
CEBAU	202.213	229.619	13,6%
CEFRA	27.288	31.018	13,7%
CEMAR	52.406	47.035	-10,2%
CEPIR	48.012	54.943	14,4%
CEPRE	109.001	126.977	16,5%
CERIB	580.499	684.610	17,9%
CESJC	177.192	263.328	48,6%
CESJR	129.217	289.482	124,0%
CESOR	281.030	351.785	25,2%
TOTAL	1.785.935	2.261.518	

Entreposto Terminal de São Paulo: O volume comercializado no ETSP cresceu 4,8% em 2019. Foram comercializadas 3.212.159 toneladas de FLV, flores e pescados ante 3.063.798 em 2018. A tabela abaixo ilustra a comercialização nos últimos 20 anos no maior entreposto da América latina:

Volume Comercializado em Toneladas nos últimos 20 anos	
Ano	Total
2000	2.687
2001	2.777
2002	2.738
2003	2.689
2004	2.795
2005	2.913
2006	2.957
2007	3.034
2008	3.114
2009	3.155
2010	3.159

2011	3.234
2012	3.401
2013	3.371
2014	3.413
2015	3.372
2016	3.198
2017	3.301
2018	3.064
2019	3.212
Total Geral	61.584

Em 2019, todos os setores no ETSP registraram aumento em relação ao ano anterior, com destaque para os setores de Flores (12,6%) e Verduras (8,6%). A tabela abaixo mostra os volumes, por setor, nos últimos 5 anos:

	VOLUME COMERCIALIZADO EM TONELADAS				
	2015	2016	2017	2018	2019
FRUTAS	1.734.480	1.629.592	1.727.875	1.604.802	1.680.992
LEGUMES	890.681	838.845	840.239	764.191	798.624
VERDURAS	248.891	244.734	238.065	225.541	244.993
DIVERSOS	401.670	397.204	415.298	395.490	408.876
FLORES	43.319	39.064	36.339	33.795	38.049
PESCADOS	52.762	48.788	43.233	39.980	40.625
TOTAL	3.371.803	3.198.228	3.301.049	3.063.798	3.212.159

O fluxo financeiro envolvido na comercialização do ETSP em 2019 foi de R$ 8,84 bilhões. Aumento de 13,6% em relação aos R$ 7,78 bilhões negociados em 2018. O setor de frutas respondeu por cerca de 52,3% deste total, seguido por legumes com 23,2%. O gráfico abaixo mostra a participação percentual de cada setor na composição do volume financeiro do ETSP:

VOLUME FINANCEIRO	%
FRUTAS	52,3
LEGUMES	23,2
VERDURAS	5,6
DIVERSOS	12,2
FLORES	3,2
PESCADOS	3,5
TOTAL	100

O fluxo financeiro dos permissionários no ETSP acompanhou o aumento do volume físico e todos os setores apresentaram crescimento, com destaque para o setor de Diversos (45,4%) e Verduras (26,6%). A tabela abaixo demonstra o fluxo financeiro, por setor, nos últimos 5 anos:

Em milhares de reais

	VOLUME FINANCEIRO				
	2015	2016	2017	2018	2019
FRUTAS	3.986.515	4.438.694	4.281.847	4.239.389	4.620.918
LEGUMES	2.047.151	2.137.602	1.801.620	1.832.581	2.054.036
VERDURAS	405.446	442.574	419.732	400.338	506.758
DIVERSOS	891.368	1.035.631	773.421	739.146	1.074.614
FLORES	255.067	251.277	270.195	278.754	280.713
PESCADOS	260.342	290.193	305.953	290.099	305.249
TOTAL	7.845.890	8.595.971	7.852.767	7.780.307	8.842.289

TENDÊNCIA:

Assim, vistos os dados acima, os quais demonstram um início de retomada da economia, consubstanciada na força do setor agrícola e de hortifrútis é que o país começa o ano de 2020 com mais otimismo do que no ano passado, onde desafios como a necessidade de fazer uma reforma da previdência, sem a qual não se permitia vislumbrar um cenário de equilíbrio das contas públicas que propiciasse uma retomada dos investimentos e, consequentemente, do crescimento. Vencida esta primeira etapa, temos ainda o desafio de uma reforma tributária, a qual se encontra sem maiores definições até o momento.

Com inflação sob controle e com a menor taxa básica de juros da história (4,5% a.a.), o governo se esforça para levar os bancos a baixar os juros para o consumidor e para os investimentos. As previsões para este ano são positivas, com um crescimento do PIB da ordem de 2,3% e do setor agropecuário em 3,8% (dados do Dimac/IPEA, dez 2019). Para a inflação, a previsão do Instituto é de queda no índice, para 3,1%.

O setor de hortifrútis tem se dedicado, ano após ano, a investir cada vez mais em tecnologia, em toda a cadeia produtiva, desde a produção até a distribuição. O produtor precisa se preocupar com a planta, com o solo, clima, colheita, transporte, mercados, crédito, seguro agrícola, etc. Com isso temos cada vez mais produtos de qualidade, que mantém suas melhores características até chegar à mesa do consumidor final.

É dentro deste cenário que esta administração da Companhia fez valer cumprir as normas de segurança alimentar, tal como qualificação dos alimentos e rastreabilidade, a saber a implantação do Serviço de Classificação Vegetal - SECLAC, que tem por objetivo o controle de qualidade de produtos de origem vegetal para garantir a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor.

O Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, criado pela Lei Federal nº 9.973/2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855/2001, normatizado pela Instrução Normativa nº 029/2011, estabeleceu os requisitos técnicos obrigatórios definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com a finalidade de melhorar a qualidade da prestação de serviço de armazenagem no Brasil.

Em virtude da relevância da CEAGESP no segmento de armazenagem no Estado de São Paulo e em atendimento a Instrução Normativa nº 029/2011 que estabeleceu os requisitos mínimos obrigatórios (técnicos e de segurança do trabalho) para uma Unidade Armazenadoras e as Instrução Normativa 022/2017 que considerou os prazos estabelecidos em normativos anteriores e estabeleceu novo escalonamento para certificação obrigatória das Unidades armazenadoras, a Companhia iniciou o processo de certificação, dentro de um cronograma estabelecido pela Administração.

De um total de 15 unidades armazenadoras ativas até 2019, 12 unidades foram certificadas seguindo o disposto na legislação (11 até o ano de 2015 e mais 01 em 2017). De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 22, DE 14 DE JUNHO DE 2017.

ESTRATÉGIAS PARA CRESCIMENTO

A Companhia visa promover o equilíbrio financeiro através de aumento de receitas e redução de custos com a otimização de recursos, implantando sistemas de informações de mercado para os clientes, aumentando a atuação dos entrepostos e armazéns gerais no mercado.

Assim, dentre as estratégias estipuladas para o exercício, no intuito de promover o crescimento da companhia, imperioso destacar a redução de contas a receber vencidas bem como a diminuição da inadimplência, conforme se depreende pela análise dos números abaixo:

Valores em R$/mil

1) CONTAS A RECEBER VENCIDOS			
Mês/ano	DEZ/18	DEZ/19	REDUÇÃO
Valor	R$ 36.317	R$ 33.635	7,38 %

2) INADIMPLÊNCIA			
a) CONTAS A RECEBER			
Mês/ano	DEZ/18	DEZ/19	REDUÇÃO
Valor	R$ 5.437	R$ 2.172	R$ 3.265 60,05%
Índice de inadimplência	23,04%	9,43%	Redução de 13,61 pontos percentuais
b) PARCELAMENTO			
Mês/ano	DEZ/18	DEZ/19	REDUÇÃO
Valor	R$ 207	R$ 169	R$ 38 18,36%
Índice de inadimplência	18,37%	8,78%	Redução de 9,59 pontos percentuais

Ademais, outro ponto importante a destacar no que tange ao crescimento da empresa, tem-se o Indicador de Governança - IG-SEST, que é um instrumento de acompanhamento contínuo desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, com objetivo de avaliar o cumprimento dos requisitos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR (criada pelo Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007), que busca implementar nas empresas estatais as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

A CEAGESP, através do acompanhamento da Coordenadoria de Governança Corporativa - CODGO, vem implementando ações para o cumprimento dos requisitos da Lei Federal nº 13.303/2016 e, no ano de 2019, atingiu o nível II de excelência em governança corporativa dos 04 níveis existentes (onde o nível I é o máximo e o nível IV o mínimo).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Companhia, buscando cumprir com sua função social, além de trabalhar com afinco para propiciar a garantia do direito constitucional à uma alimentação saudável, mantém parcerias através de convênios com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

Os principais projetos desenvolvidos nesse sentido foram a Nossa Turma e o Banco CEAGESP de Alimentos.

Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma

A Nossa Turma oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a CEAGESP e a Associação.

Em 2019 foram atendidas 108 crianças com faixa etária entre 11 meses e 4 anos de idade, formando 37 crianças que foram encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI.

No espaço que atende adolescentes de 6 a 13 anos, foram atendidos diariamente 30 alunos, na maioria moradores de comunidades da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar, educação ambiental, oficina de culinária saudável, aulas de Karatê e Capoeira, aulas de teatro, além de um acompanhamento psicológico.

No período noturno, foram atendidas 26 jovens por dia, através do Pólo de Estudo no qual são ministradas aulas de reforço de matemática, química, português e orientação vocacional.

A Associação Nossa Turma desenvolveu ações que envolveram não só os familiares das crianças como também outros indivíduos da comunidade local, com ações de saúde, oficina de sabor e alimentação saudável, ajuda e orientação na confecção de currículos, atingindo diretamente em torno de 800 pessoas por ano.

Banco CEAGESP de Alimentos

Criado em 2003 e que tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e assim, distribuí-los aos beneficiários das entidades públicas/privadas e associações que operem gratuitamente em todas as circunstâncias, com alimentos ou refeição das pessoas em situação de insegurança alimentar como: creches, casas de recuperação, orfanatos, asilos e entidades assistenciais em geral, além de outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2019, foram feitos 1389 atendimentos à 136 entidades cadastradas, totalizando 1260 toneladas de doações.

Atendeu-se também às famílias vítimas de catástrofes naturais como as enchentes, os incêndios e ações de ajudas humanitárias como o caso dos refugiados de guerra e programas de redução de desperdício alimentar.

MEIO AMBIENTE:

A CEAGESP se preocupa também com as questões ligadas à conservação do meio ambiente e faz sua contribuição dando uma destinação correta aos dejetos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus entrepostos, promovendo ações de reutilização, reciclagem e reaproveitamento desses resíduos.

A separação de itens para reciclagem evita que sejam descartados como lixo em aterro sanitário, como também evita que os mesmos sejam jogados no chão, o que aumentaria o volume de lixo a ser varrido e coletado, gerando economia para a Companhia.

ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Programa Brasileiro para a Modernização da Horticultura: desenvolve uma linguagem e caracterização do produto, que permite a utilização de métodos modernos de comercialização, transparência na comercialização e maior participação do produtor no valor final do produto. Existem normas de classificação para 43 frutas e hortaliças frescas, padrões mínimos de qualidade e medidas para 97 frutas e hortaliças. Foram atendidas 3.531 pessoas, em reuniões, palestras e visitantes de outros países. Participação em Feira do Setor com atendimento de 1.100 pessoas.

Programa HortiEscolha: sistema (software) de apoio à tomada de decisão de gestores de serviço de alimentação, na escolha do melhor produto para cada época, do tipo de produto de melhor custo-benefício, na garantia de diversidade na alimentação e um menor custo e maior quantidade de alimento no prato. Foram treinadas 1.193 pessoas na utilização das ferramentas do Programa HortiEscolha.

Parceria com organizações de governo e privadas para o desenvolvimento e adoção das ferramentas de modernização e a capacitação na sua utilização como o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo; da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios e de Assistência Técnica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, universidades, institutos de pesquisa, organizações de produtores e de fabricantes de insumos para a agricultura e comercialização.

Programa de Apoio à Comercialização e à Conformidade Legal - treinamento de produtores, técnicos de campo, atacadistas, varejistas e estudantes em pós-colheita e comercialização. Acompanhamento do desempenho do produto de organizações de produtores visando a melhoria da sua competitividade. Foram treinadas 480 pessoas, entre produtores, técnicos, estudantes e profissionais da área.

Parceria com o MAPA - O Brasil foi escolhido para elaborar a norma internacional de qualidade do mamão para o comércio internacional entre os países membros e parceiros da OCDE. A CEAGESP foi designada para o criação do referencial fotográfico para esta norma. Criação do referencial fotográfico para padrões mínimos de qualidade oficiais. Atualmente temos 20 produtos completos.

INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

O FND é administrado pelo BNDES, designado Gestor do Fundo.

Com a inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, a CEAGESP realizou o registro de bloqueio das ações de propriedade da União no livro de escrituração e solicitou ao BNDES o registro das ações no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018		Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO				PASSIVO			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.703	3.169	Fornecedores		16.139	11.990
Clientes	5	24.636	23.052	Férias e encargos a pagar	16	8.353	8.616
Impostos a recuperar / compensar	6	216	84	Contribuições sociais a recolher	17	3.633	3.401
Estoques	7	879	955	Obrigações fiscais a recolher	18	31.409	11.343
Outros valores	8	205	265	Encargos a pagar	19	3.902	2.531
Despesas antecipadas	9	1.750	1.693	Contas a pagar	20	3.801	8.102
Total do ativo circulante		31.389	29.218	Empréstimos a pagar	21	4.600	4.667
				Total do passivo circulante		71.837	50.650
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Adiantamento p/ futuro aumento			
Depósitos judiciais	10	32.605	30.929	de capital		1.442	1.362
Causas judiciais trabalhistas	11	10.942	13.170	Obrigações fiscais a recolher	18	14.095	21.068
Outros valores	12	2.051	2.051	Provisão para contingências	22	28.319	26.920
Total do realizável a longo prazo		45.598	46.150	Total do passivo não circulante		43.856	49.350
Investimentos	13	251	251	Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	207.490	203.840	Capital social	23	137.041	137.041
Intangível	15	476	560	Reserva legal		3.513	3.513
Total do ativo não circulante		253.815	250.801	Reserva estatutária	23.3	9.693	11.312
				Reserva de retenção de lucros	23.4	-	8.497
				Reserva de reavaliação	23.5	16.244	16.814
				Reserva especial	23.6	3.020	2.842
				Total do patrimônio líquido		169.511	180.019
TOTAL DO ATIVO		285.204	280.019	TOTAL DO PASSIVO + PL		285.204	280.019

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	97.785	86.559
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	24.2	(60.816)	(47.261)
LUCRO BRUTO		36.969	39.298
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(16)	(42)
Gerais e administrativas	24.3	(50.432)	(39.371)
Honorários da administração		(1.039)	(1.099)
Outras despesas operacionais		(6)	(4)
Outras receitas operacionais	24.4	5.485	357
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(9.039)	(861)
Despesas financeiras	24.5	(5.360)	(10.996)
Receitas financeiras	24.6	3.713	2.772
RESULTADO FINANCEIRO		(1.647)	(8.224)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(10.686)	(9.085)
Contribuição social	30	-	-
Imposto de renda	30	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(10.686)	(9.085)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,31)	(0,26)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)	31.12.2019	31.12.2018
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.686)	(9.085)
(+) Realização da reserva de reavaliação	570	570
RESULTADO LÍQUIDO ABRANGENTE	(10.116)	(8.515)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Reserva Especial	Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	137.041	17.384	3.513	17.015		11.312		186.266
Realização da reserva de reavaliação		(570)					570	
Resultado líquido do exercício							(9.085)	(9.085)
Transf. dividendos a pagar - Ex.2015					2.697			2.697
Atualização da reserva especial					145			145
Utilização da reserva de retenção de lucros para resgate das ações privadas - Lei nº 13.303/2016				(3)				(3)
Compensação de prejuízos				(8.515)			8.515	
Reserva de retenção de lucros				(8.515)			8.515	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	137.041	16.814	3.513	8.497	2.842	11.312		180.019
Realização da reserva de reavaliação		(570)					570	
Resultado líquido do período							(10.686)	(10.686)
Atualização da reserva especial					178			178
Compensação de prejuízos				(8.497)		(1.619)	10.116	
Reserva de retenção de lucros				(8.497)			8.497	
Reserva estatutária						(1.619)	1.619	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	137.041	16.244	3.513		3.020	9.693		169.511

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Resultado líquido ajustado		
Resultado líquido do período	(10.686)	(9.085)
Depreciação e amortização	6.694	6.543
Resultado líquido de alienação de imobilizado	106	(7)
Provisão para contingências	1.400	(376)
Variação monetária líquida	951	3.183
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber - processos trabalhistas	(1.677)	(3.114)
Contas a receber - clientes	(1.584)	(647)
Estoques	77	(95)
Impostos a recuperar	(132)	(83)
Despesas antecipadas	(57)	(602)
Outros créditos	2.287	(682)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	(4.469)	(917)
Fornecedores	4.149	2.141
Impostos, encargos e contribuições a recolher	1.602	4.050
Obrigações fiscais a recolher	12.142	1.188
Contas a pagar	346	(23)
Férias e encargos a pagar	(263)	(8.516)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.886	(7.042)
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(359)	(144)
Recebimentos em caixa provenientes de títulos a receber	(10.006)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(10.365)	(144)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	80	76
Empréstimos obtidos	10.400	4.667
Pagamento de empréstimos	(10.467)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	13	4.743
Aumento/diminuição no saldo de disponibilidades	534	(2.443)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.169	5.612
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.703	3.169
Variação de caixa e equivalentes de caixa	534	(2.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041 de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, alterou a vinculação da Ceagesp, transferindo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Economia.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 128 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No dia 21 de fevereiro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas contábeis compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

3.2. Operações de Crédito a Receber e Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. A Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas;

3.3. Investimentos

Estão demonstrados pelo valor de aquisição;

3.4. Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens foi implementado em 2016, com base em laudo emitido por uma empresa contratada que realizou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;

3.5. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

A Administração considera remota que o valor recuperável dos ativos correntes seja menor do que o valor contábil;

3.6. Obrigações e Provisões de Contingências

As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base em opinião do Departamento Jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo Departamento Jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº 22, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

3.7. Reconhecimento de Receitas

A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização;

3.8. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias e são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Bancos Conta Movimento	3.668	910
Caixa	35	33
Aplicações Financeiras	-	2.226
	3.703	3.169

4.1. Bancos Conta Movimento

Representa as contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

4.2. Caixa

Refere-se ao fundo fixo, saldo disponibilizado através de cartão de débito, utilizado para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades.

5. CLIENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Contas a Receber - Entrepostagem	22.019	20.082
Contas a Receber - Armazenagem	2.930	4.639
Valores em Cobrança	2.493	749
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(2.806)	(2.418)
	24.636	23.052

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.

5.1. Contas a Receber - Entrepostagem

São registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e a fábrica de gelo.

5.2. Contas a Receber - Armazenagem

Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 33 Unidades ativas em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 era composto por 35 Unidades, sendo 18 ativas, 9 locadas, 3 inativas e 5 cedidas.

5.3. Valores em Cobrança

São débitos vencidos relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora.

5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política as perdas estimadas das parcelas com vencimentos superiores a 180 dias. No ramo de entrepostagem é considerado o total dos valores vencidos, enquanto que na Armazenagem é considerado o montante do valor complementar, no caso da mercadoria estocada ser insuficiente para a garantia do débito.

DEMONSTRAÇÃO DA PECLD	31.12.2019
Saldo em 31.12.2018	(2.418)
(+) Constituídas no período	(4.668)
(-) Reversões ocorridas no período	4.280
Saldo final em 31.12.2019	(2.806)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

	31.12.2019	31.12.2018
IR a Compensar	117	60
IR Retido na Fonte	74	11
CSLL a Compensar	25	13
	216	84

Corresponde à retenção obrigatória realizada por clientes, aplicações em instituições financeiras e IR retido na fonte de juros sobre capital próprio recebido.

7. ESTOQUES

	31.12.2019	31.12.2018
Almoxarifado	809	885
Estoques de Vendas	70	70
	879	955

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

8. OUTROS VALORES

	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos a Funcionários	137	211
Outros Créditos	51	37
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	205	265

8.1. Adiantamentos a Funcionários

São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.

8.2. Outros Créditos

Estão registrados valores a recuperar de funcionários, como insuficiência salarial.

8.3. Cauções para Garantias Diversas

Valor a recuperar referente garantia contratual.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2019	31.12.2018
Prêmios de Seguros a Vencer	1.750	1.693

São registrados seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme nota explicativa nº 28.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO

	31.12.2019	31.12.2018
Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	29.043	27.417
Causas Trabalhistas - Terceiros	2.077	2.162
Causas Trabalhistas - Ceagesp	1.035	905
Causas Diversas - Cíveis	450	445
	32.605	30.929

10.1. Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo

Compreendem os valores desembolsados referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários. O Governo do Estado de São Paulo é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da Ceagesp, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações").

10.2. Causas Trabalhistas - Terceiros

Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

10.3. Causas Trabalhistas - Ceagesp

São contabilizados valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da Ceagesp. Permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.4. Causas Diversas - Cíveis

São registrados valores pagos e classificados como recuperáveis conforme parecer jurídico.

11. CAUSAS JUDICIAIS TRABALHISTAS - LONGO PRAZO

	31.12.2019	31.12.2018
Ctas Rec. Governo Est. S. Paulo - Processos em Andamento	6.004	8.232
Ctas Rec. Governo Est. São Paulo - Processos Encerrados	4.938	4.938
	10.942	13.170

11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos em Andamento

Contemplam valores provisionados e classificados como recebimento provável de acordo com parecer jurídico. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo, "Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo" demonstrada na nota explicativa nº 22.

11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos Encerrados

São registrados valores pagos ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.1.

12. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO

	31.12.2019	31.12.2018
Contas a Receber Clientes e Usuários	26.724	27.846
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
(-) PECLD	(26.724)	(27.846)
	2.051	2.051

12.1. Contas a Receber Clientes e Usuários

Nesta conta são registrados os valores em cobrança judicial.

12.2. Realizáveis por Venda de Imóveis

Estão registrados os valores a receber de Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há constituição de PECLD, pois o bem é garantia real para a Companhia.

12.3. PECLD

A constituição das perdas estimadas foi comentada na nota explicativa nº 5.4.

DEMONSTRAÇÃO DA PECLD - LONGO PRAZO	31.12.2019
Saldo em 31.12.2018	(27.846)
(+) Constituídas no período	(6.665)
(-) Reversões ocorridas no período	7.787
Saldo final em 31.12.2019	(26.724)

13.INVESTIMENTOS

	31.12.2019	31.12.2018
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decorrente Incentivos Fiscais	9	9
	251	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não-controladoras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

14. IMOBILIZADO

	31.12.2019			31.12.2018
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	303.155	(199.705)	103.450	98.109
Terrenos	72.193	-	72.193	72.193
Equipamentos e Instalações	35.957	(22.035)	13.922	3.116
Obras em Andamento	8.779	-	8.779	21.782
Obras Elétricas	15.193	(10.217)	4.976	5.433
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	1.482	1.482
Equipamentos de Informática	4.997	(3.544)	1.453	388
Móveis e Utensílios	2.169	(1.694)	475	469
Benfeitorias em Bens de 3º	2.634	(2.246)	388	435
Obras Hidráulicas	4.323	(3.954)	369	429
Veículos	517	(514)	3	4
	451.399	(243.909)	207.490	203.840

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

32 Unidades Armazenadoras Operacionais.
01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
04 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

No exercício de 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO	31.12.2019
Saldo em 31.12.2018	203.840
(+) Aquisições ocorridas no período	262
(+) Investimento realizado por cliente	10.006
(-) Baixas de bens	(407)
(-) Depreciações no período	(6.481)
(+) Baixas de depreciação no período	270
Saldo final em 31.12.2019	207.490

15. INTANGÍVEL

	31.12.2019			31.12.2018
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direitos de Propriedades	4.770	(4.294)	476	560
Marcas e Patentes	37	(37)	-	-
	4.807	(4.331)	476	560

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL	31.12.2019
Saldo em 31.12.2018	560
(+) Aquisições	126
(-) Amortizações no período	(213)
(+) Baixas de amortizações	3
Saldo final em 31.12.2019	476

16. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2019	31.12.2018
Férias e Gratificações	6.159	6.315
Contribuição Social	2.194	2.301
	8.353	8.616

As obrigações referentes a direitos trabalhistas relevantes foram constituídas com base na folha de pagamento da Companhia.

17. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2019	31.12.2018
INSS - Empresa - Empregados	1.465	1.580
Cofins a Recolher	875	607
INSS - Lei 9.711/98 e OS 203/99	634	564
FGTS - Empresa	472	517
Pasep a Recolher	187	131
INSS - Autônomos e Sindicatos	-	2
	3.633	3.401

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	31.12.2019		31.12.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Impostos e Taxas Municipais	17.359	-	-	-
Programa Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	6.399	-	6.091	5.983
Impostos Retidos - Lei nº 10.833/03	2.350	-	1.573	-
Programa Recuperação Fiscal - Refis	1.294	4.851	1.255	5.959
Imposto de Renda - Fonte - Empregados	1.276	-	1.129	-
ICMS a Recolher	1.235	19	33	53
Taxa de Lixo	1.216	9.225	1.058	9.073
ISS de Terceiros	236	-	176	-
ISS - Empresa	44	-	27	-
Imposto de Renda - Fonte - Terceiros	-	-	1	-
	31.409	14.095	11.343	21.068

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

18.1. Impostos e Taxas Municipais

Corresponde ao IPTU e taxas. No terceiro trimestre ocorreu lançamento de IPTU complementar do Entreposto da Terminal de São Paulo - ETSP, referente ao período de 2014 a 2019, no valor de R$ 10,584 milhões. Trata-se de operação de vistoria de imóvel através de processo de regularização de construção pela Prefeitura do Município de São Paulo. O valor de R$ 6,775 milhões refere-se ao IPTU do exercício de 2019.

18.2. Programa Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI

Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até a data destas demonstrações.

18.3. Programa de Recuperação Fiscal - Refis

Equivale a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil - RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R$ 6,145 milhões.

18.4. ICMS a Recolher

a) Parcelamento em 36 meses de ICMS, conforme Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM da Unidade de Tupã, com pagamento da primeira parcela em agosto de 2018 e término em julho de 2021; valor da parcela mensal de R$ 3 mil; b) Reparcelamento de débito fiscal de ICMS da Unidade de Fernandópolis, em 12 meses de R$ 109 mil, início do pagamento em dezembro de 2019 e término em novembro de 2020.

18.5.Taxa de Lixo

O total de R$ 10,441 milhões contabilizados no passivo circulante e não circulante é resultado da condenação judicial do processo movido pela Prefeitura do Município de São Paulo relativo a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, referentes ao exercício de 2001. A dívida foi parcelada em 120 meses.

19. ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2019	31.12.2018
Processos Judiciais e Trabalhistas	2.004	2.524
Ordenados a Pagar	1.898	7
	3.902	2.531

19.1. Processos Judiciais e Trabalhistas

Correspondem a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos: a) cíveis: acordo judicial de ação moratória referente ao processo de indenização ao cliente da unidade de Tatuí, no valor de R$ 1,695 milhão, assinado em junho de 2019 e parcelado em 15 vezes iguais de R$ 154 mil cada, com início do pagamento em junho de 2019 e término em agosto de 2020; e b) trabalhistas: movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas de serviços terceirizados nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária.

19.2. Ordenados a Pagar

O aumento no saldo em relação a 2018 corresponde à mudança na data de pagamento, a partir do mês de fevereiro de 2019. Anteriormente o pagamento ocorria dentro do próprio mês de competência e foi alterado para o quinto dia útil do mês subsequente.

20. CONTAS A PAGAR

	31.12.2019	31.12.2018
Contas a Pagar Diversos	2.442	2.316
Correntistas Credores	1.153	5.622
Cauções e Retenções	206	164
	3.801	8.102

20.1. Contas a Pagar Diversos

Estão registrados valores de glosas de processos trabalhistas, convênio com órgão público e instituições financeiras referente a empréstimos consignados.

20.2. Correntistas Credores

A redução ocorreu por dois motivos: a) transferência para conta de resultado, do valor de R$4,452 milhões referente a levantamento judicial com trânsito em julgado; b) utilização de créditos pendentes de permissionários, para abatimento do boleto mensal.

20.3. Cauções e Retenções

Correspondem às garantias contratuais.

21. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimo I	-	4.667
Empréstimo II	333	-
Empréstimo III	4.267	-
	4.600	4.667

Ambos foram realizados junto ao Banco do Brasil, para reforço do capital de giro.

21.1. Empréstimo I

Os recursos foram captados no mês de agosto de 2018 no valor nominal de R$ 7 milhões. O prazo para pagamento era de 12 meses, com prestações mensais e consecutivas estipuladas em R$ 583 mil, com vencimento da primeira parcela em setembro de 2018 e término em agosto de 2019. O empréstimo encontra-se quitado em 31 de dezembro de 2019.

21.2. Empréstimo II

O valor nominal de R$ 4 milhões foi captado no mês de janeiro de 2019, com prestações mensais e consecutivas estipuladas no valor de R$ 333 mil, com vencimento da primeira parcela para fevereiro de 2019 e término em janeiro de 2020.

21.3. Empréstimo III

Os recursos foram captados no mês de agosto de 2019 no valor nominal de R$ 6,4 milhões. O prazo para pagamento é de 12 meses, com prestações mensais e consecutivas estipuladas em R$533 mil, com vencimento da primeira parcela em setembro de 2019 e término em agosto de 2020.

21.4. Garantia

Para concessão dos empréstimos foi dado como garantia o faturamento em carteira específica, devendo ser superior a 120% do valor do crédito.

21.5. Obrigação Especial - Garantia

Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a Ceagesp fica obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

21.6. Encargos Financeiros

Sobre o valor do empréstimo II e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 198% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e sobre o empréstimo III incidem encargos financeiros de 195%. Os encargos financeiros são calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida, devendo ser pagos integralmente. A Ceagesp realizou o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF, bem como se responsabilizará por outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

21.7. Comissão Flat

Além dos encargos financeiros, a Ceagesp pagou a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1% para o Empréstimo II e 1,3% para o Empréstimo III.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para Riscos Cíveis	16.729	8.179
Provisão Contingências Trabalhistas - Governo Estado SP	6.004	8.231
Provisão para Contingências Trabalhistas - Ceagesp	3.598	7.115
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceiros	1.733	3.140
Provisão para Riscos Fiscais	255	255
	28.319	26.920

As provisões são constituídas com base em parecer jurídico face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes. O aumento na provisão para riscos cíveis se deve à atualização dos processos.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	31.12.2019
Saldo em 31.12.2018	26.920
(+) Provisões no período	12.350
(+) Reversões no período	(10.951)
Saldo final em 31.12.2019	28.319

A Companhia, frente às provisões contingenciais, possui registrado no grupo de "Causas Judiciais Trabalhistas" (nota explicativa nº 11), o valor de R$ 6,004 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R$ 21,328 milhões classificado como risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme parecer jurídico.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

			31.12.2019	31.12.2018
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607	136.607
Pessoas Jurídicas	108.880	0,32	434	434
	34.403.023	100,00	137.041	137.041

23.1. Capital Social e Composição Acionária

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019.

A Ceagesp foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Ceagesp, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

Com a inclusão da Ceagesp no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, a Ceagesp realizou o registro de bloqueio das ações de propriedade da União (Governo Federal) no livro de escrituração e o BNDES registrou as ações no Fundo Nacional de Desestatização - FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

23.2. Absorção do prejuízo do exercício

De acordo com o artigo 189 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o prejuízo do exercício deverá ser obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O prejuízo do exercício de 2019 foi apurado no valor de R$ 10,686 milhões, somado à realização da reserva de reavaliação de R$ 570 mil, resultou em zeramento do saldo de R$ 8,497 milhões da reserva de retenção de lucros e redução de R$ 1,619 milhão do saldo da reserva estatutária.

Resultado líquido do período	(10.686)
(+) Realização da reserva de reavaliação	570
(+) Absorção da reserva de retenção de lucros	8.497
(+) Absorção da reserva estatutária	1.619

23.3. Reserva Estatutária

O saldo da reserva reduziu de R$ 11,312 milhões para R$ 9,693 milhões, consequência da absorção do prejuízo do exercício.

23.4. Reserva de Retenção de Lucros

O saldo R$ 8,497 milhões da reserva foi absorvido pelo prejuízo do exercício.

23.5. Reserva de Reavaliação

O saldo da reserva de reavaliação no período é de R$ 16,244 milhões. Foram realizados R$570 mil até 31 de dezembro de 2019 e transferidos para a conta de lucro do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

23.6. Reserva Especial

Conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2018, o saldo de dividendos obrigatórios do exercício de 2015 foi transferido para a conta de Reserva Especial. O saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic, conforme § 4º do artigo 1º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. A transferência foi deliberada nas seguintes condições: a) a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes; b) deverão incidir encargos financeiros equivalentes à taxa Selic e juros moratórios.

24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O resultado líquido do período até 31 de dezembro de 2019 foi um prejuízo de R$ 10,686 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 o prejuízo foi de R$ 9,085 milhões. A variação apresentada foi de R$ 1,601 milhão, apesar das receitas operacionais brutas terem aumentado R$14,008 milhões, uma variação de aproximadamente 13,50%. Em contrapartida, os custos aumentaram R$ 13,555 milhões, cerca de 28,68% em relação a 2018: os principais fatores que contribuíram foram a) lançamento do IPTU complementar, conforme nota explicativa 18.1; b) lançamento do acordo judicial de ação moratória de R$ 2,311 milhões, conforme nota explicativa nº 19.1; c) Parcelamento de débito fiscal de ICMS no valor total de R$ 1,839 milhão, conforme nota explicativa nº 18.4.

24.1. Receita Operacional Líquida

	31.12.2019	31.12.2018
Serviços Prestados	117.326	103.672
Venda de Produtos	465	111
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	117.791	103.783
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(20.006)	(17.224)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	97.785	86.559
Permissão Remunerada de Uso	64.282	57.787
Serviços Prestados na Armazenagem	35.354	28.490
Autorização de Uso	9.206	8.236
Receitas Diversas	4.599	5.328
Concessão Remunerada de Uso	2.424	2.259
Reaparelhamento - Obras	1.185	1.294

Parcelamento	277	278
Venda de Produtos	306	48
Apropriações	158	63
	117.791	103.783

As receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e na entrepostagem.

24.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. Houve aumento de R$ 6,495 milhões na conta, dos quais R$ 6,025 milhões no ETSP e R$ 470 mil nos entrepostos do interior.

24.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção e embarque e serviços complementares. Houve em relação ao exercício de 2019, aumento na prestação de serviços no valor de R$ 6,8 milhões, principalmente em estocagem de açúcar na unidade de Engenheiro Schmidt. Os principais produtos estocados nas Unidades armazenadoras são: trigo, soja, açúcar, milho, algodão, sorgo e outros.

24.1.3. Autorização de Uso

Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação a 2018 foi de R$ 970 mil decorrente principalmente de ocupação de áreas vagas no ETSP.

24.1.4. Receitas Diversas

Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa, mensalistas do estacionamento. A redução de R$ 729 mil em relação a 2018 corresponde ao contrato de cessão de área de estacionamento no entreposto da capital que foi reclassificado para a receita de Permissão Remunerada de Uso em 2019, redução na confecção de crachás, pedido de alteração cadastral, recadastramentos e outros.

24.1.5. Venda de Produtos

Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve aumento de R$258 mil em relação a 2018.

24.2. Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal e Honorários	(25.601)	(22.190)
Impostos	(13.939)	(2.756)
Serviços de Terceiros	(7.462)	(9.473)
Depreciações e Amortizações	(6.181)	(6.117)
Materiais de Consumo	(4.752)	(3.028)
Utilidades e Serviços	(2.211)	(2.324)
Manutenção e Reparos	(791)	(503)
Propaganda e Publicidade	(2)	(11)
Gastos Diversos	123	(859)
	(60.816)	(47.261)

24.2.1. Pessoal e Honorários

Os principais fatores que influenciaram no aumento em "Pessoal" foram custo com férias e gratificação a pagar e os encargos sociais de FGTS, decorrentes de rescisões realizadas em 2019.

24.2.2. Impostos

A variação foi de R$ 11,183 milhões e está relacionada principalmente à conta de IPTU que aumentou R$ 13,068 milhões, enquanto que a recuperação de impostos e taxas aumentou R$1,958 milhão. Com relação ao IPTU, foram realizados lançamentos de IPTU complementar do ETSP, provenientes de intimação emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo, que totalizaram R$10,584 milhões e foram registrados no 3º trimestre; trata-se de operação de vistoria de imóvel, através do processo de regularização de construção que produziu o auto de irregularidade, referente aos exercícios de 2014 a 2019.

24.2.3. Serviços de Terceiros

Contemplam serviços de vigilância e segurança, limpeza, portaria, estágio, mão de obra aplicada na armazenagem, entre outros, que sofreram redução, exceto em limpeza e portaria. A redução de R$ 2,011 milhões em relação a 2018 ocorreu principalmente nos contratos de serviços de mão de obra dos sindicatos, aplicados na armazenagem, no valor de R$ 1,084 milhão; outra variação relevante ocorreu com o aumento na conta de recuperação de serviços de terceiros no valor de R$ 4,470 milhões, por meio do rateio aos permissionários.

24.2.4. Materiais de Consumo

Trata-se de materiais de aplicação direta e indireta. O aumento em relação a 2018 foi de R$1,724 milhão e o motivo mais relevante foi a elevação na conta de energia elétrica, em R$ 4,837 milhões, decorrente do aumento da tarifa e do consumo. Em contrapartida, a recuperação de energia elétrica aumentou em R$ 2,917 milhões.

24.2.5. Manutenção e Reparos

O aumento total foi de R$ 288 mil, principalmente em manutenção elétrica. Com a redução das demais nomenclaturas como manutenções mecânica e civil, consequentemente as recuperações por meio do rateio também reduziram.

24.2.6. Gastos Diversos

Neste grupo ocorreu diminuição de R$ 982 mil. A variação relevante e não recorrente foi registrada na conta de Indenizações Civis no valor de R$ 2,034 milhões, referente a acordo judicial assinado pela Ceagesp e cliente, relatado na nota explicativa nº 19.1.a.

24.3. Despesas Gerais e Administrativas

	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal e Encargos	(36.009)	(29.045)
Serviços de Terceiros	(5.915)	(6.584)
Provisões	(4.227)	5.552
Despesas Gerais	(1.094)	(3.599)
Materiais de Consumo	(980)	(896)
Legais e Judiciais	(946)	(3.666)
Utilidades e Serviços	(577)	(665)
Depreciações e Amortizações	(513)	(426)
Manutenção e Reparos	(171)	(42)
	(50.432)	(39.371)

24.3.1. Pessoal e Encargos

Os principais fatores que influenciaram no aumento em "Pessoal" foram despesas com férias e gratificação a pagar e os encargos sociais de FGTS, decorrentes de rescisões realizadas em 2019.

24.3.2. Serviços de Terceiros

A redução total foi de R$ 669 mil, nas contas de serviços de processamento de dados, locação de móveis e equipamentos e estagiários.

24.3.3. Provisões

Houve aumento de R$ 9,779 milhões: a) PECLD - a redução em relação a 2018 foi de R$21,996 milhões na despesa e de R$ 26,486 milhões na reversão. O principal fato registrado durante o exercício foi a contabilização de baixa de títulos a receber provenientes de um acordo judicial que impactou em R$ 10,006 milhões no resultado da Companhia. No caso em questão, a CEAGESP reconheceu investimentos realizados por cliente em uma unidade armazenadora e em contrapartida realizou baixa de títulos a receber em aberto no valor de R$ 7,197 milhões e a diferença de R$2,808 milhões foi registrada em Outras Receitas Operacionais; b) a despesa com provisão para indenizações trabalhistas cíveis diminuiu em R$ 11,906 milhões, enquanto que a reversão reduziu R$ 7,695 milhões; c) a despesa com provisão para riscos cíveis aumentou em R$8,072 milhões em relação a 2018 e a reversão reduziu R$ 1,433 milhão, decorrente de atualização de diversos processos.

24.3.4. Despesas Gerais

Grupo onde são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Reduziu R$ 2,505 milhões em relação a 2018, dos quais R$ 1,833 milhão na conta de taxas originárias de acordo judicial de ICMS, registradas em 2018, conforme nota explicativa 18.4.a e aumento de R$ 204 mil em recuperação de despesas com impostos e taxas.

24.3.5. Legais e Judiciais

A redução foi de R$ 2,720 milhões, originado pela baixa de processos trabalhistas e cíveis encerrados e arquivados, em 2018, no valor total de R$ 2,681 milhões, baseada em parecer jurídico e aprovadas pela diretoria executiva.

24.3.6. Manutenção e Reparos

A redução total foi de R$ 129 mil, distribuído em manutenção mecânica, elétrica e consertos de equipamentos/móveis.

24.4. Outras Receitas Operacionais

	31.12.2019	31.12.2018
Eventuais	3.383	357
Dividendos Recebidos	2.023	-
Alienação do Imobilizado	79	-
	5.485	357

24.4.1. Eventuais

Correspondem às outras receitas e multas operacionais. Houve aumento em outras receitas de R$ 2,808 milhões que corresponde à imobilização dos investimentos comentada na nota explicativa nº 24.3.3. em dividendos antecipados do exercício de 2019, da Cosesp.

24.4.2. Dividendos Recebidos

São os dividendos antecipados do exercício de 2019, pagos pela Cosesp.

24.5. Despesas Financeiras

	31.12.2019	31.12.2018
Juros sobre Outros Encargos	(2.278)	(7.019)
Efeitos Inflacionários	(953)	(3.183)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(914)	(83)
Juros Financeiros e Empréstimo	(683)	(279)
Comissões e Despesas Bancárias	(424)	(346)
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(55)	(84)
Outros encargos	(53)	(2)
	(5.360)	(10.996)

24.5.1. Juros sobre Outros Encargos

A redução em relação a 2018 foi de R$ 4,741 milhões, decorrente principalmente de fato não recorrente ocorrido em 2018, proveniente da atualização do parcelamento do processo de taxa de lixo junto à Prefeitura do Município de São Paulo, conforme nota explicativa nº 18.5, o valor dos juros era de R$ 6,329 milhões. Em contrapartida, em 2019 houve lançamento de juros referente ao parcelamento de ICMS conforme nota explicativa nº 18.4, acordo judicial de ação moratória que aumentou em R$ 500 mil conforme nota explicativa nº 19.1 e atrasos nos pagamentos, em virtude do fluxo de caixa.

24.5.2. Efeitos Inflacionários

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial e parcelamento da taxa de lixo. Houve redução em decorrência do lançamento da atualização do parcelamento de taxa de lixo realizado em 2018.

24.5.3. Multas Dedutíveis e Indedutíveis

O aumento de R$ 831 mil está relacionado ao atraso no recolhimento de tributos.

24.5.4. Juros Financeiros e Empréstimo, Comissões e Despesas Bancárias e IOF

Vide nota explicativa nº 21.5.

24.6. Receitas Financeiras

	31.12.2019	31.12.2018
Juros Recebidos	3.513	2.491
Multas	124	99
Descontos Obtidos	40	120
Receita s/ Aplicações Financeiras	36	62
	3.713	2.772

24.6.1. Juros Recebidos e Multas

Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso.

24.6.2. Descontos Obtidos

Receita obtida principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU.

24.6.3. Receita sobre Aplicações Financeiras

As aplicações foram encerradas no mês de fevereiro de 2019.

25. EBITDA

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(10.686)	(9.085)
(-) Receita Financeira	(3.713)	(2.772)
(+) Despesa Financeira	5.360	10.996
(+) Depreciações e Amortizações	6.694	6.543
	(2.345)	5.682

O EBITDA, resultado operacional da Companhia, apresentou decréscimo em relação ao exercício de 2018, em virtude da redução da despesa financeira.

26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2019, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários, computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

	31.12.2019	31.12.2018
Administradores		
Maior Remuneração	32	32
Menor Remuneração	3	3
Média das Remunerações	8	12
Empregados		
Maior Remuneração	28	29
Menor Remuneração	2	1
Média das Remunerações	7	7

27. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

28. SEGURO

Em 11 de setembro de 2019, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados, operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 11 de setembro de 2020.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo compulsório, facultativo e contributário com vigência até o mês de março de 2020.

29. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2019		31.12.2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(10.686)	(10.686)	(9.085)	(9.085)
(+) Adições	487.601	485.307	511.683	509.114
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Multas Indedutíveis	4	4	57	57
Licença Maternidade - Prorrogação	46	46	53	53
Contribuição Associação Classe - Indedutível	350	350	320	320
Indenizações Civis	2.037	2.037	-	-
Brindes	2	2	1	1
Provisões	482.298	482.298	508.113	508.113
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	2.294	-	2.569	-
(-) Exclusões	(488.295)	(488.295)	(519.287)	(519.287)
(-) Reversão de Provisões	(479.416)	(479.416)	(513.982)	(513.982)
(-) Recup. de Gastos Indedutíveis	(3.850)	(3.850)	-	-
(-) Depreciação - Diferença contábil e fiscal	(5.029)	(5.029)	(5.305)	(5.305)
Base de Cálculo	(11.380)	(13.674)	(16.689)	(19.258)
Compensação da Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo do Período	(11.380)	(13.674)	(16.689)	(19.258)
Imposto	-	-	-	-
Adicional Federal	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R$ 442,852 milhões e base negativa de contribuição social de R$ 366,996 milhões. Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

a) Caixa e equivalentes de caixa;
b) Contas a receber;
c) Causas judiciais trabalhistas;
d) Fornecedores;
e) Obrigações fiscais a recolher;
f) Risco de liquidez.

31.1 Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); b) ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da Ceagesp.

31.1.1. Risco de liquidez

Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento da empresa. Demonstram o risco da Companhia não conseguir recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros.

31.1.1.1. Índice de liquidez corrente

A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,44 em 31 de dezembro de 2019 e de 0,58 em 31 de dezembro de 2018.

31.1.1.2. Índice de liquidez geral

Considera os direitos e obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019 apresentou índice de 0,67, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,75.

31.1.1.3. Índice de liquidez seca

Similar à liquidez corrente, a liquidez seca desconsidera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 31 de dezembro de 2019 foi de 0,42 e em 31 de dezembro de 2018 de 0,56.

Com o objetivo de melhorar a liquidez, a Companhia captou recursos financeiros através de empréstimos de curto prazo, conforme nota explicativa nº 21.

A Ceagesp constituiu o Comitê de Gestão de Riscos durante o exercício de 2017.

32. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A Ceagesp foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Ceagesp, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

O FND é administrado pelo BNDES, designado Gestor do Fundo.

Com a inclusão da Ceagesp no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, a Ceagesp realizou o registro de bloqueio das ações de propriedade da União no livro de escrituração e solicitou ao BNDES o registro das ações no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

33. DIRIGENTES E CONTADORA

JOHNNI HUNTER NOGUEIRA
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro interino

CARLOS DE ORLEANS GUIMARÃES SOBRINHO
Diretor Técnico e Operacional

ROBSON FREDERICO DOS SANTOS
Gerente do Departamento Financeiro e Contábil

ELIANE MAYUMI TANE
Contadora CRC1SP 252476/O-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas pelas Notas Explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da Empresa, no decorrer do exercício. Referente ao Relatório dos Auditores Independentes, foi destacada a citação sobre o resultado que a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 10.686 mil (R$ 9.085 mil em 31 de dezembro de 2018) durante o exercício de 31 de dezembro de 2019 e outros descritos nas demonstrações contábeis, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional, embora não contenham ressalva relacionada a esse assunto. Neste sentido, considerando que não foram encontrados fatos que comprometessem os atos de gestão dos Administradores, bem como o teor do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário datado de 04 de março de 2020, o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas em 21 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração manifesta-se pela regularidade das contas, que expressam adequadamente a posição econômico-financeira e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2019, estando em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 09 de março de 2020.

MARCUS FLÁVIO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

OMAR CASSIM NETO
Conselheiro

JOHNNI HUNTER NOGUEIRA
Conselheiro

ROGER DA SILVA PÊGAS
Conselheiro

ADILSON DA SILVA
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, devendo ser destacada a citação sobre o resultado do exercício, que indica ter a Companhia incorrido em prejuízos de R$ 10.686 mil durante o exercício. Da mesma forma, outros pontos do Relatório dos Auditores Independentes e das demonstrações contábeis configuram significativa incerteza sobre a capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional, embora não se tenha registrado uma ressalva específica sobre esse assunto. A auditoria independente menciona a inclusão da CEAGESP no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e o seu ingresso no Programa Nacional de Desestatização, conforme Decreto n° 10.045 de 4 de outubro de 2019, com status de projeto em andamento sob o modelo de desestatização. Em conclusão, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários expressam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da Companhia, observados o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, datado de 04 de março de 2020, na íntegra, e a aprovação do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em reunião realizada em 09 de março de 2020. Neste sentido, manifesta-se, na forma do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, favoravelmente à aprovação das contas em análise que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. São Paulo, 09 de março de 2020.

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
Presidente do Conselho

EDSON ANTONIO DA COSTA NERES
Conselheiro

JULIANA AUGUSTO CARDOSO
Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, ("Companhia" ou "CEAGESP"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações do resultado do exercício, que indicam que a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 10.686 mil (R$ 9.085 mil em 31 de dezembro de 2018) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CEAGESP.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEAGESP a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros assuntos

Programa nacional de desestatização - PND

Através da Resolução n.º 81, de 21 de agosto de 2019, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, inciso I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, considerando a necessidade de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; e, considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria dos serviços voltados ao cidadão; resolveu opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a inclusão da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, empresa pública federal, no Programa Nacional de Desestatização - PND e sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Em 04 de outubro de 2019, foi sancionado pelo atual presidente da República do Brasil, o Decreto n.º 10.045, que dispõe sobre a qualificação da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização, e neste mesmo ato, foi designado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Companhia, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Atualmente a CEAGESP, encontra-se no Programa de Parcerias de Investimento, com status de projeto em andamento, sob o modelo de desestatização, para o qual o modelo de privatização ainda não fora definido.

Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização da CEAGESP, poderão vir a causar modificações de forma significativas as demonstrações financeiras da Companhia, para as quais podemos exemplificar como possíveis Planos de Demissão Voluntárias - PDV, Vendas de Ativos da Companhia entre outros.

Adicionalmente, em decorrência da inclusão da Companhia no PND, a administração da CEAGESP, deve observar o Decreto n.º 2.594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei n.º 9.491, de 09 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.

Em 10 de dezembro de 2019, fora expedido pelo Ministério da Economia, Secretaria Especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados, o Ofício SEI n.º 92814/2019/ME, sob o assunto "Licitação para atribuição de áreas vagas no Entreposto Terminal de São Paulo", com referência ao Processo n.º 19954.100273/2019-21. Tal oficio, informa sobre o conhecimento daquela Secretaria, que em 28 de novembro de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União aviso de início de procedimentos licitatórios promovidos pela CEAGESP para atribuição de áreas no Entreposto Terminal de São Paulo, sem que o Ministro de Estado da Economia tenha disso consultado a respeito da conformidade dessa medida à luz do processo de desestatização da Companhia.

Ainda de acordo com aquele oficio, o processo licitatório mencionava que a vigência da permissão de uso se daria por cinco (05) anos ininterruptos, entretanto a decisão de lançar os referidos editais estava condicionada à prévia autorização do Ministro de Estado da Economia, e que tal procedimento de contratação resultaria na celebração de acordos de natureza comercial com prazo de vigência superior a três (03) meses, enquadrando-se, portanto, na disposição do artigo 59, §1º, III, "d" do Decreto n.º 2594/1998. Desta forma, a ausência de consulta prévia ao Ministro de Estado da Economia para a promoção daqueles procedimentos licitatórios compromete a estratégia de desestatização da CEAGESP e, além disso, configura violação à legislação federal, nos termos anteriormente citados. Fora requerido da administração da companhia, providências cabíveis no sentido de sustar de forma imediata a prática de atos em desconformidade com o Decreto n.º 2594/1998.

Diante do fato acima apresentado, cabe-nos chamar a atenção para os contratos dos permissionários e concessionários cuja quaisquer ações de renovação ou abertura de novos processos licitatórios deverão ser previamente aprovadas pelo Ministro de Estado da Economia, bem como a administração deverá seguir o disposto no Decreto n.º 2594/1998. Adicionalmente, chamamos a atenção para o fato de que em não havendo renovações e/ou novos processos licitatórios para áreas já desocupadas e/ou que estarão sendo desocupadas no decorrer do próximo exercício, a receita da Companhia tende a reduzir.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020.

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP-03.22.67/O-1

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 332, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e as informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital, no prazo de quarenta e oito meses, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios:" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 333, DE 13 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a alteração de tipologia do Campus Presidente Dutra do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no art. 3º, § 1º, da Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.031785/2019-86, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Presidente Dutra, relacionado no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º A estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão passa a ser composta pelos campi relacionados no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

ANEXO I

UF	Instituto Federal	Unidade	Tipologia
MA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	Campus Presidente Dutra	IF Campus - 70/45

ANEXO II

Unidades, Existência e Tipo de Unidade				
UF	Sigla	Unidade	Existência	Tipologia
MA	IFMA	Campus Açailândia	Campus Açailândia	Campus Açailândia
		Campus Alcântara	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA SA..... 16
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A... 10
WHIRLPOOL S.A..... 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 56 **Página 10**
São Paulo, terça-feira, 26 de março de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.

SANASA CAMPINAS
NOSSA VIDA É INOVAR

PREFEITURA DE CAMPINAS
A FORÇA DA INOVAÇÃO

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das notas explicativas, relatório dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018, a exemplo do anterior, foi marcado por uma lenta retomada da economia. O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2018 cresceu apenas 1,1% frente a 2017, após alta de 1,1% em 2017, e retrações de 3,3% em 2016, e 3,5% em 2015. A Companhia, entretanto, registrou excelentes resultados econômico-financeiros durante o ano, como aumento do lucro líquido de 36,49% em relação a 2017, e aumento da geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, de 22,00%.

No que se refere aos investimentos, em 2018 foram aplicados mais de R$ 92 milhões em obras nos sistemas de água e esgoto, dentre outros, que serão revertidos em ganhos financeiros, sociais e ambientais para a Companhia e toda a sociedade. Foram cerca de 6 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de 8 mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto. Entre 2013 e 2018 foram investidos mais de R$ 567 milhões em saneamento no Município de Campinas, sendo a maior parte desse valor aplicado no sistema de esgotamento sanitário.

Mas se sobressair em meio a condições macroeconômicas pouco favoráveis é fruto da adoção de uma administração moderna, empresarial, sem perder a essência de empresa pública que tem um caráter social. Dentro desse contexto, cabe ressaltar que a Tarifa Social para a população de baixa renda, que garante aos beneficiários o pagamento de uma tarifa diferenciada e reduzida, atendeu a aproximadamente 232 mil habitantes (19,43% da população) em 2018.

"Contribuir para a qualidade de vida da população, atendendo com excelência às necessidades de saneamento básico de Campinas e região, empreendendo e promovendo ações socioambientais". Guiada por esta missão, a SANASA segue escrevendo sua história, buscando superar os desafios e se fortalecer frente às mudanças tecnológicas, legais e socioambientais.

1. PERFIL CORPORATIVO

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (92,31%) e Capivari (7,69%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,81% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de produção de até 5.460 litros/segundo. O volume de água potável produzido em 2018 foi de mais de 99 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.700,29 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 69 reservatórios dispersos pela cidade (26 elevados e 43 semienterrados), com capacidade total de 134.092,37 m³. Esse sistema contempla 349.693 ligações de água e 504.016 economias, todas equipadas com hidrômetros.

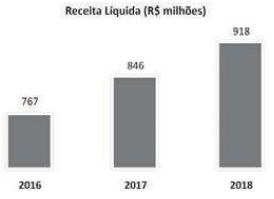
Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atende a 96,05% da população urbana da cidade, com 325.966 ligações e 461.430 economias, por meio de 4.413,55 km de redes, emissários e interceptores, além de 98 Estações Elevatórias de Esgoto, 22 Estações de Tratamento de Esgoto e 1 Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95%, ao passo que a média brasileira é de 46%, conforme Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto do ano de 2017, divulgado pelo Ministério das Cidades.

Indicadores	Quantidade	Unidade
Gerais		
População do Município de Campinas *	1.194.094	Habitantes
Número de Funcionários (SANASA) em 31/12/2018	2.200	Funcionários
Agências de Atendimento ao Público	11 fixas e 2 móveis	Unidade
Água		
População Atendida com Água	99,81%	Percentual
Economias de Água	504.016	Unidade
Ligações de Água	349.693	Unidade
Extensão da Rede de Água	4.700,29	km
Volume de Água Tratada e Distribuída (acumulado em 2018)	99.668.750	m³
Captações de Água	2	Unidade
Centros de Reservação e Distribuição	41	Unidade
Reservatórios	69	Unidade
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,79%	Percentual
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	12,95%	Percentual
Esgoto		
População Atendida com Coleta e Afastamento de Esgoto	96,05%	Percentual
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	Percentual
Índice de Tratamento de Esgoto	88,42%	Percentual
Economias de Esgoto	461.430	Unidade
Ligações de Esgoto	325.966	Unidade
Extensão da Rede de Esgoto	4.413,55	km
Estações Elevatórias de Esgoto	98	Unidade
Estações de Tratamento de Esgoto	22	Unidade
Estações de Produção de Água de Reúso	1	Unidade
Volume de Esgoto Tratado (acumulado em 2018)	54.733.736	m³

** Estimativa IBGE 2018*

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A SANASA obteve resultados importantes no período, mesmo em um ano marcado pela retomada lenta da economia brasileira, após um período de recessão. A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 8,51%, quando comparada ao ano de 2017, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: reajuste tarifário de 6,61% para as tarifas de água e esgoto e de 2,80% para os demais serviços, com vigência a partir de 05/02/2018, conforme Resolução ARES-PCJ nº 224/2017; e ampliação do número de clientes, sendo 6.525 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 8.676 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário.



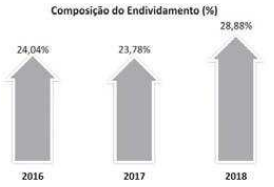
O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R$ 286.600 mil em 2018, contra R$ 234.922 mil no ano anterior, o que representa uma evolução de 22,00%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 31,22% em 2018, ante 27,76% em 2017. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 8,51% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações) tiveram um aumento de 3,32%.

Reconciliação do EBITDA (R$ mil)	2016	2017	2018
Resultado Líquido do Exercício	78.817	119.176	162.534
(±) Tributos sobre o lucro	(1.643)	8.974	13.330
(+) Resultado financeiro	52.358	49.567	50.757
(+) Depreciações e amortizações	53.353	57.205	59.979
(=) EBITDA	182.885	234.922	286.600
(÷) Receita Operacional Líquida	766.779	846.136	918.125
(=) Margem EBITDA (%)	23,85%	27,76%	31,22%

A SANASA registrou crescimento de 36,38% no lucro líquido, que foi de R$ 162.534 mil em 2018 (R$ 119.176 mil em 2017), influenciado positivamente pelo aumento da receita e pela gestão de custos e despesas. A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 17,70%, ante uma margem líquida de 14,08% apurada no ano de 2017.



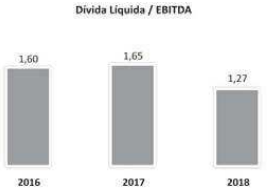
Em 2018, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 28,88%, frente ao índice de 23,78% registrado no ano anterior.



A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 39,13%, valor superior à rentabilidade obtida em 2017, de 31,20%.



A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou uma redução de 6,41%, passando de R$ 388.168 mil em 2017, para R$ 363.274 mil em 2018. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA também foi reduzida de 1,65 vezes, em 2017, para 1,27 vezes em 2018.



O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 4,89% em 2018, superior ao índice de 4,50% apurado em 2017.

3. INVESTIMENTOS (CAPEX)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R$ 92.208 mil em 2018, sendo 32,34% destinados às obras de abastecimento de água, 60,22% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 7,44% restantes aplicados em outros investimentos.

Nos sistemas de abastecimento de água foram aplicados R$ 29.817 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): construção da subadutora São Bernardo - DIC e implantação do reservatório ETA - DIC; implantação de quatro reservatórios metálicos no San Conrado, João Erbolato/Chapadão, Jardim Nova Europa e Jardim São Vicente/Vila Georgina; substituições de redes nos bairros Bonfim, Jardim Aurélia, Vila Proost de Souza e Jardim Madalena; e Projeto Reágua.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram aplicados R$ 55.532 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou andamento): Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista; Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Taubaté - Etapa1; SES na CEASA Campinas; ampliação do SES Parque Pomares e reversão de esgoto da região Alphaville; ampliação do SES Solar de Campinas, Satélite Íris II e III; rede coletora de esgoto do Jardim São Judas Tadeu; prolongamento da rede coletora de esgoto na Vila Orozimbo Maia; e prolongamento e remanejamento da rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Itatinga, Distrito de Sousas, Parque Camboriú e Jardim Santa Rita de Cássia.

Vale destacar que desde 2013 já foi investido um montante de R$ 567.432 mil, sendo o maior parte deste valor (57,00%) aplicado no sistema de esgotamento sanitário, permitindo que a capacidade instalada de tratamento de esgoto saísse de 80% (em 31/12/2012) para 95% (em 31/12/2018). Em 31/12/2018, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R$ 961 milhões.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2018 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 83.520 mil m3, apenas 0,08% superior ao apurado no ano de 2017. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,79% em 2018, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (38,3%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2017). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 12,95% em 2018, também inferior à média de perdas de 36,85% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

5. RELACIONAMENTO COM OS COLABORADORES

O número de empregados da SANASA contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que era de 2.170 no encerramento do exercício de 2017, passou para 2.200 em dezembro de 2018, representando um aumento de 1,15%. Em sua maioria os empregados são do gênero masculino, brancos e possuem, em média, 45 anos de idade. As mulheres representavam 19,13% do total de empregados e ocupavam 30,66% dos cargos de liderança. Já os negros ocupavam 26,97% do efetivo e 5,11% dos cargos de liderança. Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 54 estagiários e 72 aprendizes. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2018 foi de 3,36%.

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor.

Em 2018, a SANASA pagou à Audilink & Cia. Auditores uma remuneração total de R$ 88,7 mil, sendo: R$ 81,7 mil para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017; e R$ 7,1 mil pela revisão do relatório operacional em forma longa do exercício de 2017, para atender as exigências do contrato nº 150167-52 firmado com a Caixa Econômica Federal, cláusula 6ª, subitem 6.2.3. A Audilink & Cia. Auditores nos comunicou que a prestação do serviço não relacionado à auditoria das demonstrações financeiras não afetou a sua independência e integridade necessárias à execução dessa atividade.

Para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, a SANASA efetuou o pagamento de uma remuneração total de R$ 32,4 mil à Taticca Auditores Independentes S/S EPP.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.299	5.892
Aplicações financeiras	5 e 10	50.196	32.203
Contas a receber e fornecimentos a faturar	6 e 16	164.745	158.223
Estoques	7	11.912	11.056
Impostos e contribuições a compensar	8	2.677	2.569
Antecipações salariais		2.644	2.449
Despesas antecipadas		683	292
Outras contas a receber		145	168
Total do Ativo Circulante		**238.301**	**212.852**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Bancos - Contas vinculadas	5 e 10	9.753	9.175
Contas a receber de clientes	6 e 16	64.340	48.444
Ativos fiscais diferidos	9	6.696	4.594
Impostos e contribuições a compensar	8	5.870	5.680
Depósitos judiciais	11	6.341	4.666
Outras contas a receber		1.029	452
Total do Realizável a Longo Prazo		**94.029**	**73.011**
Investimentos		**244**	**231**
Imobilizado	12	**961.366**	**929.590**
Intangíveis	13	**26.788**	**26.421**
Total do Ativo Não Circulante		**1.082.427**	**1.029.253**
TOTAL DO ATIVO		**1.320.728**	**1.242.105**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	70.870	49.053
Fornecedores		45.095	37.311
Salários e ordenados	17	70.404	57.926
Impostos e contribuições a recolher	15	24.052	19.466
Benefícios a empregados	18	12.352	12.409
Dividendos e JCP a pagar	21	10.001	15.001
Receitas diferidas	20	11.413	11.019
Outras contas a pagar		5.392	4.246
Total do Passivo Circulante		**249.579**	**206.431**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	347.899	377.210
Encargos sociais parcelados	17	37.292	53.678
Tributos parcelados	15	214	–
Tributos diferidos	25	10.212	7.266
Receitas diferidas	20	187.062	195.942
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	19	4.281	3.507
Benefícios a empregados	18	26.845	23.678
Outros		760	336
Total do Passivo Não Circulante		**614.565**	**661.617**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	21	370.632	336.430
Reservas de capital		3.425	3.458
Reservas de lucros	21	82.527	34.169
Total do Patrimônio Líquido		**456.584**	**374.057**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.320.728**	**1.242.105**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	Nota	2018	2017
Receitas de Vendas e Serviços	22	**918.125**	**846.136**
Custos dos Serviços Vendidos		**(459.586)**	**(455.725)**
Resultado bruto		**458.539**	**390.411**
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas com vendas		(88.895)	(73.484)
Despesas Administrativas		(173.566)	(179.675)
Outras despesas/receitas operacionais	24	30.543	40.465
		(231.918)	**(212.694)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**226.621**	**177.717**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	23	26.195	27.122
Despesas financeiras	23	(76.952)	(76.689)
		(50.757)	**(49.567)**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21	**175.864**	**128.150**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15 e 25	(12.487)	(6.579)
Diferido	15 e 25	(843)	(2.395)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**162.534**	**119.176**
Resultado por ação ordinária-básico e diluído		**0,45**	**0,35**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ➡

continuação ➡



SANASA CAMPINAS
NOSSA VIDA É INOVAR

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.

PREFEITURA DE CAMPINAS
A FORÇA DA INOVAÇÃO

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital: Correção Monetária Especial	Reservas de Capital: Doações e Subvenções	Reservas de Lucros: Incentivos Governamentais	Reservas de Lucros: Para Investimentos	Reservas de Lucros: Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**318.748**	**1.642**	**1.906**	**23.437**	**40.756**	**3.403**	**–**	**389.892**
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	119.176	**119.176**
Destinação do resultado do exercício:									
Incentivos governamentais		–	–	–	12.314	–	–	(12.314)	–
Reserva legal	21b	–	–	–	–	–	5.343	(5.343)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	–	–	–	–	–	–	(6.091)	**(6.091)**
Dividendos e juros de capital próprio	21b	–	–	–	–	–	–	(78.916)	**(78.916)**
Reserva de lucros para investimentos	21b	–	–	–	–	16.512	–	(16.512)	–
Redução de Capital		(50.004)	–	–	–	–	–	–	**(50.004)**
Capitalização de Reservas		67.686	(90)	–	(23.437)	(40.756)	(3.403)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**336.430**	**1.552**	**1.906**	**12.314**	**16.512**	**5.343**	**–**	**374.057**
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	162.534	**162.534**
Destinação do resultado do exercício:									
Incentivos governamentais		–	–	–	13.106	–	–	(13.106)	–
Reserva legal	21b	–	–	–	–	–	7.471	(7.471)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	–	–	–	–	–	–	(8.517)	**(8.517)**
Dividendos e juros de capital próprio	21b	–	–	–	–	–	–	(71.490)	**(71.490)**
Reserva de lucros para investimentos	21b	–	–	–	–	61.950	–	(61.950)	–
Capitalização de Reservas		34.202	(33)	–	(12.314)	(16.512)	(5.343)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**370.632**	**1.519**	**1.906**	**13.106**	**61.950**	**7.471**	**–**	**456.584**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
1 - RECEITAS	**967.263**	**916.911**
1.1) Abastecimento de água e saneamento	909.399	843.934
1.2) Prestação de serviços	37.755	31.874
1.3) Redes de água e esgoto	10.563	6.883
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	30.543	40.465
1.5) Receitas relativas às construções de ativos próprios	12.886	11.174
1.6) Provisão para devedores duvidosos - Reversão/(constituição)	(33.883)	(17.419)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(207.327)**	**(203.411)**
2.1) Matérias-primas consumidas	(24.423)	(27.316)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(130.673)	(120.413)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.231)	(55.682)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**759.936**	**713.500**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**(59.979)**	**(57.205)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	**699.957**	**656.295**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**26.195**	**27.123**
6.1) Receitas financeiras	26.195	27.123
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**726.152**	**683.418**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**726.152**	**683.418**
8.1) Empregados	**343.052**	**352.707**
8.1.1) Remuneração direta	246.121	237.848
8.1.2) Benefícios	78.826	97.468
8.1.3) F.G.T.S.	18.105	17.391
8.2) Tributos	**120.290**	**110.879**
8.2.1) Federais	112.378	103.219
8.2.2) Estaduais	3.078	3.119
8.2.3) Municipais	4.834	4.541
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**100.276**	**100.656**
8.3.1) Juros	57.325	59.595
8.3.2) Aluguéis	23.323	23.967
8.3.3) Outras despesas financeiras	19.628	17.094
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	**162.534**	**119.176**
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	24.000	23.970
8.4.2) Dividendos	56.007	61.037
8.4.3) Lucros Retidos	82.527	34.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	175.864	128.150
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	59.978	57.206
Custo das baixas do ativo permanente	73	243
Provisão para perdas na realização de créditos	17.940	15.966
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.943	1.452
Tributos diferidos e a compensar	844	8.477
Juros sobre financiamentos	60.052	67.424
Subvenções governamentais realizadas	(13.105)	(12.312)
Encargos financeiros antecipados	1.719	1.584
Juros sobre tributos parcelados	3.645	6.544
Variações monetárias sobre financiamentos	5.212	5.461
Provisão para contingências	774	(2.067)
	328.939	**278.128**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(56.311)	(49.126)
Estoques	(855)	381
Contas a pagar fornecedores	7.785	(24.483)
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	(1.100)	(13.460)
Despesas antecipadas	(997)	(362)
Juros pagos	(58.578)	(62.768)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.472)	(36.631)
Depósitos vinculados	(578)	(7.465)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**205.833**	**84.214**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(92.208)	(58.935)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	**(92.208)**	**(58.935)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos Obtidos	35.783	133.183
Pagamentos de dividendos	(85.007)	(70.006)
Redução do Capital Social	–	(50.004)
Amortizações de financiamentos	(44.328)	(31.210)
Pagamento arrendamentos financeiros	(7.352)	(6.869)
Subvenções governamentais	4.679	11.003
Encargos financeiros	–	(3.876)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamentos	**(96.225)**	**(17.779)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**17.400**	**7.500**
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	38.095	30.595
Saldo final do Caixa e Equivalentes de Caixa	55.495	38.095
	17.400	**7.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas. Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União. Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico. A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 8 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 12 - Ativo imobilizado
- Nota nº 13 - Intangível
- Nota nº 14 - Empréstimos e financiamentos
- Nota nº 18 - Benefícios a empregados
- Nota nº 19 - Provisões

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo através do Resultado" que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Plano de previdência privada complementar de contribuição definida;
- Assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes; e
- Indenização por aposentadoria por invalidez.

h.1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida. Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h.2) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

h.3) Indenização por aposentadoria por invalidez

A Companhia concede aos funcionários que se aposentam por invalidez permanente, 8 (oito) salários nominais, mais o valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

i) Redução ao valor recuperável - Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

continua ➡

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA SA..... 16

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A... 10

WHIRLPOOL S.A..... 2

continuação ➨

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

I.2) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões
Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento
As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos.

k.2) Receitas de prestação de serviços
As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções
As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços
Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto
Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental
A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos
Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d). A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informações por segmento
Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente
As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Algumas novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios após 1º de janeiro de 2019, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, e está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras.

CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil
Em outubro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil em correlação à norma IFRS 16 (*Leases*), que determina que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. A Companhia arrenda veículos (tipo: passageiro, furgão e picape), camionetas, retroescavadeiras, caminhões e ônibus, cujos contratos tem duração de 1 (um) ano, mas podem ser prorrogáveis. Quando os contratos são prorrogados, seus preços podem ser reajustados com base no IGP-M (Índice de Preços ao Consumidor). No final destes contratos os bens não são repassados para o arrendatário. Os contratos de locações das retroescavadeiras, caminhões e ônibus, a mão de obra, e todas as obrigações trabalhistas, obrigações fiscais, as manutenções preventivas, manutenções, combustíveis, seguro obrigatório e seguro patrimonial é de responsabilidade do locador. Os contratos de veículos de passeio estabelecem que as manutenções preventivas, manutenções, obrigações fiscais, seguro obrigatório, seguro patrimonial é de responsabilidade do locador. A Companhia também conta com locações de edifícios em períodos superiores a 1 (um) ano, mas são de baixos valores.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalente de caixa	5.299	5.892
Total	**5.299**	**5.892**

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	50.196	32.203
Subtotal de aplicações financeiras circulantes	**50.196**	**32.203**
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	9.753	9.175
Subtotal de aplicações financeiras não circulantes	**9.753**	**9.175**
Total de aplicações financeiras	**59.949**	**41.378**

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos. Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 67,33% a 118,29% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

6. CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Água e esgoto - consumidores	145.737	128.365
Água e esgoto - partes relacionadas	19.253	12.399
Contratos de prestação de serviços - consumidores	16.473	16.851
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas	8.451	8.245
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	15.428	14.933
Contratos de parcelamento de débitos - partes relacionadas	4	–
	205.346	**180.793**
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(14.097)	(12.772)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(22.632)	(6.688)
Ajustes a valor presente	(3.872)	(3.110)
	(40.601)	**(22.570)**
Saldo líquido de contas a receber Circulante	**164.745**	**158.223**
Não circulante		
Contratos de prestação de serviços - consumidores	3.728	5.081
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas	49.169	26.340
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	23.429	23.354
Contratos de parcelamento de débitos - partes relacionadas	2	–
	76.328	**54.775**
Menos:		
Ajustes a valor presente	(11.988)	(6.331)
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante	**64.340**	**48.444**
Total	**229.085**	**206.667**

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos a vencer	220.207	181.568
Créditos em atraso de 1 mês	25.777	28.078
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	8.639	6.461
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	10.170	4.203
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	8.315	7.084
Créditos em atraso acima de 12 meses	8.566	8.173
Subtotal	**281.674**	**235.567**
(–) Provisões	(36.729)	(19.460)
(–) Ajuste a valor presente	(15.860)	(9.440)
Total	**229.085**	**206.667**

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e estimativas de inadimplências futuras que totalizou em 31 de dezembro de 2018, R$ 22.632 (R$ 6.688 em 31 de dezembro de 2017), e a provisão para perdas no valor de R$ 14.097 (R$ 12.772 em 31 de dezembro de 2017), são registrados com base no histórico de perdas da Companhia. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

7. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.167	7.057
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.879	1.568
Materiais químicos	1.076	1.078
Materiais de expediente e consumo	1.024	727
Outros	766	626
Total	**11.912**	**11.056**

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a compensar (a)	4.767	4.613
IRPJ e CSLL a recuperar (b)	1.326	1.280
Créditos COFINS	829	829
PIS a compensar (a)	1.103	1.067
Créditos PIS	180	180
Impostos e contribuições retidos - órgãos públicos	342	280
Total	**8.547**	**8.249**
Circulante	**2.677**	**2.569**
Não Circulante	**5.870**	**5.680**

a) Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 19 (c), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PIS de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R$ 12.610 e de PIS no montante de R$ 2.744, relativos aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.

b) Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às retenções na fonte e pagamentos a maior, e CSLL paga por estimativa durante o ano corrente.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

	Base de Cálculo	Contribuição Social	
		31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal acumulado de 2014 e 2015	–	–	–
Benefícios a empregados	26.845	2.416	2.147
Contingências trabalhistas	8.491	764	943
Ajustes a valor presente	15.860	1.427	850
Provisão para devedores duvidosos	22.632	2.037	602
Contingências cíveis	552	50	50
Contingências fiscais	20	2	2
Total		**6.696**	**4.594**

A contribuição social diferida é calculada sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota definida atualmente para determinação da contribuição social diferida é de 9%.

10. BANCOS - CONTAS VINCULADAS

Contratos	Data	Obra	Previsão de resgate	31/12/2018	31/12/2017
PRODES-034/2002[a]	13/12/2002	ETE Sousas	Fevereiro/2018 a Maio/2018	–	454
PRODES-075/2016[b]	27/12/2017	ETE Boa Vista	–	8.224	7.752
157.950-07[c]	12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	409	384
20/308.070-2[b]	12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	70	66
20/308.073-6[b]	12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	46	43
20/299.470-5[b]	12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Setembro/2021	198	187
410.018-73/13[b]	04/12/2015	Abastecimento de água	Abril/2036	490	461
423.127-67/14[b]	17/11/2015	Esgotamento sanitário Palmares	Outubro/2036	163	153
423.126-53/14[b]	09/05/2014	ETE Boa Vista	Outubro/2036	137	129
441.917-02[c]	26/09/2017	Saneamento para Todos - Melhoria sist. água	Dezembro/2040	5	–
441.921-63[c]	26/09/2017	Saneamento para Todos - Esgot. sanitário	Dezembro/2040	11	–
Total				**9.753**	**9.629**
Circulante				**–**	**454**
Não Circulante				**9.753**	**9.175**

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta "Aplicações Financeiras" (nota explicativa nº 05).

a) Caixa Econômica Federal - FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:
Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem obras em andamento vinculada a este programa: Contrato PRODES 034/2002 - ETE Sousas: A obra desta ETE foi totalmente concluída no terceiro trimestre de 2014 e opera continuamente, em todas as etapas de tratamento e em período integral. A ETE Sousas está em operação e a Agência Nacional de Águas (ANA) avalia sua certificação, desde 01 de abril de 2015. Em 12 de dezembro de 2014, foi assinada a ratificação do contrato PRODES 034/2002, visando atender as seguintes finalidades: a) alterar as metas de cargas poluidoras e de volume de esgoto tratado e b) revisão dos valores e o período de resgate (doze parcelas trimestrais iguais e sucessivas) a serem repassados pela ANA referentes ao empreendimento da ETE Sousas, de acordo com as novas condições para aporte de recursos financeiros. Estas alterações do contrato resultaram no resgate parcial de R$ 1.455 pela ANA da aplicação no Fundo Caixa FIF ETE Sousas, destinada à SANASA, adequando-a ao novo valor do contrato. No dia 11 de maio de 2018, a SANASA, resgatou a última parcela (12/12) do contrato PRODES 034/2002, no montante de R$ 232, visto que atendeu as condições contratuais, conforme Notificação de Atendimento aos Compromissos (NACC) nº 348/2018. Contrato PRODES 075/2016 - ETE Boa Vista: O valor desembolsado pelo PRODES para a consecução do objeto deste contrato é de R$ 7.300. Este montante será pago à Companhia em 12 (doze) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir da plena operação e do início da certificação da Estação de Tratamento de Esgoto. A obra da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto teve seu início em fevereiro de 2016 e o seu término está prevista para setembro de 2019.

b) Caixa Econômica Federal - FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:
Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

c) Caixa Econômica Federal - Programa Saneamento Para Todos:
Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento do Programa de Saneamento Para Todos, cujos recursos se tratam de contrapartida de 10% do valor total do investimento, destinados à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos recursais - FGTS	3.098	1.597
Depósitos judiciais - processos cíveis	1.625	1.394
Autos de penhoras trabalhistas	1.249	1.307
Outros	369	368
Total	**6.341**	**4.666**

12. ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias imóveis 3ºs	Bens em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**144.996**	**553.071**	**40.571**	**61.564**	**1.577**	**10.936**	**115.672**	**928.387**
Adições	308	6.362	4.296	668	102	–	42.141	53.877
Alienações	–	–	(238)	(5)	(1)	–	–	(244)
Depreciação	(5.035)	(25.862)	(7.904)	(12.200)	(718)	(683)	–	(52.402)
Transferências	2.713	26.851	2.910	1.583	12	–	(34.097)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**142.982**	**560.422**	**39.635**	**51.610**	**972**	**10.253**	**123.716**	**929.590**
Adições	186	15.918	6.514	1.082	353	–	62.174	86.227
Alienações	–	–	(63)	(9)	–	–	–	(72)
Depreciação	(5.756)	(26.925)	(8.378)	(12.291)	(557)	(682)	–	(54.589)
Transferências	26.421	21.024	910	2.187	–	–	(50.332)	210
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**163.833**	**570.439**	**38.618**	**42.579**	**768**	**9.571**	**135.558**	**961.366**

As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2018 e 2017 são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, relacionados ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações - Esgoto	25 anos
Edificações - Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água de 50 anos e das máquinas operatrizes de 10 anos foram revisadas conforme o pronunciamento CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permanecem com o tempo de vida útil de 25 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a adoção desse pronunciamento, a partir de 01 de janeiro de 2010, foi de R$ 59.422, ou seja, R$ 5.648 inferior ao valor de R$ 65.070, caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança.

b) Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2018 foi de R$ 86.227 (R$ 53.877, em 2017).

c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

d) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto à CAIXA com juros que variam de 6,5% a 6,7% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

	31/12/2018	31/12/2017
Banco / Obras		
CAIXA - Construção de Reservatório e Subadutora Região do DIC	1.997	1.985
CAIXA - Construção de Reservatórios Metálicos	538	535
CAIXA - Ampliação de Redes de Esgoto - Bairros Solar Campinas, Satélite Iris II e III	55	132
CAIXA - Ampliação de Redes de Esgoto - Parque Pomares e Região do Alphaville	141	104
CAIXA - ETE Boa Vista	813	322
Total	**3.544**	**3.078**

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de *Software*	Permissão de uso de Solo	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2017	**12.265**	**13.867**	**26.132**
Aquisições	1.299	3.766	5.065
Amortização	(4.275)	(528)	(4.803)
Transferências	2.805	(2.778)	27
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**12.094**	**14.327**	**26.421**
Aquisições	3.261	2.705	5.966
Amortização	(4.734)	(656)	(5.390)
Transferências	530	(739)	(209)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**11.151**	**15.637**	**26.788**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	68.471	46.911
Passivos de arrendamento financeiro	2.399	2.142
Total no passivo circulante	**70.870**	**49.053**
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	302.701	329.613
Passivos de arrendamento financeiro	45.198	47.597
Total no passivo não circulante	**347.899**	**377.210**
Total de Empréstimos e financiamentos	**418.769**	**426.263**

continua ➨

continuação ➨



Instituições financeiras

	Vencimento final	Encargos	Valor contábil 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2017
Financiamentos				
CAIXA - Prossaneamento	2022	Variação da UPR mais 6,5% a.a., mais taxa de risco de 1,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	12.974	16.547
CAIXA - Saneamento para todos	2036	Variação da UPR mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a 0,7% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	99.131	80.967
Total de financiamentos			**112.105**	**97.514**
Finames				
CAIXA	2019	Remuneração BNDES de 0,8% a.a. a 4,5% a.a. e Remuneração CAIXA de 1,5% a.a. a 1,7% a.a.	780	2.173
Total de finames			**780**	**2.173**
Empréstimos				
CAIXA	2018	Conta corrente	–	2.114
Banco do Brasil	2018	Conta corrente	–	101
Banco Sofisa	2021	Variação do CDI mais 0,68% a 0,85% a.m. ou 8,47% a 10,69% a.a.	22.612	13.784
Banco Santander	2022	Variação do TJLP mais 1,20% a.m. ou 15,39% a.a.	18.784	24.876
Banco Daycoval	2021	Variação do CDI mais 0,60% a 0,70% a.m. ou 7,44% a 8,73% a.a.	25.674	35.177
Banco Fibra	2020	Variação do CDI mais 0,67% a 0,72% a.m. ou 8,35% a 9,00% a.a.	40.412	50.572
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2024	Variação do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a.	159.902	161.029
Subtotal de empréstimos			**267.384**	**287.653**
(–) Encargos antecipados			(9.097)	(10.816)
Total de empréstimos			**258.287**	**276.837**
Total de financiamentos, finame e empréstimos			**371.172**	**376.524**
Arrendamentos financeiros				
Odebrecht Ambiental Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	47.597	49.739
Total de arrendamentos financeiros			**47.597**	**49.739**
Total de financiamentos, finame, empréstimos e arrendamentos			**418.769**	**426.263**
Circulante			**70.870**	**49.053**
Não Circulante			**347.899**	**377.210**

Movimentações dos empréstimos e financiamentos.

	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos		
Saldo no início do período	**97.514**	**87.264**
Desembolsos	20.783	14.511
Juros	6.841	6.335
Atualizações monetárias	–	553
Taxa de administração	2.036	1.897
Pagamentos	(15.069)	(13.046)
- Principal	(6.219)	(5.190)
- Juros	(6.844)	(6.195)
- Taxa de administração	(2.006)	(1.661)
Saldo no final do período	**112.105**	**97.514**
Finames		
Saldo no início do período	**2.173**	**4.850**
Desembolsos	–	–
Juros	78	166
Pagamentos	(1.471)	(2.843)
- Principal	(1.390)	(2.641)
- Juros	(81)	(202)
Saldo no final do período	**780**	**2.173**
Empréstimos		
Saldo no início do período	**276.837**	**179.576**
Desembolsos	15.000	117.521
Juros	44.341	51.324
Pagamentos	1.205	(69.292)
- Principal	(80.815)	(24.590)
- Juros	(36.720)	(44.702)
Encargos financeiros antecipados	(44.095)	(3.875)
Realização encargos financeiros	1.719	1.583
Saldo no final do período	**258.287**	**276.837**

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos	Total
Financiamentos	8.442	7.192	7.194	7.194	7.010	75.073	112.105
Empréstimos	59.249	39.012	35.643	30.542	28.551	65.290	258.287
Finame	780	–	–	–	–	–	780
Total	**68.471**	**46.204**	**42.837**	**37.736**	**35.561**	**140.363**	**371.172**

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até 1 ano	2.399	10.569	12.968	2.142	10.631	12.773
De 1 a 5 anos	17.067	47.776	64.843	15.239	48.626	63.865
Acima de 5 anos	28.131	33.470	61.601	32.358	41.087	73.445
Total	**47.597**	**91.815**	**139.412**	**49.739**	**100.344**	**150.083**

a) Financiamentos

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: a) Para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 30 de dezembro de 2014, no montante de R$ 71.947, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, a soma de R$ 68.177, b) Para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Íris II e III, Solar de Campinas, e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, no montante de R$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, o total de R$ 8.976 e c) Ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, no montante de R$ 45.998, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2018, a soma de R$ 22.247.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia firmou dois novos contratos junto à CAIXA, também com recursos do FGTS - Programa Saneamento para Todos, sendo: a) Obras para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R$ 141.752, sendo R$ 127.577 de financiamento e R$ 14.175 de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado, R$ 990; b) Obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R$ 273.419, sendo R$ 259.748 de financiamento e R$ 13.671 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2018, já foi desembolsado, R$ 309.

b) Financiamentos FINAME

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras).

c) Empréstimos

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

c1) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 28 de maio de 2015, o conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

No dia 19 de fevereiro de 2016, os acionistas, através de Assembleia Extraordinária, autorizaram a cessão, pela Companhia, ao FIDC (SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de parte dos direitos oriundos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico.

A coordenação para o processo de constituição, estruturação e colocação do SANASA FIDC, ficou sob a responsabilidade da empresa PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. em conjunto com os seguintes participantes: Administrador / Gestor do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco Votorantim; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados e Agente de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Em dezembro de 2016 iniciou-se as atividades do SANASA FIDC, com a colocação no mercado de capitais de 115.493 (cento e quinze mil e quatrocentos e noventa e três) cotas sêniores, totalizando a integralização de R$ 115.534 (Cento e quinze milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais). Também foram capitalizadas pela SANASA, 5.544 (cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) cotas subordinadas, totalizando R$ 5.546 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil reais), equivalente ao percentual de 4,8% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A colocação de cotas sêniores do SANASA FIDC no mercado foi concluída no período de janeiro a 03 de março de 2017 (data final de colocação de cotas), totalizando 170.000 (cento e setenta mil cotas) pelo valor total de R$ 170.477 (cento e setenta milhões e quatrocentos e setenta e sete mil reais), com a integralização no 1º trimestre de 2017 de R$ 54.943 (cinquenta e quatro milhões e novecentos e quarenta e três mil reais) em cotas sêniores e R$ 2.937 (dois milhões e novecentos e trinta e sete mil reais) em cotas subordinadas, integralizadas no primeiro trimestre de 2017.

Esta operação possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (FIDC);
- Emissor: SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.;
- Total de cotas: até 170.000 (cento e setenta mil) cotas;
- Regime de colocação: Distribuição pública em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2001;
- Cobertura da dívida: a Cedente (SANASA) repassará ao Cessionário, diariamente, seus direitos creditórios até o limite percentual de 20,4% (vinte vírgula quatro por cento), durante o prazo de duração do fundo;
- Data de vencimento: 96 meses a partir da data de emissão (8 anos);
- Atualização monetária: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Remuneração: juros fixos de 11% a.a.;
- Carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;
- Amortização do principal por mês: 4,2% do principal do 25º ao 30º mês; 4,5% do principal do 31º ao 36º mês; 6,0% do principal do 37º ao 42º mês; 6,6% do principal do 43º ao 48º mês; 8,1% do principal do 49º ao 54º mês; 8,4% do principal do 55º ao 60º mês; 10,2% do principal do 61º ao 66º mês; 11,4% do principal do 67º ao 72º mês; 13,8% do principal do 73º ao 78º mês; 15,0% do principal do 79º ao 84º mês; 9,0% do principal do 85º ao 90º mês; 2,75% do principal do 91º ao 95º mês e 0,05% do principal no 96º mês;
- Periodicidade dos juros: juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo principal;
- Cotas Subordinadas: 4,8% da operação (adquiridas pela SANASA);
- *Covenants* Financeiros:

I. Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e

II. Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Os encargos financeiros correspondem: a) aos serviços prestados com estruturação e distribuição do SANASA FIDC, no mercado, na importância de R$ 8.870 e b) abertura de Crédito (TAC) do contrato de abertura de crédito junto ao Banco Fibra, no total de R$ 226.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações fiscais federais		
Imposto de renda (a)	4.620	4.620
Contribuição Social	2.468	190
Cofins	7.277	5.889
Pis	1.578	1.278
Imposto de renda retido na fonte	6.293	5.944
Ibama - Parcelamento de débitos	291	–
Outros	367	424
Total das obrigações fiscais federais	**22.894**	**18.345**
Obrigações fiscais municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	560	354
FUNDAP	812	767
Total das obrigações fiscais municipais	**1.372**	**1.121**
Total das Obrigações Fiscais	**24.266**	**19.466**
Circulante	**24.052**	**19.466**
Não circulante	**214**	**–**

a) Imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em 09/02/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme Medida Provisória nº 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017. Para isso foi necessário desistir de alguns parcelamentos em andamento e aderir a uma das quatro opções de quitação existentes, sendo escolhida a seguinte: "Pagamento à vista ou em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Receita Federal".

Assim sendo, a Companhia desistiu dos parcelamentos 10830.722.073/2015-21, 10830.721.776/2016-13 e 10830.721.778/2016-11 totalizados em R$ 11.195, e quitados através do pagamento em 24/02/2017 do DARF de R$ 5.112 e da utilização dos créditos gerados pela base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor de R$ 6.083, referente aos anos de 2014 e 2015, declarados para a Receita Federal do Brasil através da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Em 29/06/2018, foram prestadas as informações para consolidação do débito, que se encontra com o status "parcelamento liquidado", porém com a exigibilidade suspensa até que as informações sejam verificadas pela Receita Federal do Brasil (RFB), considerando procedimento homologado.

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	175.864	128.150
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	**(15.828)**	**(11.533)**
Doações e despesas indedutíveis	(646)	(481)
Arrendamento mercantil	(193)	(213)
Reserva especial realizada	(2)	(3)
Juros sobre capital próprio	2.160	2.157
Subvenções governamentais	1.180	1.108
Multas indedutíveis	(1)	(9)
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	**(13.330)**	**(8.974)**
Alíquota Efetiva	**7,58%**	**7,00%**
Contribuição social corrente	**(12.487)**	**(6.579)**
Contribuição social diferida	**(843)**	**(2.395)**

16. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como o pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a PMC estão detalhados abaixo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos SANASA (nota explicativa nº 6)				
Fornecimento de água e esgoto	19.253	–	12.399	–
Prestação de serviços	8.451	49.169	8.245	26.340
Parcelamento de débito	4	2	–	–
Total	**27.708**	**49.171**	**20.644**	**26.340**

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no exercício de 2018, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R$ 29.104 (R$ 27.947 em 31 de dezembro de 2017). Com parcelamento de débitos da PMC, a SANASA faturou R$ 7 (em 31 de dezembro de 2016 A SANASA não faturou). Já com prestação de serviços, a SANASA obteve um faturamento de R$ 31.191 (R$ 36.701 em 31 de dezembro de 2017).

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	10.001	–	15.001	–
FUNDAP	812	–	772	–
ISSQN	560	–	354	–
Total	**11.373**	**–**	**16.127**	**–**

No exercício de 2018, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R$ 3.556 (R$ 3.517 em 2017), que se referem a benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R$ 824 (R$ 838 em 2017) a título de encargos sociais.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	11.837	2.524
Provisão para férias	30.318	28.435
Subtotal	**42.155**	**30.959**
Obrigações sociais		
INSS	6.621	6.474
INSS parcelado (a)	56.748	72.082
FGTS	2.172	2.089
Subtotal	**65.541**	**80.645**
Total	**107.696**	**111.604**
Circulante	**70.404**	**57.926**
Não Circulante	**37.292**	**53.678**

a) Refere-se ao parcelamento da Contribuição Previdenciária (parte empregador) dos períodos de competências de outubro de 2014 até março de 2015, maio de 2015 a fevereiro de 2016 e de abril de 2016 a outubro de 2016, para pagamento em 60 prestações mensais atualizadas pela SELIC.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Participações no resultado	11.784	11.689
Previdência privada	568	547
Provisão de benefícios pós-emprego	26.845	23.851
Total	**39.197**	**36.087**
Circulante	**12.352**	**12.409**
Não Circulante	**26.845**	**23.678**

a) Entidade de previdência privada - Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida. O Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão. De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia ofereceu aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE.

Por decisão da Administração, no dia 28 de dezembro de 2017, a Companhia quitou o saldo devedor da conta coletiva do serviço passado do Plano Misto PETROS, no montante de R$ 6.086.

b) Outros benefícios pós-emprego

b1) Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia estabeleceu um prazo para a adesão ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 16 de fevereiro de 2018 à 15 de março de 2018, aos funcionários que atenderam cumulativamente, até 31 de dezembro de 2018, as seguintes condições: a) tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 5 anos; b) elegíveis à aposentadoria, por tempo de contribuição (integral ou proporcional) ou por idade, pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e c) pertencer ao quadro de carreira da Companhia. O valor total do programa, que beneficiou um grupo de 31 funcionários que efetuaram a adesão até 15 de março de 2018, foi de R$ 3.968.

A indenização do PAI, que beneficiou um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão foi composta de:

a) 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;

b) Valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios; e

c) Concessão aos funcionários, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 60 meses

b2) Assistência Médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais assistência médica por um período de 36 (trinta e seis) meses. A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R$ 23.211 (R$ 20.359 em 2017).

b3) Indenização por Aposentadoria por Invalidez

Nos casos de empregados que se aposentarem por invalidez permanente e que tiverem completado 05 (cinco) anos de serviço, a Companhia concede uma indenização equivalente a 08 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, mais o valor equivalente a multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de indenização por aposentadoria por invalidez no montante de R$ 3.634.

A Companhia adota a norma do CPC 33 (R1) - Plano de Benefícios a Empregados, para o Planos de Aposentadoria Incentivada, benefício de Assistência Médica Pós-emprego e para a Indenização Por Aposentadoria Por Invalidez.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. O montante dessa participação registrado no passivo, em 31 de dezembro de 2018, foi de R$ 11.784 (R$ 11.689 em 2017).

19. PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósito			Depósito		
	Provisão	Judicial	Líquido	Provisão	Judicial	Líquido
Trabalhistas	8.491	(4.688)	3.803	10.481	(7.552)	2.929
Fiscal	20	–	20	20	–	20
Cíveis	552	(94)	458	558	–	558
Total	**9.063**	**(4.782)**	**4.281**	**11.059**	**(7.552)**	**3.507**

19.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R$ 8.491 é composto por: a) 95 processos de funcionários próprios na soma de R$ 4.832 e b) 88 processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R$ 3.659. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 210 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R$ 8.418.

19.2 Processo fiscal

Refere-se à provisão de um processo administrativo, Notificação de débito SP/70298 - contribuição adicional destinada ao SENAI, no valor de R$ 20. Não foram contabilizadas provisões de 04 processos administrativos e judiciais, no montante de R$ 32.568, por não representarem chances prováveis de perdas.

19.3 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 20 processos no total de R$ 552. Não foram contabilizadas provisões de 318 processos no montante de R$ 47.718 por não representarem chances prováveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências, encerrado em 31 de dezembro de 2018, tem a seguinte composição:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	**558**	**10.481**	**20**	**776**	**10.240**	**20**
Adição à provisão	94	1.561	–	1	4.571	–
Utilização	(100)	(3.551)	–	(219)	(4.330)	–
Saldo final	**552**	**8.491**	**20**	**558**	**10.481**	**20**

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxitos, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

19.4 Processos tributários e previdenciários

a) Processos administrativos fiscais e previdenciários

Após a fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração nas quais apontaram créditos de encargos sociais no montante de R$ 13.250. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

continua ➨

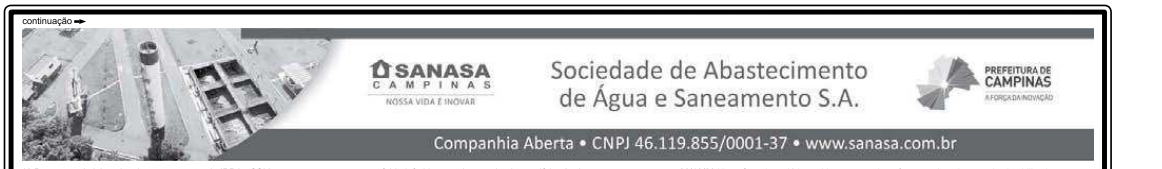
Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA SA..... 16
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A... 10
WHIRLPOOL S.A..... 2

Diário Oficial
Estado de São Paulo
Empresarial 2
Volume 129 • Número 56
São Paulo, terça-feira, 26 de março de 2019
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

continuação ➨



b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL

Após fiscalização sobre a base de cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda para o período de 2001 a 2005 e posteriormente para o ano de 2006, foram emitidos Autos de Infração, no montante de R$ 12.985. A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos até a última instância, obtendo êxito na anulação parcial dos Autos de Infração. Dessa forma, o valor atualizado de R$ 4.231 à título de Contribuição Social vem sendo pago através do parcelamento nº 10.830.722.073/2015-21 junto à Receita Federal do Brasil (RFB), o qual findou-se em fevereiro de 2017, e os valores referentes ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item b.1.).

b.1) Processo Judicial de compensação de IRPJ e CSLL

Em 26/03/2015 foi ajuizada ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005224-87.2015.4.03.6105) requerendo a suspenção da exigibilidade do crédito relativo ao IRPJ no valor original de R$ 7.365 em razão da imunidade tributária vigente, tendo sido deferida a liminar em 31/03/2015. Em 19/05/2016 a ação foi julgada improcedente, sendo que a SANASA recorreu da decisão e o processo foi encaminhado ao TRF3 e está aguardando julgamento do recurso.

c) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS

Através do recebimento de 11 Termos de Intimações Fiscais, considerando "não declaradas" as compensações declaradas por Dcomp, a SANASA foi autuada em R$ 10.391, mais multa isolada de R$ 8.228. A autuação foi motivada pela divergência de posicionamento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da não cumulatividade, quando o método correto do cálculo seria o da cumulatividade, devido após o reconhecimento da imunidade tributária federal. A multa isolada está em processo de impugnação administrativa.

c.1) Processo Judicial de compensação de PIS e COFINS

A SANASA, em 24/07/2014, impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0007477-82.2014.4.03.6105) com pedido de liminar requerendo a concessão da inexigibilidade da cobrança, bem como o direito em recorrer administrativamente, o que lhe fora tolhido razoado pelo procedimento administrativo fiscal ao qual a RFB aplicou 11 autuações à SANASA, mencionados no item "c". Em 06/08/2014 foi indeferida a liminar, e em 14/08/2014 foi interposto Agravo de Instrumento contra a referida decisão.

Em 14/10/2014 foi concedida a liminar pelo TRF3, sendo a RFB oficiada da decisão em 16/10/2014. Porém, em 14/01/2015 foi proferida a decisão denegando a segurança pleiteada, sendo que em 28/01/2015 a SANASA recorreu da decisão através de recurso de apelação, ao qual, após concessão de liminar na Medida Cautelar dirigida ao TRF (0006534-13.2015.4.03.0000), foi atribuído o efeito suspensivo, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. Em 21/06/2018 medida cautelar julgada improcedente, sendo que até decisão do recurso de apelação ainda se encontra pendente de julgamento no TRF3.

d) Processo da Imunidade Tributária

d.1) Federal

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, em 14/11/2008, a SANASA ajuizou Ação Declaratória (proc. nº 0011866-23.2008.403.6105) requerendo a declaração da imunidade tributária recíproca relativa aos impostos federais e das contribuições sociais. Após indeferimento inicial, no dia 11/02/2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento (proc. nº 2008.03.00.048892-3), em trâmite perante o TRF3. Com isto, a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29/01/2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido, reconhecendo-se a imunidade tributária relativa aos impostos federais, bem como a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Em 19/04/2010 a União recorreu da decisão, sendo que, em 02/05/2018, por unanimidade, o TRF3 negou provimento ao recurso de apelação da União Federal, sendo que, em 15/08/2018 a decisão transitou em julgado, declarando em definitivo a imunidade tributária recíproca aos impostos federais. Processo em fase de execução de sentença (Repetição do Indébito).

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

d.2) Estadual

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória (proc. nº 0004017-82.2010.8.26.0114) requerendo a declaração da Imunidade tributária recíproca relativa ao IPVA. Após ter sido julgado improcedente, a SANASA recorreu da decisão, sendo que, em 07/11/2013 o recurso foi julgado procedente sendo declarada a Imunidade Estadual do IPVA, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Entretanto, o Estado interpôs Recurso Extraordinário contra a decisão, ao qual foi negado seguimento e a ação transitada em julgado em 13/10/2017. Processo em fase de execução de sentença (Repetição do Indébito).

d.3) Municipal

A SANASA requereu junto à Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da imunidade de impostos municipais, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15/05/2010, ficando a SANASA imune aos referidos impostos.

e) Processo Judicial das Verbas Indenizatórias

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0015922-60.2012.403.6105) para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias, Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e contribuições previdenciárias devidas a terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 13º salário; e) 1/3 de férias. Em 10/06/2013 houve sentença concedendo a segurança em parte, com exceção dos itens c) e d). Todavia, em 06/08/2014, o Tribunal anulou a sentença de 1ª Instância devido a necessidade de incluir os Terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e FNDE) no polo passivo da ação. O processo foi remetido à 4ª Vara de Campinas e em 15/09/2015 foi acolhido o pedido de manutenção da liminar anteriormente concedida, ou seja, manteve suspensa a exigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o montante pago pela empresa das verbas supramencionadas, com exceção dos itens c) e d), determinando ainda, a citação dos Terceiros. Citados, contestaram a ação e a SANASA apresentou as réplicas. Em 31/05/2016, foi proferida sentença procedente em parte. As partes contrárias recorreram da decisão, mas em 29/01/2018, por unanimidade, foi negado seguimento aos Recursos de apelação. Em 13/03/2018 a União opôs Embargos de Declaração, o qual em 18/04/2018 foi rejeitado. A União recorreu ao STF e em 20/09/2018 o processo foi suspenso em razão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.072.485/PR no STF.

f) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (Demanda Contratada)

Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida (proc. nº 0089120-86.2012.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão da matéria estar pacificada no STJ. Em 08/01/2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, sendo que, em 22/01/2015, o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexigibilidade do ICMS sobre demanda de energia contratada, bem como a devolução do indébito no valor de R$ 186, corrigidos e com juros de 0,5% a partir do efetivo recolhimento, após o trânsito em julgado da ação. O Estado recorreu da decisão e em 24/02/2016 o recurso foi julgado improcedente, sendo que, os efeitos da sentença permanecem vigentes. Em 29/03/2016 o Estado recorreu ao STJ e STF e em razão da repercussão geral, o processo foi suspenso até a decisão final do STF sobre o tema.

g) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (TUSD)

Considerando o entendimento expressivo no STJ, em 14/10/2015 a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a TUSD - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição consumida (proc. nº 1033728-42.2015.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 15/10/2015 o juiz acolheu o pedido de tutela antecipada e determinou a imediata suspensão da exigibilidade da cobrança de ICMS sobre a TUSD. Em 02/06/2016 a ação foi julgada procedente. O Estado de São Paulo recorreu da decisão e por maioria de votos o Tribunal negou provimento ao recurso. O Estado recorreu ao STF e STJ o qual está pendente de análise de conhecimento dos recursos. Em 07/08/2017 o Tribunal suspendeu o Recurso Extraordinário até decisão do STF sobre o tema que tem Repercussão Geral.

h) Processo Judicial do INSS sobre fatura de Cooperativas de Trabalho

Considerando a declaração de inconstitucionalidade pelo STF do art. 22, inciso IV da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, que previa a exigência de contribuição social à alíquota de 15% sobre 30% da fatura de serviços da cooperativa médica Unimed Campinas, em 26/06/2014 a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para a obtenção de referido benefício fiscal, bem como a restituição dos últimos 5 anos (proc. nº 0006561-48.2014.4.03.6105). Em 24/10/2014 foi concedida a segurança em decisão de sentença de 1º grau, afastando a exigibilidade da cobrança, bem como a repetição do indébito dos últimos 5 anos, sendo a RFB oficiada da decisão em 30/10/2014. A União recorreu da decisão, mas em 18/03/2016 o recurso foi julgado improcedente. Entretanto, com a edição da Resolução do Senado 10/2016 declarando a cobrança inconstitucional, a SANASA promoveu a compensação em parte do indébito antes do trânsito em julgado, que ocorreu em 22/06/2016. Em 13/11/2017 a SANASA requereu junto a RFB a habilitação do crédito para promover a compensação dos demais valores não atingidos pela prescrição e está aguardando decisão.

i) Processo Judicial do Adicional de 10% sobre o FGTS:

Considerando o entendimento de esgotamento da finalidade que justificou a instituição da Contribuição Social Geral do art. 1º da LC nº 110/2001, em 24/10/2014 a SANASA ajuizou Ação Ordinária (proc. nº 0010946-39.2014.4.03.6105) com o intuito de liminarmente suspender a exigibilidade do recolhimento da contribuição. Em 10/11/2014 a ação foi julgada improcedente, sendo que, em 19/11/2014 a SANASA recorreu da decisão e em 10/10/2016 foi negado provimento ao recurso. A SANASA recorreu da decisão ao STF e STJ, sendo que, em 06/12/2017 os recursos foram inadmitidos e em 25/09/2018 o processo foi arquivado.

j) Processo Judicial de Anulação de Débito Fiscal:

Considerando a improcedência em processo administrativo fiscal e a não homologação de 07 (sete) das 19 (dezenove) compensações tributárias promovidas pela SANASA fundamentado pelo alargamento da base de cálculo das referidas contribuições trazidas pelo art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 346.084, a SANASA ajuizou uma ação anulatória dos débitos fiscais (Proc. nº 0012329-18.2015.403.6105) em razão da legalidade do procedimento, bem como justificado pela homologação de outras 12 (doze) compensações tributárias promovidas sob a mesma base legal. Em 20/10/2015 foi indeferida a tutela antecipada em 1ª instância e por essa razão em 26/10/2015 a SANASA agravou da decisão. Em 14/12/2015 o TRF3 indeferiu o pedido de tutela antecipada. Dessa forma, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário somente ocorreria com o depósito judicial do valor integral do crédito, o que se mostrou inviável. Em 1ª instância foi acolhido pedido de perícia contábil, sendo indicado assistente técnico e apresentado quesitos. Isto posto, a SANASA aderiu ao parcelamento do valor junto à RFB em razão do risco de inclusão no CADIN, sendo que, em caso de êxito na presente demanda, a SANASA ajuizará uma ação judicial de restituição dos valores pagos no referido parcelamento. Em 31/01/2018 o Laudo Pericial reconheceu o crédito para a SANASA. Aguardando pronunciamento da sentença.

k) Processo Judicial do ICMS sobre Desconto Tarifário:

Considerando o conceito de Desconto Tarifário (Desconto Incondicional), bem como, pelo que dispõe a Súmula 457 do STJ, pacificando entendimento que os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS, em 31/07/2017 a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 1039889-97.2017.8.26.0114) para que seja declarada a inexigibilidade do ICMS sobre o Desconto Tarifário, requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 03/08/2017 o juiz indeferiu o pedido de liminar e determinou a redistribuição do processo a umas das Varas da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. Em 31/01/2018 foi deferida a liminar. Em 26/01/2018 foi feito o Pedido de Correção dos termos da liminar pela SANASA. Em 22/03/2018 foi Juntada Contestação, sendo que em 14/05/2018 juntado a réplica. Em 14/08/2018 a sentença foi julgada procedente para afastar a incidência do ICMS sobre o desconto tarifário. O Estado deverá recorrer da decisão.

19.5 Processos cíveis

Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios

Em 21/02/2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28/04/2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21/05/2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05/08/2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Contudo, atualmente, levando em conta Decisão do Tribunal Regional Federal, a qual deu provimento a apelação da SANASA, a possibilidade de perda do processo alterou de possível para remota, conforme ultimada decisão acerca do acordão, tendo sido inadmitido o recurso especial e extraordinário interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e encontra-se no supremo questão relativa a repercussão geral sobre Monopólio.

20. RECEITA DIFERIDA - SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia obteve recursos oriundos do Orçamento Geral da União, no exercício de 2018, o montante de R$ 4.679 (R$ 3.702, em 2017), destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e obteve no exercício de 2017, da Agência Nacional de Águas (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas (PRODES), recursos no montante de R$ 7.300. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

Obra	Valor da Subvenção 31/12/2018	31/12/2017	Data de Encerramento
Programa de Aceleração do Crescimento			
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	63.758	67.308	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	35.898	39.651	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	22.049	22.841	Obra encerrada
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	5.654	6.125	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	8.714	8.365	Obra encerrada
Total Programa de Aceleração do Crescimento	**136.073**	**144.290**	
Agência Nacional de Águas (ANA)			
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista	7.300	7.300	Setembro de 2019
Total Agência Nacional de Águas	**7.300**	**7.300**	
Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)			
Sistema de Água - Região de Viracopos	3.456	3.537	Obra encerrada
Total Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS)	**3.456**	**3.537**	
Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)			
Estação de Tratamento de Lodo - ETA's III e IV	2.542	2.712	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Joaquim Inácio	2.359	2.410	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - San Martin	2.520	2.719	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Liceu / Chapadão	1.858	1.901	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Cruzeiro / Jardim Leonor	1.520	1.554	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Castelo Branco	1.482	1.518	Obra encerrada
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Cândida	1.125	1.193	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim das Oliveiras	1.908	1.949	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Paraiso	1.102	1.125	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Flamboyant	1.357	1.385	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Nova	1.477	1.507	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Parque São Quirino	2.030	2.072	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Modesto Fernandes	1.653	1.687	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Alfe	904	923	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Vila Proost Souza	1.701	209	Agosto de 2019
Troca de Redes de Água - Jardim Aurélia	1.535	298	Julho de 2019
Troca de Redes de Água - Bairro Bonfim	592	–	Setembro de 2019
Troca de Redes de Água - Jardim Madalena	187	–	Setembro de 2019
Total Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)	**27.852**	**25.162**	
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)			
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo	1.049	1.195	Obra encerrada
Total Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	**1.049**	**1.195**	
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)			
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara	1.877	1.974	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Bairro Proença	2.024	2.070	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão	1.960	2.003	Obra encerrada
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2	2.256	2.304	Obra encerrada
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras	837	888	Obra encerrada
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta	111	139	Obra encerrada
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	**9.065**	**9.378**	
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA			
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1	2.064	2.109	Obra encerrada
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1	1.237	1.397	
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2	329	352	
Controle de Perdas	9.806	11.937	Maio de 2019
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	**13.436**	**15.795**	
Total Geral	**198.231**	**206.657**	
Circulante	**11.169**	**10.715**	
Não Circulante	**187.062**	**195.942**	

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. Em 2018 foi reconhecido no resultado o montante de R$ 13.106 (R$ 12.314 em 2017) a título de Receitas de Subvenções.

21. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 370.631.609 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2018 (336.429.868, ações em 31 de dezembro de 2017).

Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 27 de abril de 2018, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R$ 16.512 da reserva de lucros retidos para investimentos, R$ 12.314 da reserva de incentivos governamentais, R$ 5.343, da reserva legal e de R$ 33 da reserva de correção especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2017, perfazendo o total de R$ 34.202.

Acionista	Quantidade de ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	370.600.672	99,9916528950%
COHAB	6.186	0,0016690430%
EMDEC	6.186	0,0016690430%
SETEC	6.186	0,0016690430%
Lauro Péricles Gonçalves	6.186	0,0016690430%
Ozair Rizzo	6.186	0,0016690430%
Pedro Benedito Maciel Neto	1	0,0000002700%
Arly de Lara Romêo	1	0,0000002700%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,0000002700%
José Roberto Sundfeld	1	0,0000002700%
Michel Abrão Ferreira	1	0,0000002700%
Wanderley de Almeida	1	0,0000002700%
Agenor Soares	1	0,0000002700%
Total	**370.631.609**	**100,0000000000%**

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

Abaixo, demonstramos o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	162.534	119.176
(–) Reserva de incentivos governamentais	(13.106)	(12.314)
Base de cálculo para a reserva legal	149.428	106.862
(–) Reserva legal (5%)	(7.471)	(5.343)
Base de cálculo dos dividendos	**141.957**	**101.519**
Dividendos mínimos (6%) (pago)	8.517	6.091
Parcela de Juros sobre o Capital Próprio (pago)	24.000	23.970
Dividendos Adicionais	47.490	54.946
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	**80.007**	**85.007**

c) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no exercício de 2018 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o exercício de 2017, conforme quadro abaixo:

	Básico e Diluído 2018	2017
Resultado líquido do exercício	162.534	119.176
Média ponderada de ações (mil ações)	362.081	340.343
Resultado por ação	**0,44889**	**0,35016**

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R$ 7.471 em 2018, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

d.2) Reserva para Investimentos

É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R$ 61.950 do lucro remanescente para a constituição de Reserva para Investimentos. O referido recurso será aplicado em obras de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, conforme estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

d.3) Reserva de Incentivo Governamental

Constituída no montante de R$ 13.106 em 2018, nos termos do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros Acumulados.

22. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2018	2017
Receita bruta fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	966.985	896.017
Prestação de serviços	37.755	31.874
Redes de água e esgoto	10.563	6.883
Total	**1.015.303**	**934.774**
Descontos, retificações e devoluções	(57.586)	(52.083)
Contribuições sobre vendas e serviços	(39.592)	(36.555)
Total da receita líquida de vendas e serviços	**918.125**	**846.136**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros de mora sobre arrecadações	21.547	15.889
Rendimentos de aplicações financeiras	5.749	8.781
Variações monetárias de arrecadações	4.865	4.659
Juros ativos	236	360
Outras	214	269
Variações monetárias ativas	3	3
Ajuste a valor presente	(6.419)	(2.839)
Total das receitas financeiras	**26.195**	**27.122**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(53.623)	(50.994)
Juros - encargos sociais e fiscais	(3.697)	(8.445)
Descontos concedidos	(9.159)	(6.480)
Variações monetárias passivas	(5.230)	(5.551)
Despesas de financiamento	(5.238)	(5.063)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	(5)	(156)
Total das despesas financeiras	**(76.952)**	**(76.689)**
Total do resultado financeiro	**(50.757)**	**(49.567)**

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2018	2017
Outras receitas		
Reversão benefícios pós-emprego	172	12.955
Subvenções governamentais	13.105	12.314
Recuperação de perdas de credores duvidosos	10.963	9.586
Sem par conta corrente	3.198	3.079
Termos de autorização de uso	1.117	1.107
Outros	540	893
Multas contratuais	1.078	337
Ressarcimento danos de terceiros	115	303
Exclusividade de prestação de serviços financeiros	328	80
Impostos e contribuições recuperadas	–	56
Totais das outras receitas	**30.616**	**40.710**
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(73)	(245)
Totais das outras despesas	**(73)**	**(245)**
Total das outras receitas e despesas	**30.543**	**40.465**

25. PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

	Base de Cálculo	Contribuição Social 2018	2017
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	47.417	4.268	3.822
Parcela do lucro não realizado - órgãos públicos	66.045	5.944	3.444
Total		**10.212**	**7.266**

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

continua ➨

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA SA 16
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A ... 10
WHIRLPOOL S.A. 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 56 **Página 14**
São Paulo, terça-feira, 26 de março de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

continuação ➔



SANASA CAMPINAS
NOSSA VIDA É INOVAR

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.

PREFEITURA DE CAMPINAS
A FORÇA DA INOVAÇÃO

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2018			
	Valor justo através do resultado	Emprés-timos e recebíveis	Custo amorti-zado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	5.299	–	–	5.299
Aplicações financeiras	59.949	–	–	59.949
Contas a receber de clientes	–	229.085	–	229.085
Total	**65.248**	**229.085**	**–**	**294.333**
Passivos				
Financiamentos	–	–	371.172	371.172
Arrendamento mercantil financeiro	–	–	47.597	47.597
Fornecedores	–	–	45.095	45.095
Total	**–**	**–**	**463.864**	**463.864**

	31 de Dezembro de 2017			
	Valor justo através do resultado	Emprés-timos e recebíveis	Custo amorti-zado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	5.892	–	–	5.892
Aplicações financeiras	41.378	–	–	41.378
Contas a receber de clientes	–	206.667	–	206.667
Total	**47.270**	**206.667**	**–**	**253.937**
Passivos				
Financiamentos	–	–	376.524	376.524
Arrendamento mercantil financeiro	–	–	49.739	49.739
Fornecedores	–	–	37.311	37.311
Total	**–**	**–**	**463.574**	**463.574**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Custo Amortizado, que abrange principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, e conforme item 29 do CPC 40 (R1), para estes casos, as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de Dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	–	5.299	–	5.299
Aplicações financeiras	–	59.949	–	59.949
Total	**–**	**65.248**	**–**	**65.248**

	31 de Dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	–	5.892	–	5.892
Aplicações financeiras	–	41.378	–	41.378
Total	**–**	**47.270**	**–**	**47.270**

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R$ 229.085 em 2018 e R$ 206.667 em 2017 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2018, é de R$ 36.729 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 35,0%; e b) na categoria comercial com os hospitais em 14,6%) representando 13,8% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2017, esta provisão era de R$ 19.460, equivalentes a 8,6%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

b) Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

O cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos está evidenciado na nota explicativa nº 14.

c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

27.2 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A SANASA está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, a partir de um cenário considerado provável pela Administração com base nas taxas do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TR (Taxa Referencial) e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), além de outros dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:

				Cenários				
				Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 31/12/2018**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos	50.196	Variação CCB/CDI	6,50	13,41	3.263	16,76	4.081	20,12	4.894
Passivos	(112.106)	Variação TR	0,09	2,33	(96)	2,91	(96)	3,50	(96)
Passivos	(267.384)	Variação CDI	6,50	13,41	(17.383)	16,76	(21.666)	20,12	(25.948)
Passivos	(780)	Sem risco	2,56	2,51	(20)	3,14	(25)	3,77	(30)
Total	**(330.074)**				**(14.236)**		**(17.706)**		**(21.180)**

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

				Cenários				
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 31/12/2018**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Ativos	50.196	Variação CCB/CDI	6,50	13,41	3.263	4,88	2.450	3,25	1.631
Passivos	(112.106)	Variação TR	0,09	2,33	(96)	1,75	(96)	1,17	(96)
Passivos	(267.384)	Variação CDI	6,50	13,41	(17.383)	10,06	(13.100)	6,71	(8.846)
Passivos	(780)	Sem risco	2,56	2,51	(20)	1,88	(15)	1,26	(10)
Total	**(330.074)**				**(14.236)**		**(10.761)**		**(7.321)**

Fonte:
CDI / INPC - Banco Central do Brasil
TR / TJLP - Fontes internas da Companhia e externas de mercado

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na reunião do Conselho de Administração do dia 29 de janeiro de 2019, os conselheiros aprovaram a proposta de pagamento de dividendos intermediários aos acionistas, à conta do lucro apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R$ 10.001 (dez milhões e um mil reais), com base no parágrafo 2º, do artigo 55 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 204 da lei nº 6.404/76.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PEDRO BENEDITO MACIEL NETO
Presidente do Conselho

ARLY DE LARA ROMÊO
Conselheiro

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA
Conselheiro

MICHEL ABRÃO FERREIRA
Conselheiro

WANDERLEY DE ALMEIDA
Conselheiro

JOSÉ ROBERTO SUNDFELD
Conselheiro

AGENOR SOARES
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ARLY DE LARA ROMÊO
Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO JORGE ZERAIK
Diretor Administrativo

LUCIANO SOARES TRALDI
Diretor Comercial

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS
Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR
Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3

JEAN CARLOS PEREIRA
Contador - CRC 1SP180441/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, sem ressalvas, da Taticca Auditores Independentes S.S., de 8 de março de 2019, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 20 de março de 2019.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA
CELSO LAPA VETTORI
REINALDO CAMPANHOLI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Conforme citado na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte em processos judiciais de naturezas fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em virtude da complexidade e relevância das ações em andamento, além do elevado grau de julgamento requerido na avaliação e estimativas para a mensuração das provisões para passivos contingentes e impacto nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Executamos, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

- Avaliamos, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação), além do envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhistas e previdenciários na extensão que julgamos necessária para conclusão das respectivas análises;
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações contábeis.

Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Conforme citado na nota explicativa nº 12, a Companhia possui registrado o montante de R$ 961.366 mil referente ativos imobilizados. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto a recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados a prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação. Devido a relevância desse saldo e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade.

Subvenções Governamentais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia obteve recursos oriundos de órgãos governamentais destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, no montante total acumulado de R$ 198.231 mil. Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado tendo como contrapartida no balanço patrimonial um passivo de igual valor. Este valor vem sendo apropriado ao resultado em base sistemática e racional durante a vida útil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram avaliados os critérios de contabilização e apresentação no balanço patrimonial e os requisitos para
reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, em atendimento aos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela deliberação CVM nº 646/10.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 08 de março de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S
CRC 2 SP-032267/O-1
Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio - Contador CRC - 1SC020036/O-8-T-SP
Ricardo Massera
Sócio - Contador CRC-1PR066333/O-2-S-SP

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA SA..... 16
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A... 10
WHIRLPOOL S.A..... 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 129 • Número 56 Página 15
São Paulo, terça-feira, 26 de março de 2019
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
Brasília – DF

Conclusão com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para conclusão com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

A administração da VALEC tomou conhecimento e providências sobre a "Operação Recebedor" da Polícia Federal, no que concerne ao levantamento dos valores supostamente superfaturados das obras da Ferrovia Norte-sul e da Ferrovia Integração Leste-Oeste e instituiu por meio da Portaria nº 116, de 01/03/2016, alterada pela Portaria nº 131, de 07/03/2016, a Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração que tem como objetivo geral acompanhar os desdobramentos da "Operação Recebedor" e como objetivos específicos; (i) Realizar levantamento de todas as informações e documentos relacionados às denúncias objeto da "Operação Recebedor", concernentes a licitações e contratos que estejam sob investigação, devendo realizar inspeções nos processos e demais procedimentos correlatos que se fizerem necessários; (ii) Realizar apurações preliminares que entender cabíveis, com vistas a subsidiar eventuais providências por parte da VALEC e de outros órgãos; e (iii) Acompanhar ações e processos que tramitam perante órgãos judicantes e de controle, especialmente ações penais e civis públicas na Justiça Federal, Tomadas de Contas Especiais do TCU e inquéritos administrativos e policiais, sem prejuízo de outros que porventura surgirem. Os trabalhos dessa Comissão, até a presente data não foram concluídos. Desta forma, não nos foi possível apurar e mensurar os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

Além disso, conforme comentado na nota explicativa nº 7, letra "a", no âmbito do Tribunal de Contas de União – TCU foram instauradas Tomadas de Contas Especiais sobre contratos da Ferrovia Norte-Sul a fim de verificar possíveis irregularidades. Após julgamento definitivo, caso sejam confirmadas alterações nos custos da Ferrovia, os valores serão revistos e as prováveis

perdas serão provisionadas. Devido a estarem pendentes de julgamento, e conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, os processos de Tomadas de Contas Especiais do TCU, citados acima, no montante estimado de R$ 848.614 mil foram considerados pela assessoria jurídica da VALEC com probabilidade de perdas “possíveis”, não sendo registrada provisão para eventual perda.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 12, letra “b”, a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., possui investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial na coligada Transnordestina Logística S/A. As demonstrações contábeis da referida coligada são auditadas por outros auditores independentes, todavia, o trabalho não foi concluído até a emissão de nosso relatório de auditoria. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos no investimento da VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

Ênfases

Valor Recuperável dos Ativos de Longo Prazo

De acordo com a nota explicativa nº 8, letra "a", conforme determina a Lei nº 11.638/07; Resolução CFC nº 1.315/2010 e Pronunciamento Contábil 01 (CPC 01-R1), a entidade deve avaliar se seus ativos estão registrados contabilmente por um valor que não exceda o total do seu valor a ser recuperado por uso ou venda. A Companhia possui plano negócios ao qual segue as políticas públicas traçadas pelo Ministério de Transporte, Portos e Aviação Civil e que está respaldado pelo Plano Plurianual e suportam as decisões dos investimentos realizados e a realizar e de acordo com a Companhia a recuperação destes investimentos ocorrerá no prazo das concessões. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, letra “c”, a Companhia mantém registrado na rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”, saldo de R$ 5.016 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para submeter o assunto a Assembleia Geral Extraordinária, e com a aprovação, dar prosseguimento nos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura que se encontra em fase de construção; e (ii) ampliar sua carteira de clientes. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, pelo seu único acionista (União). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 13 de março de 2017, que não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 1º de março de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP



Demonstrações contábeis anuais completas

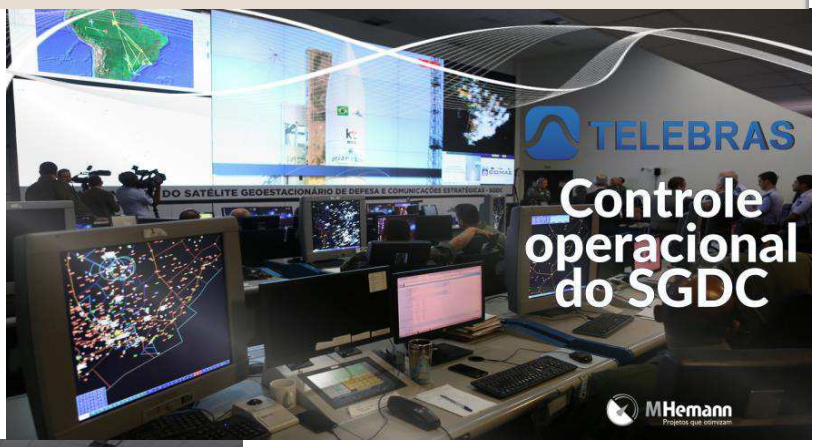
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - Telebras

Em 31 dezembro de 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2017







TELEBRAS

Fevereiro de 2018

TELEBRAS

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.

Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto

CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Nesta edição:

Mensagem da Administração	3
Perfil de Atuação	5
Sumário Executivo	6
Finanças	8
Mercado	15
Atividades Comerciais	15
Evolução da Rede de Telecomunicações	18
Operação da Rede e Tecnologia da Informação	22
Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais	24
Gestão de Pessoas	29
Licitações e Contratos	32
Auditoria Externa	32
Declaração dos Diretores Sobre Rel. Auditoria e Dem. Contábeis	33
Relacionamento com Auditores Independentes	33
Conclusão	34

TELEBRAS

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.

Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas:

A Telebras concluiu 2017 com histórias para contar, entre elas contratos importantes firmados, sucesso no lançamento do SGDC-1 e a projeção do Cabo Submarino, que vai ligar o Brasil à Europa. Foi um ano em que o Brasil ganhou em eficiência através dos serviços prestados pela empresa, que tem objetivos genuinamente brasileiros.

O ano entrou para a história da Telebras, porque selou sua marca como uma empresa pioneira em telecomunicações via Satélite, que conquistou seu reconhecimento no mercado de ações, com aporte de conhecimento e desenvolvimento social para a Nação. Tudo isso explicaremos a partir de agora.

No dia 04 de maio de 2017 foi lançado, com sucesso absoluto, no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC-1. A estrutura em terra, que faz conexão com o Satélite, também cumpriu todos os prazos. São dois Centros de Operações Espaciais, um em Brasília e o outro no Rio de Janeiro e mais três antenas instaladas em três estados que abrigam as Estações de Acesso Gateways: Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Campo Grande (MT). Em meio a estas obras, profissionais altamente qualificados cumpriram prazos e orçamentos. Com antecedência nas etapas entregues, o Projeto SGDC-1 trouxe, em 2017, razões suficientes para se consolidar como um dos feitos dignos de comemoração no Brasil.

A Telebras abrange hoje, diretamente e através de parceiros, uma população superior a 130 milhões de habitantes, além do atendimento à rede privativa de comunicação da administração pública federal. A Companhia opera uma rede terrestre com Backbone baseado em cabos de fibra óptica estruturados em cinco anéis geográficos distribuídos no nordeste, sudeste, sul, centro-sul e norte, totalizando 26 mil Km de extensão de rede. São 195 provedores atendendo as 27 unidades da Federação.

O Programa Nacional de Banda Larga teve um acréscimo no número de atendimentos em 140% em 2017. De 642 municípios atendidos no ano anterior, a Companhia fechou o ano atendendo a 1.524 cidades. As parcerias subiram em percentual de 500%. Saímos de 180 para 1.055 parceiros. O mesmo aconteceu com o número de circuitos ativados pela Companhia.

Em 2017 a Telebras concluiu o processo de aumento de Capital Social, que passou de R$ 263,1 milhões para R$ 1.594,7 milhões, um aumento de R$ 1,3 bilhão. Os recursos referem-se a aportes realizados pela União. O objetivo principal foi a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC-1, o desenvolvimento e a expansão do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL.

(continua)

TELEBRAS

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.

Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Mensagem da Administração (continuação)

Com isso, a Companhia passou a ter patrimônio líquido positivo e está a caminho da autossustentabilidade. A Telebras possui, ainda, recursos a capitalizar aportados pela União Federal no valor de R$ 1,3 bilhão, cu-jas tratativas para a incorporação do Capital Social já foram iniciadas, ampliando as perspectivas positivas para 2018.

Nesta mesma linha de melhorias de gestão, em 2017 a Companhia retomou o processo de recuperação de créditos tributários, tendo como resultado a compensação do valor de R$ 16.4 milhões nos pagamentos dos tributos federais e de R$ 6 milhões em relação ao ICMS, o que representou um importante reforço para o flu-xo de caixa da Companhia.

A Lei de Responsabilidade das Estatais chegou também para somar na Telebras. Com as exigências vieram o aperfeiçoamento dos processos de gestão, que produzem transformações internas com foco na integridade e transparência, nas relações com os clientes, com os investidores e com a sociedade.

A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de 30%, passando de R$ 56,1 milhões em 2016 para R$ 73,4 milhões em 2017, reflexo dos novos contratos celebrados e do aumento de circuitos faturados. Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R$ 251,0 milhões em 2017 e R$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 29%. Todavia, se desconsiderarmos os eventos contabilizados em 2017 (não recorrentes) da provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (R$ 16,4 milhões) e para a Perda Estimada com Credito de Liquidação Duvidosa, relativo ao valor a receber do contra-to de prestação de serviços da Copa do Mundo de 2014 (R$ 22,4 milhões), o crescimento destes custos e des-pesas seriam de 9%, o que demonstra o esforço da Administração para redução dos custos e despesas e na melhora de rentabilidade da Companhia.

A Telebras é composta, hoje, por 357 colaboradores diretos e mais de 500 prestadores de serviços indiretos, distribuídos em 50 empresas contratadas.

Em meio às importantes negociações efetivadas, vários contratos foram assinados no decorrer do ano. Entre eles, acordos de fornecimento de internet, atendendo à população brasileira, com ênfase às escolas, Uni-dades Básicas de Saúde em localidades rurais, unidades de fronteira do Exército, comunidades quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

A seguir relataremos, detalhadamente, as conquistas de 2017. Estamos certos de que 2018 nos trará triunfos ainda mais significativos e desafiadores!

A Administração

TELEBRAS

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.

Sociedade de Economia Mista de Capital Aberto
CNPJ: 00.336.701/0001-04

Relatório da Administração 2017

Perfil de Atuação

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (adiante mencionada simplesmente como "Telebras" ou "Companhia"), sediada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF, endereço eletrônico www.telebras.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011; rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.



Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais a TELEBRAS tem direcionado seus esforços no sentido de:

- Intensificar a implantação da infraestrutura necessária à consecução do Programa Nacional de Banda Larga— PNBL;
- Atender, cada vez com mais aptidão, às determinações do Decreto nº 8.135/2013;
- Ampliar sua carteira de clientes do setor governo;
- Aumentar sua participação em projetos de governo.

Além do antes exposto, são prioridades da empresa os projetos estratégicos previstos nas Ações Orçamentárias do Governo Federal, de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e do Cabo Submarino Brasil-Europa, detalhados no sumário executivo a seguir.

Sumário Executivo



O ano de 2017 ficará marcado na história da Telebras, pela significância de suas conquistas face aos desafios enfrentados:

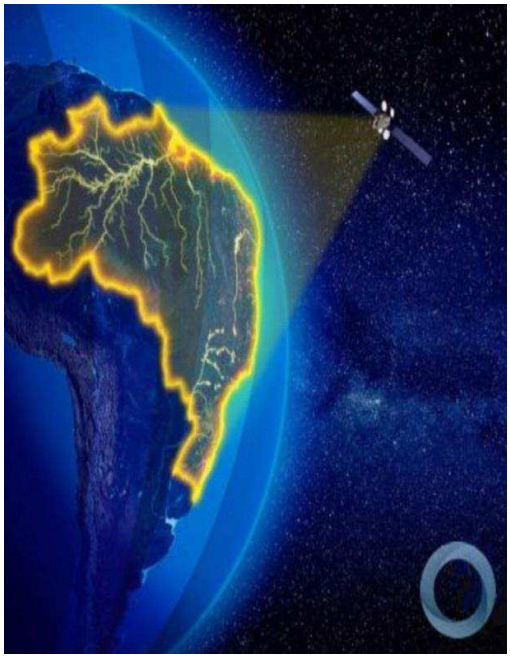
- O lançamento e a operação do SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, incluindo as estruturas em terra, que controlam e fazem a conexão com o mesmo;
- os avanços no projeto do Cabo Submarino que irá interligar a América do Sul à Europa, diminuindo a dependência brasileira de conexões intermediadas por outros países;
- o acréscimo de 140% no número de atendimentos ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, que mostra a evolução da Companhia em sua capacidade de cumprir seus objetivos estatutários;
- a evolução de seu Capital Social, que passou R$ 263,1 milhões para R$ 1.594,7 milhões, que permitiu à Companhia alcançar um Patrimônio Líquido positivo;



- o crescimento da Receita Operacional Líquida de 30%, que reforça a expectativa de crescimentos ainda maiores nos próximos anos;
- a clara evidência de evolução da capacidade da empresa em melhorar a sua rentabilidade, representada pelo aumento dos custos e despesas operacionais, que cresceram 9% em 2017, contra 30% de crescimento na Receita, desconsiderando-se despesas contábeis não recorrentes contabilizadas no exercício.
- os esforços da administração e do corpo técnico e operacional, no sentido de dotar a Companhia de instrumentos de gestão e governança corporativa capazes de elevar a sua eficiência e qualidade, na busca de credibilidade e confiança.

Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental nos programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa GESAC, que irá garantir acesso em internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, inclusive àquelas localizadas em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Sumário Executivo (continuação)



SGDC

O SGDC é o principal projeto da empresa, e seu lançamento ocorreu em Maio de 2017. O objetivo do SGDC é fornecer mais segurança às comunicações militares, de governo e atendimento à banda larga.

A operação do SGDC significa ampliação da oferta de banda larga em todo território nacional, especialmente nas áreas remotas, e irá garantir para a Companhia um aumento significativo de suas receitas. Sua carga útil em Banda X já se encontra em operação tendo como cliente o Ministério da Defesa. Sua banda Ka, que conta com 58 Gbps de capacidade, está destinada ao atendimento de banda larga.

Os primeiros contratos para prestação de serviço em banda larga foram firmados no final de 2017, e em abril de 2018 inicia-se a prestação do serviço comercial.



Cabo Submarino Brasil — Europa

A principal motivação para a construção do cabo submarino, que irá interligar a América do Sul à Europa, é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos.

O projeto prevê o lançamento de 5600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

Sumário Executivo (continuação)



As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários: - Atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e ampliar a oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas.

Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes. Mais do que simplesmente atender às exigências da nova Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016), a empresa se esforça para atingir elevado nível de maturidade em Governança Corporativa, de modo a estabelecer níveis suficientes de controle sobre os riscos, buscando a qualidade dos processos, além de um novo padrão de transparência e credibilidade.

Neste capítulo, a Telebras promoveu a revisão de seu Estatuto Social, aprovou o novo Planejamento Estratégico, implantou metodologia de gestão através de Indicadores de Resultados, com software de controle e acompanhamento de todas as áreas operacionais, retomou atividades ou reforçou instrumentos de governança, como a gestão de riscos, mecanismos e controles internos, Compliance, Ouvidoria e Canal de Denúncias, Código de Ética e Guia de Conduta, além de outras políticas.

A partir deste patamar, abre-se uma nova perspectiva para 2018, com a remodelação total da Governança Corporativa da empresa, a completa reestruturação dos núcleos de gestão de riscos, integridade e controles internos, processos, projetos, e demais atribuições que serão detalhadas por um novo Regimento Interno.

Financas

Estrutura Patrimonial da TELEBRAS - Principais Rubricas

Finanças



O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2015 a 2017 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R$ mil	Exercícios findos em:							
	2015		2016			2017		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
Ativo Circulante	388.125	15,20%	413.355	13,50%	6,50%	365.926	10,70%	-11,50%
Ativo Não Circulante	2.166.404	84,80%	2.646.573	86,50%	22,20%	3.059.300	89,30%	15,60%
Realizável a Longo Prazo	211.484	8,30%	275.112	9,00%	30,10%	287.429	8,40%	4,50%
Investimentos	84.475	3,30%	77.145	2,50%	-8,70%	69.193	2,00%	-10,30%
Imobilizado	1.850.122	72,40%	2.275.655	74,40%	23,00%	2.683.307	78,30%	17,90%
Intangível	20.323	0,80%	18.661	0,60%	-8,20%	19.371	0,60%	3,80%
Ativo Total	**2.554.529**	**100,00%**	**3.059.928**	**100,00%**	**19,80%**	**3.425.226**	**100,00%**	**11,90%**
Passivo Circulante	321.781	12,60%	97.490	3,20%	-69,70%	230.354	6,70%	136,30%
Passivo Não Circulante	2.451.508	96,00%	3.462.541	113,20%	41,20%	2.605.051	76,10%	-24,80%
Passivo Exigível	2.773.289	108,60%	3.560.031	116,30%	28,40%	2.835.405	82,80%	-20,40%
Patrimônio Líquido	(218.760)	-8,60%	(500.103)	-0,163	128,60%	589.821	17,20%	-217,90%
Passivo Total	**2.554.529**	**100,00%**	**3.059.928**	**100,00%**	**19,80%**	**3.425.226**	**100,00%**	**11,90%**

Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

Finanças - A Estrutura Patrimonial

Ativo Circulante e Não Circulante

Os itens do Ativo Circulante apresentaram diminuição de 11,5% em relação ao exercício de 2016, já o Ativo Não Circulante apresentou evolução de 15,6% no mesmo período.

Imobilizado

A evolução do Imobilizado, 17,9% de 2016 para 2017, é explicada pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R$ 314,9 milhões em 2017 contra R$ 319,5 milhões em 2016. Deste total, R$ 265,2 milhões (84,2%) foram destinados ao projeto SGDC (R$ 267,5 milhões *em 2016 – 83,7%).*

Ativo Total



Crescimento da ordem de 11,9% em relação a 2016. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

O Passivo Circulante apresentou aumento de 136,3% no período, em decorrência principalmente do aumento na Conta Fornecedores 205,7%. Já o Passivo Não Circulante apresentou uma redução de 24,8% por conta da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).

Passivo Exigível e Ativo Total

Considerando-se os dados relativos ao Passivo Exigível e ao Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2017 estava em 82,8%, enquanto que no exercício findo em 2016, esse indicador era de 116,3%. A redução foi decorrente principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Patrimônio Líquido

O aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Exercícios:	2016	2017
R$ mil	Valor	Valor
Patrimônio Líquido	**(500103)**	**589.821**
Capital Social	263.145	1.594.667
Prejuízos Acumulados	(769.620)	(1.103.437)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.483	8.702
Ações em Tesouraria	(111)	(111)

Finanças

Incorporação da TELEBRAS COPA S.A.

Em 1º de junho de 2017, a Assembleia dos Acionistas aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769 mil, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

Estrutura Econômica da Companhia — Principais Rubricas

Finanças



1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2017, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 73,3 milhões, crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2016 (R$ 56,1 milhões). O avanço da Receita Operacional Líquida entre os períodos comparados é explicado pelo maior volume faturado em decorrência de novos contratos, pelo crescimento da banda ativada e dos circuitos faturados.

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Serviços de Comunicação Multimídia	74.486	98.758	32,6%
Aluguéis e Locações	7.003	7.093	1,3%
Receita Operacional Bruta	**81.489**	**105.851**	**29,9%**
Deduções da Receita Operacional Bruta	(25.435)	(32.558)	28,0%
Receita Operacional Líquida	**56.054**	**73.293**	**30,8%**

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (exceto Depreciação/Amortização)

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Pessoal (exclui PISP)	(65.051)	(67.165)	3,2 %
Serviços de Terceiros	(63.694)	(62.884)	(1,3) %
Compartilhamento de Infraestrutura	(39.713)	(43.430)	9,4 %
Meios de Conexão	(10.267)	(26.782)	160,9 %
PECLD(1)	(248)	(24.534)	9.792,7 %
PISP(2)	(5.756)	(16.292)	183,0 %
Aluguéis e Locações	(8.696)	(7.516)	(13,6) %
Tributos	(1.607)	(1.597)	(0,6) %
Materiais	(136)	(753)	453,7 %
Outras Despesas	(18)	0	n.d.
TOTAL	**(195.186)**	**(250.953)**	**28,6 %**

(1) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

(2) Programa de Indenização por Serviços Prestados

Finanças

Estrutura Econômica da Companhia — Principais Rubricas

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS ... (continuação)

Em 2017, os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R$ 251,0 milhões em 2017 e R$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 28,6%. As principais rubricas que contribuíram para este aumento foram: perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (R$ 24,3 milhões), provisão para o programa de indenização por serviços prestados – PISP (R$ 10,5 milhões); e meios de conexão (R$ 16,5 milhões).

As principais ocorrências no período, referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Finanças

PESSOAL: No Acumulado dos doze meses de 2017, o gasto com pessoal apresentou crescimento de 3,2% em relação a 2016, apesar do reajuste concedido de 8,1%. O aumento inferior ao reajuste concedido no acordo coletivo é justificado, principalmente, pela diminuição da remuneração de diretores em função de saídas sem a recomposição do quadro durante a maior parte do exercício de 2017.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP: O aumento da provisão para o PISP é justificado pelo reajuste salarial de 8,1% em consequência do acordo coletivo, bem como pela reclassificação dos valores que constavam como "a receber" no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL, no valor de R$ 16.5 milhões. A reclassificação deste valor a receber ocorreu devido ao fato que este item não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, pois não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que não há certeza quanto ao recebimento de tais valores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No acumulado de 2017, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R$ 62,9 milhões, estável em relação ao acumulado do último exercício (R$ 63,7 milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total desses custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R$ 31,4 milhões em 2017, R$ 30,2 milhões em 2016.

COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA: Em 2017, o valor de Compartilhamento de Infraestrutura atingiu R$ 43,4 milhões, valor que supera em R$ 3,7 milhões (9,4%) o acumulado de 2016 (R$ 39,7 milhões). O aumento é justificado pelos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e parceiros por serviços prestados.

MEIOS DE CONEXÃO: No final dos 2017, os custos com Meios de Conexão alcançaram R$ 26,8 milhões (R$ 10,3 milhões em 2016), uma variação de 160,9%.

Finanças

Depreciacão e Amortizacão

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Depreciação e Amortização	(49.311)	(60.795)	23,3 %

O aumento de 23,3% na comparação entre o acumulado de 2017 e 2016 é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica "Bens e Instalações em Andamento" para a rubrica "Bens e Instalações em Serviço", pois com a transferência estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R$ 43.282 em 2017. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levada em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

Resultado Financeiro

Finanças



Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Receitas Financeiras			
Juros Sobre Disponibilidades	8.827	7.340	16,8 %
Juros Sobre Tributos	0	14.342	100,0 %
Juros Sobre Depósitos Judiciais	2.486	2.478	(0,3) %
Outras Receitas Financeiras	694	939	35,3 %
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(1.376)	(2.127)	54,6 %
TOTAL	10.631	22.972	116.1 %
Despesas Financeiras			
Juros Sobre Adiantamentos / Cauções e Retenções	(51.194)	(34.548)	(32,5) %
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(23.686)	(15.620)	(34,1) %
Juros s/ Provisionamento Riscos Trab, Cíveis e Fiscais	(11.546)	(4.962)	(57,0) %
Outras Despesas Financeiras	(1.272)	(90)	(92,9) %
TOTAL	(87.698)	(55.220)	(37,0) %
RESULTADOS FINANCEIROS	(77.067)	(32.248)	(58,2) %

No acumulado de 2017, o resultado financeiro foi negativo no valor de R$ 32,2 milhões, uma redução de R$ 44,8 milhões na comparação com 2016. Este resultado é explicado pelo reconhecimento da variação monetária dos tributos federais sujeitos a recuperação/compensação (R$ 14,3 milhões), e pela redução dos índices de atualização dos principais geradores de despesas financeiras (Credores por Acordos Judiciais, INPC e os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC), que têm seus indexadores vinculados à inflação.

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizaram R$ 33.703 (R$ 30.323 em 2016). Deste montante, R$ 26.363 (R$ 21.496 em 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados à construção de ativos (ativo qualificável), principalmente o projeto SGDC.

Finanças

Prejuízo do Exercício Ajustado

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	**(270.883)**	**(243.817)**	**(10,0) %**
Ajustes de Eventos Não Recorrentes:			
(-) Ganho na Baixa de Passivos (i)	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perda na Baixa de Passivos (i)	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos (i)		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
Prejuízo do Exercício Ajustado	**(270.883)**	**(210.767)**	**(22,2) %**
Margem Líquida	(483,3) %	(287,6) %	(40,5) %
Prejuízo por Ação	(18,06990)	(14,05972)	(22,2) %

O Prejuízo do Exercício Ajustado por eventos não recorrentes em 2017 foi de R$ 210,8 milhões (R$ 270,9 milhões em 2016), redução de R$ 60,1 milhões (-22,2%). Os eventos não recorrentes referem-se: i) a baixa de passivos e ativos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e divulgados nos quadros de "Custos/ Despesas Operacionais" e "Outras Receitas/(Despesas) Operacionais", respectivamente, acima demonstrado; e ii) constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa sobre o contas a receber de valores relacionados à prestação de serviços durante a Copa do Mundo de 2014.

EBITIDA/LAJIDA

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	**(270.883)**	**(243.817)**	**(10,0) %**
(+) Resultado Financeiro	77.067	32.248	(58,2) %
(+) Depreciação e Amortização	49.311	60.795	23,3 %
EBITIDA	**(144.505)**	**(150.774)**	**4,3 %**
Ajustes:			
(+/-) Equivalência Patrimonial	3.964	(23.899)	(702,9) %
(+) Baixa de Ativos Fixos	268	0	
(+/-) Ganho Sobre Passivos	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perdas Sobre Ativos	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
EBITIDA Ajustado	**(140.273)**	**(141.623)**	**1,0 %**
Margem EBITIDA	(257,8) %	(205,7) %	**20,2 %**
Margem EBITIDA Ajustado	(250,2) %	(193,2) %	**22,8 %**

Evolução do EBITDA Ajustado

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa de Passivos, Perdas na Baixa de Ativos—Colaboradores Cedidos e PECLD contrato Copa 2014) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro.
Em 2017, o EBITDA foi negativo no montante de R$ 141,6 milhões, estável em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 140,3 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Liquida (30,8%) e do aumento dos Custos e Despesas Operacionais (28,6%). A Margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de (193,2%), enquanto que em 2016 foi de (250,2%), uma diminuição de 22,8% da insuficiência de geração de caixa.

Finanças

Execução Orçamentária

Dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2017, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

FONTES E USOS (Em R$ mil)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
Fontes de Recursos	**394,60**	**513,70**	**76,8%**
Receita	175,70	210,90	83,3%
Receita para Aumento de Capital	219,00	302,90	72,3%
Usos de Recursos	**616,30**	**1.035,20**	**59,5%**
Dispêndios Correntes	301,30	403,60	74,7%
Dispêndios de Capital	**315,00**	**631,60**	**49,9%**

Orçamento de Investimento (OI) da TELEBRAS. Versão final aprovada pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

Finanças



Dispêndios de Capital (Em R$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
120F - PNBL	41,40	94,40	43,8%
146Z - Satélite	265,10	477,80	55,5%
4101 - Bens Imóveis	0,00	0,40	0,0%
4102 - Bens Móveis	0,10	1,70	7,7%
4103- Ativos de Informática	7,00	12,40	56,9%
Inversão Financeira Cabo Submarino	1,30	45,00	3,0%
Total	**315,00**	**631,60**	**49,9%**

Segue detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

Região (Em R$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Na Região Norte	2,70	20,50	13,4%
Na Região Nordeste	4,80	16,60	29,0%
Na Região Sudeste	18,80	20,20	92,9%
Na Região Sul	4,20	12,50	33,2%
Na Região Centro-Oeste	10,90	24,60	44,3%
Total	**41,40**	**94,40**	**43,8%**

Fundação SISTEL de Seguridade Social:

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – Telebras, Telebras-PREV, e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

Mercado

Ações TELEBRAS ON e PN



As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. No ano de 2017, para a subscrição das ações em razão do aumento de capital da Companhia, negociaram-se os símbolos TELB1 e TELB2.

Em 2017, no mercado à vista, foi registrado um total de 23.952 negócios, envolvendo uma quantidade de 12,4 milhões de ações e volume de recursos na ordem de R$ 136,6 milhões.

O aumento de capital incorporou o valor de R$1.333 milhões passando a Companhia a possuir no total um capital social de R$1.594 milhões representado por 49.605.490 ações sendo 39.272.779 ON e 10.332.711 PN.

O preço médio de fechamento durante 2017 foi de aproximadamente R$ 53,32 por ação ON, e de R$ 30,01 por ação PN. As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

Atividades Comerciais

As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários, de atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e a ampliação da oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas. Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes.

Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental para os programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa Gesac, que levará internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, localizados em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Atividades Comerciais (continuação)

Planejamento e Marketing

Em 2017, a Companhia deu ênfase às ações de Inteligência de Mercado e Planejamento Comercial, revisando e propondo um novo modelo de cálculo de custos, com o objetivo de aperfeiçoar a precificação de produtos e serviços, medida considerada de vital importância para a consecução dos objetivos estratégicos da Telebras. Outras iniciativas importantes foram: - Arquitetura e criação de serviços de valor adicionado, projetos de novos produtos de segurança, proposta de novo produto de transporte IP, reativação do produto de conexão direta aos PTTs (P2PTT), e a criação e revisão de modelo matemático para estimar a demanda IP de provedores com base nos dados da Anatel.

A participação em Projetos Especiais também foi relevante em 2017, o que demandou da área comercial análises técnicas sobre a operação do Cabo Submarino do Sistema EllaLink, e o suporte nas negociações com a EulaLink. Além disso, a Diretoria Comercial teve participação em todas as iniciativas relacionadas à viabilização da operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), inclusive no Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade, e nas negociações com partes interessadas em formar parceria com a Telebras no uso da capacidade em banda Ka do SGDC.

Em 2017 a Telebras comemorou 45 anos, e esse acontecimento motivou a realização de importantes campanhas. A Companhia participou durante o ano de diversos eventos diretamente ligados à sua atuação e mercado, como o Congresso Latino Americano de Satélites, a Futurecom e edições da Campus Party, em São Paulo, Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Promoveu também eventos internacionais, os "Roadshows", estratégia utilizada para a apresentação do SGDC ao público alvo, relativo ao Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade.

Vendas

No ano de 2017 a Telebras acumulou o valor de R$ 100 milhões em novos negócios, conforme refletido na tabela abaixo:

Vendas acumuladas no ano - Dezembro 2017

Área de Vendas				
Área de Vendas	QT pontos	Banda negociada (mbps)	Valor Mensal	Valor Anual
Brasília	2.692	29.549	7.422.454	89.069.450
Fortaleza	12	10.812	317.576	3.810.915
Belém	10	6.250	258.376	3.100.515
Porto Alegre	16	10.050	193.519	2.322.225
Rio de Janeiro	4	855	96.070	1.152.843
São Paulo	3	3.400	79.396	952.755
Parceria	1	4.000	62.007	744.083
Total	2.738	64.916	8.429.399	101.152.786

Atividades Comerciais

Vendas (continuação)

Contribuíram para a Venda de 2017 os contratos celebrados com órgãos do governo, de alta relevância para a Telebras. Dentre estes se incluem os contratos com a Dataprev, Ministério do Trabalho, ICMBIO, DNOCs ,e o do GESAC (MCTIC), este último constando de 15 mil circuitos de satélite contratados.
Além dos contratos efetivamente celebrados, várias outras oportunidades foram prospectadas, com potencial de elevar a receita bruta da Companhia em cerca de R$ 500 Milhões anuais. O fechamento destes negócios irão representar um acréscimo de 10.300 circuitos na planta da Telebras. Essas oportunidades estão sendo trabalhadas, com a expectativa de se concretizarem no primeiro semestre de 2018.

Operações Comerciais

Em busca de eficiência no relacionamento com os clientes, foi implementado em 2017 o CRM (Costumer Relationship Management), um módulo do sistema SAP que reestrutura a gestão dos clientes da empresa. Com este novo recurso, a Telebras avançou nos quesitos relativos à funcionalidade corporativa e no atendimento pós-venda, utilizando a tecnologia da informação para garantir qualidade na prestação dos serviços aos clientes.

Regionais

Com relação aos escritórios regionais, além de exercerem o papel de braço operacional da empresa nas regiões em que atuam, foram responsáveis por alavancar as vendas e pelo levantamento de dados mercadológicos que ajudaram a Companhia a se posicionar no mercado. Também exerceram papel relevante na decisão de relançamento do produto P2PTT (conexão aos PTTs), reativado em setembro passado.

Evolução da Rede de Telecomunicações

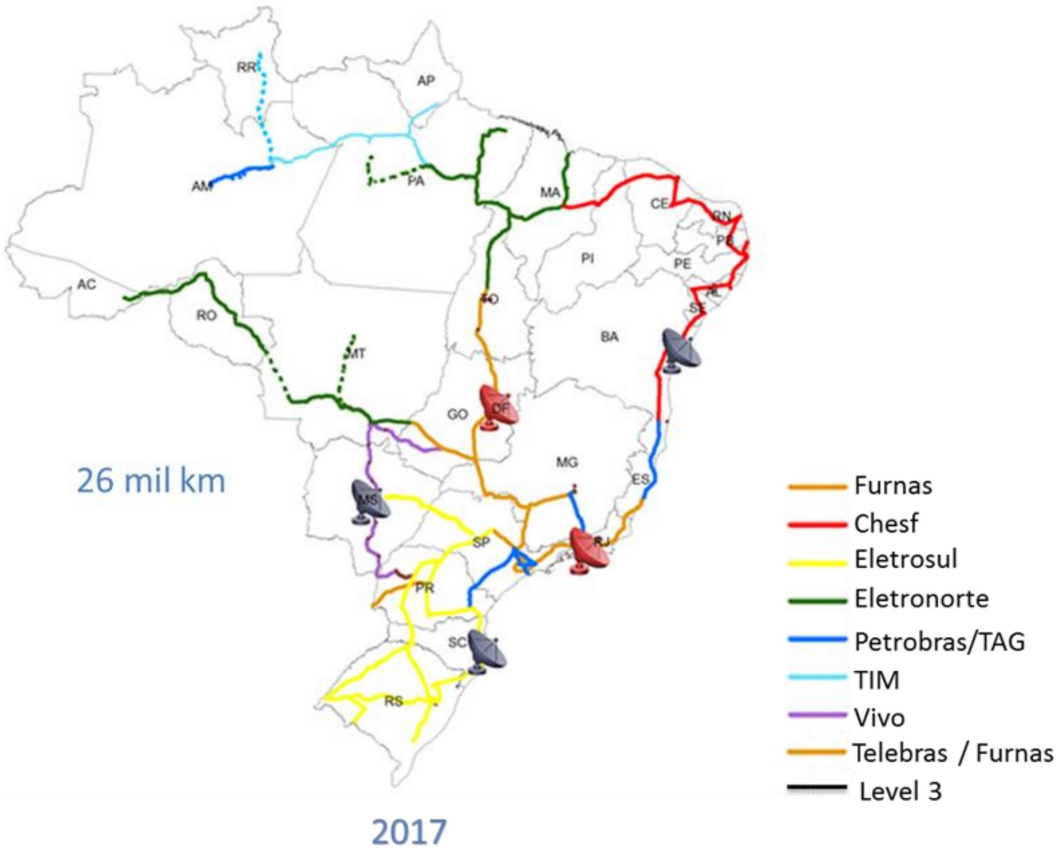
Rede Terrestre

A Telebras possui atualmente um *backbone* nacional de 26.000 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do país.

Estas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia.

Existem ainda fibras ópticas em gasodutos e rodovias.

O mapa a seguir ilustra esta rede nacional e a as empresas parceiras no backbone:



Evolução da Rede de Telecomunicações

Rede Terrestre (continuação)

No ano de 2017 a Telebras atuou na ampliação da capacidade de seu backbone, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias às estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram concluídas as ampliações de três (3) trechos do backbone DWDM, a instalação do Anel DWDM Metropolitano de Brasília, a adequação do Anel DWDM Metropolitano do Rio de Janeiro, e a troca de placas de 40Gbps por placas de 100Gbps em partes específicas da rede.

Também foram ampliados novos trechos do backbone IP, instalando 13 novas estações nos estados do Paraná, Pará, Amapá e Rondônia.

Ainda em 2017, a Telebras desenvolveu projetos de atualização e melhoria continuada da rede, entre eles o início do projeto Inner Core que prevê a ampliação do Core de rede IP/MPLS com capacidade de até 3,2Tbps, com conclusão prevista para maio de 2018.

Foram também concluídos projetos visando a melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim a aumento da disponibilidade da sua rede.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2017. Em 2016, atendia diretamente 462 municípios e 180 indiretamente. Em 2017 a empresa passou a atender 469 municípios diretamente, mais 1055 municípios atendidos indiretamente por provedores parceiros, com abrangência de aproximadamente 63% da população brasileira.

ATENDIMENTOS EM 2017:

ATENDIMENTO DIRETO PELA TELEBRAS:
Municípios: 469
População: 82.501.138 habitantes

ATENDIMENTO POR MEIO DE PARCEIROS:
Provedores: 195
Municípios: 1.055
População: 48.220.675 habitantes

ACRÉSCIMO DE 140 % NO NÚMERO DE ATENDIMENTOS (em relação a 2016)

Evolução da Rede de Telecomunicações

SGDC — Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas



A Telebras está presente em 27% dos municípios brasileiros com sua rede terrestre. Com a entrada em operação do SGDC, sua cobertura atingirá todo território nacional, incluindo Fernando de Noronha e as duzentas (200) milhas náuticas na região da Amazônia Azul.

Com o lançamento do satélite realizado em maio de 2017, o Brasil declara independência as comunicações militares e de governo, e ainda levará internet de banda larga para locais até hoje não atendidos por qualquer forma de comunicação, por falta de infraestrutura.

A Telebras iniciou a operação e o controle do SGDC em 1º de julho de 2017; desde então, o artefato passou por um período de maturação em órbita até novembro de 2017, culminando com o licenciamento da estação de controle espacial em Dezembro de 2017 desta feita se tornando apto à prestação de serviço.

Para exploração comercial, a Telebras firmou acordo de parceria com a empresa americana ViaSat. O acordo prevê o complemento da infraestrutura Telebras e uso do know-how da nova parceira para entrega de projetos governamentais, como o Banda Larga para Todos, GESAC e Banda Larga nas escolas bem como a comercialização ao público em geral. A prestação do serviço em banda larga para atendimento dos primeiros clientes ocorrerá em abril de 2018.

Evolução da Rede de Telecomunicações

(continuação)

Cabo Submarino Brasil– Europa



Além de outras questões, o principal motivo para a construção do cabo submarino que irá interligar a América do Sul à Europa é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos

O projeto é uma iniciativa da Telebras e da espanhola Ellalink e prevê o lançamento de 5.600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

A empresa que fará a construção do cabo submarino foi selecionada em 2017 e deverá iniciar sua implantação no segundo semestre de 2018, com previsão de 24 meses para sua conclusão

Operação da Rede e Tecnologia da Informação

Operação

A Operação e Manutenção da rede nacional de telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e o Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

O volume de equipamentos atualmente gerenciados na rede da Telebras é de 2.466 elementos (dados de dezembro de 2017), um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior (1.845 elementos em dez/16), o que demonstra a complexidade operacional da planta da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas, pela tecnologia.

Segurança da Informação e Comunicações

Neste ano focamos na conscientização interna, utilizando e-mail, intranet e treinamento, com apresentações sobre metodologia, regulamentações e obrigações da Administração Pública Federal, engenharia social e os principais ataques na internet.
A Equipe de Tratamento a Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

Tecnologia da Informação

No ano de 2017 deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), buscando a evolução dos processos de governança e gestão, visando às ações preditivas, não reativas, e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se:

- Sistema SAP CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente), sistema de gestão que envolve as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até à Central de Relacionamento, gerindo solicitações, reclamações e metas comerciais entre outros. Entrou em operação no primeiro trimestre de 2017, com previsão de aperfeiçoamentos previstos para 2018.

Operação da Rede e Tecnologia da Informação

Tecnologia da Informação

Ações Executadas (continuação):

- **Cofre de Senha, que consiste na realização de verificação dos acessos aos equipamentos de telecomunicações e de tecnologia da informação. Por meio desta ferramenta os acessos privilegiados ganharam um novo grau de segurança neste ano.**

- **Sistema OSS (Operations Support Systems ou Sistemas de Suporte à Operação), projeto que integra um conjunto de sistemas, que auxiliarão no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da TELEBRAS. Este projeto possuiu as seguintes disciplinas: Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes/Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. Vários módulos foram implantados e estão em amadurecimento.**

- **Configurações para o atendimento do e-Social, que foram implementadas para atender as legislações que entrarão em vigor em 2018, envolvendo a integração da comunicação dos dados de pessoal com vários órgãos da administração.**

- **Implantação de equipamentos de segurança da rede denominado Firewall, através de solução NGFW (Next-generation Firewall ou Firewall de próxima geração), que traz uma inspeção mais profunda, além da inspeção e do bloqueio de protocolos.**

Além disso, outros sistemas foram implantados ou sofreram aperfeiçoamentos. Dentre estes, destaca-se o trabalho desenvolvido na evolução contínua do Sistema de Gestão Integrado (SAP).

Outra ação importante foi a disponibilização de uma nova solução denominada Portal de Clientes. Através desta ferramenta os clientes podem acompanhar a disponibilidade dos seus circuitos, assim como os protocolos gerados no Call Center, dando mais transparência ao serviço. Esta solução agrega valor e qualidade aos serviços prestados pela Telebras aos seus clientes.

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise dos processos judiciais e administrativos da Companhia, na revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda, a readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, a redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos em que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Companhia deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela subárea constituída no exercício de 2014 – Gestão de Riscos Processuais –, que tem como objetivo: (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo; (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos

No fechamento do mês de dezembro de 2017, a Telebras atuava no polo passivo perante 1.527 ações judiciais de natureza, cível/societária, trabalhista e tributária, nos diversos tribunais do país, com redução em relação às 1.704 ações auferidas em 31 de dezembro de 2016.
O acompanhamento e gestão dos respectivos processos são realizados pelas áreas “Cível /Societário” (trabalhos consolidados pelos núcleos cível estratégicos, cível de massa e cível trabalhista), “Trabalhista” (trabalhos consolidados pelo núcleo trabalhista) e “Tributário” (trabalho consolidado pelo núcleo tributário), conforme destacado a seguir:

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos (continuação)

	posição em 31.12.2016	posição em 31.12.2017
EXPECTATIVA DE PERDA	QTDE PROC	QTDE PROC
PROVÁVEL	105	98
ATÉ UM ANO	62	53
DIREITO CÍVEL/SOCIET	53	44
DIREITO DO TRABALHO	7	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
MAIS DE UM ANO	43	45
DIREITO CÍVEL/SOCIET	26	25
DIREITO DO TRABALHO	15	18
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
POSSÍVEL	1.198	1.118
ATÉ UM ANO	357	320
DIREITO CÍVEL/SOCIET	351	313
DIREITO DO TRABALHO	3	4
DIREITO TRIB. FEDERAL	3	3
MAIS DE UM ANO	841	798
DIREITO CÍVEL/SOCIET	790	721
DIREITO DO TRABALHO	45	73
DIREITO TRIB. FEDERAL	6	4
REMOTO	401	311
ATÉ UM ANO	285	182
DIREITO CÍVEL/SOCIET	277	175
DIREITO DO TRABALHO	8	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0
MAIS DE UM ANO	116	129
DIREITO CÍVEL/SOCIET	99	109
DIREITO DO TRABALHO	17	19
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	1
TOTAL GERAL	1.704	1.527

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais

Atualmente, a Companhia possui provisão apenas para os valores relativos aos processos que estão classificados no critério de expectativa de perda "provável", conforme normativos contábeis.

Durante o ano de 2017, foram registradas movimentações nas contingências da Companhia, que estão demonstradas na tabela abaixo:

Em mil R$

	posição em 31.12.2016								posição em 31.12.2017
EXPECTATIVA DE PERDA	CONTING.	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	AJUSTE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	JUROS	CONTING.
PROVÁVEL	43.307	705	2	6.888	7.073	0	680	4.282	48.787
ATÉ UM ANO	17.763	75	2	0	34	0	316	1.617	19.735
DIR. CÍVEL/SOCIET	13.990	2	2	0	12	0	283	1.305	15.566
DIR. DO TRABALHO	2.884	73	0	0	22	0	19	297	3.252
DIR. TRIB. FEDERAL	889	0	0	0	0	0	13	15	918
MAIS DE UM ANO	25.544	630	0	6.888	7.039	0	364	2.664	29.052
DIR. CÍVEL/SOCIET	19.771	1	0	6.888	6.894	0	325	2.105	22.195
DIR. DO TRABALHO	5.683	629	0	0	145	0	38	559	6.764
DIR. TRIB. FEDERAL	91	0	0	0	0	0	1	1	92
POSSÍVEL	61.704	4.300	11	16	1.993	-1.091	1.317	6.556	70.797
ATÉ UM ANO	46.040	233	0	0	134	0	1.049	4.827	52.016
DIR. CÍVEL/SOCIET	24.866	232	0	0	134	0	264	2.467	27.696
DIR. DO TRABALHO	35	1	0	0	0	0	0	4	40
DIR. TRIB. FEDERAL	21.139	0	0	0	0	0	785	2.356	24.280
MAIS DE UM ANO	15.663	4.067	11	16	1.859	-1.091	268	1.729	18.782
DIR. CÍVEL/SOCIET	10.133	230	4	16	927	0	201	1.014	10.663
DIR. DO TRABALHO	3.118	3.836	7	0	677	0	39	674	6.984
DIR. TRIB. FEDERAL	2.412	0	0	0	255	-1.091	28	41	1.135
REMOTO	41.222	989	0	0	855	1.091	394	3.064	45.905
ATÉ UM ANO	2.303	50	0	0	231	0	35	201	2.358
DIR. CÍVEL/SOCIET	2.239	0	0	0	230	0	35	197	2.241
DIR. DO TRABALHO	63	50	0	0	1	0	0	4	117
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAIS DE UM ANO	38.919	939	0	0	624	1.091	358	2.862	43.547
DIR. CÍVEL/SOCIET	37.212	200	0	0	167	0	339	2.694	40.278
DIR. DO TRABALHO	1.707	739	0	0	457	0	11	160	2.161
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	1.091	8	8	1.108
TOTAL GERAL	146.233	5.994	13	6.904	9.920	0	2.390	13.901	165.489

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais (continuação)

As análises detalhadas anteriormente têm como objetivo demonstrar a evolução da provisão jurídica (expectativa de perda provável) referente aos processos judiciais e/ou administrativos da Companhia. Do acompanhamento total da provisão realizada pela Gerência Jurídica, observou-se uma evolução na expectativa de perda provável, entre os meses de dezembro/2016 e dezembro/2017 na importância líquida de R$ 5.480 mil. Tal valor se deve, em sua maior parte, aos juros e correções monetárias do período.

No que diz respeito aos depósitos, a companhia possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. As composições dos depósitos vinculados (expectativa de perda provável) e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2017, estão assim distribuídas:

EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	RESGATE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO	34.003	40	6	0	0	0	2.102	36.140
CIRCULANTE	7.690	21	6	0	0	-232	470	7.943
VINCULADO	3.547	16	2	28	0	0	71	3.659
NÃO VINCULADO	4.143	5	3	-28	0	-232	400	4.284
NÃO CIRCULANTE	26.313	19	0	0	0	232	1.632	28.196
VINCULADO	11	0	0	25	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	26.303	19	0	-25	0	232	1.630	28.158
DIREITO DO TRABALHO	2.460	243	113	0	13	0	288	2.864
CIRCULANTE	283	108	0	0	0	0	25	416
VINCULADO	271	90	0	0	0	0	22	383
NÃO VINCULADO	12	18	0	0	0	0	2	32
NÃO CIRCULANTE	2.176	135	113	0	13	0	263	2.448
VINCULADO	1.903	46	77	35	0	0	247	2.154
NÃO VINCULADO	273	89	36	-35	13	0	16	295
DIREITO TRIBUTÁRIO	1.323	0	0	0	0	0	88	1.411
CIRCULANTE	36	0	0	0	0	0	2	38
VINCULADO	36	0	0	0	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
TOTAL GERAL	37.785	283	119	0	13	0	2.478	40.415

Contencioso Jurídico e Gestão de Riscos Processuais

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais (continuação)

Os depósitos judiciais e/ou recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da Telebras.

Diante de todo o exposto, conclui-se que no fechamento do mês de dezembro/2017, a Companhia possuía registrado no seu passivo, provisão no montante de R$ 48.786,7 mil, sendo que 40,4% (R$ 19.735 mil) estavam classificados com expectativa de encerramento de curto prazo e 59,5% (R$ 29.051,7 mil) no longo prazo.

Por fim, ressalta-se, ainda, que no fechamento do mês em referência, a Companhia possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R$ 40.414,8 mil, dos quais, 15,5% (R$ 6.273 mil) referem-se aos depósitos vinculados à provisão, e 84,5% (R$ 34.142 mil) estão relacionados aos depósitos não vinculados à provisão, ou seja, depósitos judiciais e/ou recursais referentes aos processos classificados na expectativa de perda possível ou remota.

Gestão de Pessoas

Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou 2017 com um Quadro de Pessoal composto por 417 empregados, distribuídos conforme tabela abaixo:

Quantitativo de Pessoal - Situação em 31/12/2017			
Empregados (Sede + Escritórios Regionais)	Quadro Efetivo	283	359
	Livre Provimento	71	
	Requisitados	5	
Empregados Cedidos	ANATEL	44	58
	Demais Órgãos	14	
	Total	**417**	

A Tabela abaixo apresenta o comparativo entre a situação de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Quantitativo de Pessoal Por Situação	2016	2017
Quadro Efetivo	330	341
Livre Provimento	65	71
Cedidos de Outros Órgãos	5	5
Quantitativo Total	**400**	**417**

Observa-se que o Quadro de Pessoal referente ao ano de 2017 sofreu um acréscimo de 4,25% em relação ao exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2017, as admissões e desligamentos ocorreram da seguinte forma:

Admissões em 2017	Quantidade
Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior	33
Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT-nível médio)	0
Livre Provimento	15
Requisitados	2
TOTAL	**50**

Desligamentos em 2017		Quantidade	
Efetivo	Sede + ERs	19	21
	Cedidos	2	
Livre Provimento			9
Requisitados			2
TOTAL			**33**

Gestão de Pessoas

Quadro de Pessoal e Remuneração (continuação)

A remuneração paga a dirigentes observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, e a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao disposto no Art. 40, inciso VI, alínea 'i' e inciso XII, do Decreto nº 8.818/2016, bem como no Art. 27, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 8.945/2016.

Para os dirigentes, a maior remuneração, relativa ao mês de dezembro de 2017, foi de R$ 38.748,78.

No exercício de 2017, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da empresa, relativa ao mês de dezembro, foi de R$ 29.659,16 e R$ 2.391,46, e a remuneração média foi de R$ 11.045,14.

Acordo Coletivo de Trabalho

O Dissídio Coletivo, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 31/07/2017, apresentou cláusula de reajuste da tabela salarial na ordem de 8,10% e vigência a partir de 1 de novembro de 2016 (data-base da categoria).

O ACT relativo ao período de 1 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 encontra-se em fase de negociação entre a Telebras e o SINTTEL-DF.

Concursos Públicos

O 2º Concurso Público foi realizado em 2013 e venceu em 06/05/2017, para provimento de 75 vagas declaradas em Edital, sendo 27 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior), para Brasília e 44 para os Escritórios Regionais e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio) para Brasília.
No total, deste concurso, foram admitidos 189 (cento e oitenta e nove) concursados classificados, dos quais 62 (sessenta e dois) já se desligaram.
Em 2015, a Telebras realizou o 3º Concurso Público para provimento de 41 vagas declaradas em Edital, sendo 37 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior) e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio), todas em Brasília.
No período de 2015 até o final de 2017, foram admitidos 92 (noventa e dois) candidatos classificados, dos quais 15 (quinze) já se desligaram.
No ano de 2017 foram admitidos 32 candidatos classificados. O Concurso Público 2015 foi renovado por mais 02 (dois) anos, com novo vencimento em 16-02-2020.

Gestão de Pessoas (continuação)

Avaliação de Desempenho

O Programa de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados realizado em 2017 teve como objetivo o desenvolvimento dos colaboradores em sua carreira e esteve relacionado ao desempenho no período de junho a outubro de 2017.

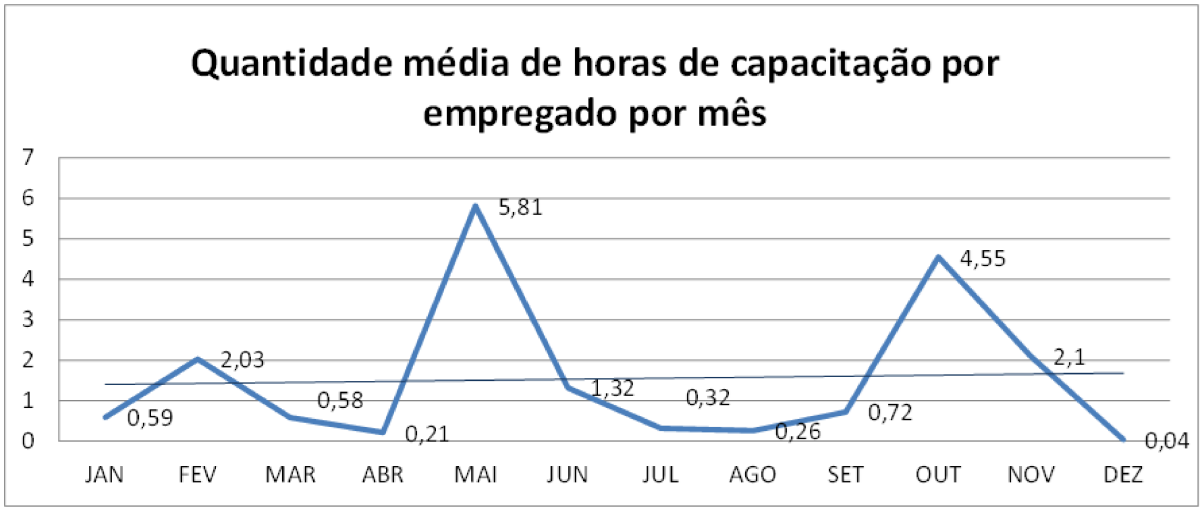
No ano de 2017 foram concedidas promoções horizontais por antiguidade e por mérito.

Participaram da Avaliação 353 empregados, sendo 296 elegíveis. Ao final, 58 empregados foram contemplados com progressão horizontal por antiguidade e 89 por mérito. Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 18 foram contemplados com 2 níveis salariais e os demais com 1 nível salarial.

Capacitação

O indicador de capacitação de 2017 resultou em uma média de 18,53 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de Janeiro a Dezembro em relação à média de empregados do ano.

Abaixo o gráfico 1 apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2017:



Licitações e Contratos

Em 2017, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R$ 692,2 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Contrato de Aquisições por Modalidades - 2017	R$ mil	%
Adesão Ata de Registro de Preço	849	0,12%
Concorrência	50.917	7,36%
Cotação Eletrônica	36	0,01%
Dispensa	19.158	2,77%
Inexigibilidade	30.606	4,42%
Regime Diferenciado de Contratações	199.646	28,84%
Pregão Eletrônico	364.075	52,59%
Sistema de Registro de Preços	26.965	3,90%
TOTAL	**692.255**	**100,00%**

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica; além de contratações referentes à atividade-fim da Companhia, quando a licitação for óbice intransponível à atividade empresarial.

Auditoria Externa — Instrução CVM Nº 381/03, de 14/01/2003

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2017, contratou a empresa Taticca Auditores Independentes S/S, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

Declaração dos Diretores Sobre o Relatório dos Auditores Independentes e Declaração dos Diretores Sobre as Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(I) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Taticca Auditores Independentes S/S, emitido em 28 de fevereiro de 2018, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Taticca Auditores Independentes S/S declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Conclusão

A partir da apresentação de um ano em que a Telebras fez história com o lançamento do primeiro Satélite Brasileiro, podemos concluir esta etapa já visualizando um 2018 com perspectivas de avanço e progresso no nosso propósito maior, que é conectar o Brasil.

A principal missão da Telebras é fazer com que haja desenvolvimento econômico e social, através de um sistema igualitário e uniforme de acesso à internet de qualidade. Foi neste sentido que a Telebras idealizou o SGDC-1, que vai alcançar todas as regiões do Brasil, inclusive as mais remotas.

A idealização e a concretização de todas as etapas do Projeto permitem um avanço no cumprimento das políticas públicas relacionadas com os programas PNBL e Internet para Todos.

Para 2018 já se anuncia uma nova incorporação dos aportes de capital já realizados, no montante de R$ 1,3 bilhão. Desta forma a empresa vem reescrevendo novos capítulos de sua história, e acompanhando a convergência tecnológica para dar sequência ao projeto de se tornar uma empresa de referência para o setor.

Esta é a Telebras, a Estatal brasileira que se reinventou com o passar do tempo e chega altiva aos seus 45 anos de história.

Temos a missão de ser uma empresa de ponta, de tecnologia e inovação, e o caminho vem sendo trilhado, com seriedade, maturidade, energia e segurança.

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações contábeis individuais

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - Telebras

Em 31 dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 2017	2
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13 - 81
Parecer do Conselho de Administração	82
Parecer do Conselho Fiscal	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	85

TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar Cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000 - www.taticca.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS ("Companhia") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras n° 5.2, em 31 de dezembro de 2017 o contas a receber inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada de acordo com a estimativa das perdas aplicado aos valores vencidos por faixa de vencimento e considerados como críticos. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação requerem julgamento da Companhia na análise da adequação deste critério frente ao cenário econômico atual com o aumento das taxas de inadimplência no mercado. Devido à relevância dos valores em atraso e às incertezas inerentes à estimativa da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa que podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras, consideramos esta estimativa como um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos. Com relação ao valor recuperável dos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2017, analisamos a adequação da determinação das perdas por redução ao valor recuperável, avaliando as premissas adotadas pela Companhia em comparação a dados históricos e a recebimentos após a data-base, assim como a razoabilidade da política contábil adotada, incluindo a avaliação do julgamento sobre a determinação dos montantes a serem registrados como provisão e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante o período apresentado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita não faturada (*unbilled*)

O reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (não faturado - *unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de não faturado (*unbilled*) é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita incorrida ainda não faturada no final do exercício (*unbilled*), bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada do mês subsequente após o fechamento (faturado - *billed*); e a adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Ativo Imobilizado e Intangível e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*)
A Companhia possui registrado o montante de R$ 2.683.307 mil de imobilizado e R$ 19.371 mil de intangível em 31 de dezembro de 2017, conforme notas explicativas 12 e 13, respectivamente, nas demonstrações contábeis. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto a recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados a prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação. Devido a relevância do ativo imobilizado e intangível e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis, e por isso consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade.

Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 o montante de R$296.689 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 01 de junho de 2017, Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%; Cabos Brasil Europa S/A, com 35%; e EllaLink Spain S/A,

com 35%. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2017 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 21 de fevereiro de 2018, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no passivo não circulante o valor de R$ 48.254 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis", saldo de R$ 1.329.601 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 24 de fevereiro de 2017, apresentado para fins de comparação, e não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar Cj. 21
01406-200 Jardim Paulista - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000 - www.taticca.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	198.922	282.735
Contas a Receber de Clientes	5	32.965	21.720
Tributos a Recuperar	6	97.013	75.074
Depósitos Judiciais	7	8.398	8.009
Dividendos a Receber	9	11.547	5.456
Aplicações Financeiras	10	2.015	1.631
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	5.607	11.634
Outros Ativos Realizáveis	8.2	9.459	7.096
Total do Circulante		**365.926**	**413.355**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	10	55.572	51.208
Tributos a Recuperar	6	199.676	177.061
Depósitos Judiciais	7	32.017	29.776
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	-	16.475
Outros Ativos Realizáveis	8.2	164	592
		287.429	**275.112**
Investimentos	11	69.193	77.145
Imobilizado	12	2.683.307	2.275.655
Intangível	13	19.371	18.661
Total do Não Circulante		**3.059.300**	**2.646.573**
Total do Ativo		**3.425.226**	**3.059.928**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	10.562	9.299
Fornecedores	17	122.641	40.119
Tributos Indiretos	18	14.008	7.032
Empréstimos e Financiamentos	22	39.003	3.563
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	19.735	17.763
Credores por Perdas Judiciais	20	14.851	12.205
Outras Obrigações	24	9.554	7.509
Total do Circulante		**230.354**	**97.490**
Não Circulante			
Tributos Indiretos	18	434	434
Empréstimos e Financiamentos	22	212.475	245.951
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	29.052	25.544
Credores por Perdas Judiciais	20	316.247	324.199
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	48.254	47.938
Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão		48.682	48.682
Grupamento de Ações	16	13.097	13.102
Receitas Recebidas Antecipadamente	23	607.209	508.446
Recursos Capitalizáveis	21	1.329.601	2.233.652
Outras Obrigações	24	-	14.593
Total do Não Circulante		**2.605.051**	**3.462.541**
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		1.594.667	263.145
Prejuízos Acumulados		(1.013.437)	(769.620)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.702	6.483
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Total do Patrimônio Líquido		**589.821**	**(500.103)**
Total do Passivo		**3.425.226**	**3.059.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	**73.293**	**56.054**
Custos dos Serviços Prestados	27	(193.246)	(159.676)
Lucro Bruto		**(119.953)**	**(103.622)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**(91.616)**	**(90.194)**
Comercialização dos Serviços	27	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(74.224)	(64.413)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	23.899	(3.964)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	2.987	(1.410)
Outras Receitas Operacionais		15.476	4.933
Outras Despesas Operacionais		(12.489)	(6.343)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(211.569)**	**(193.816)**
Resultado Financeiro	29	**(32.248)**	**(77.067)**
Receitas Financeiras		22.972	10.631
Despesas Financeiras		(55.220)	(87.698)
Prejuízo Líquido do Exercício		**(243.817)**	**(270.883)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	25.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Prejuízo do Exercício	**(243.817)**	**(270.883)**
Outros Resultados Abrangentes	**2.219**	**(10.460)**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**2.219**	**(10.460)**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	1.809	(10.639)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	384	179
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	26	-
Resultado Abrangente Total	**(241.598)**	**(281.343)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**263.145**	**(498.737)**	**16.943**	**(111)**	**(218.760)**
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	**-**	(270.883)	**-**	-	**(270.883)**
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	**-**	**-**	(10.639)	-	**(10.639)**
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**-**	**-**	179	-	**179**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**263.145**	**(769.620)**	**6.483**	**(111)**	**(500.103)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**263.145**	**(769.620)**	**6.483**	**(111)**	**(500.103)**
Transações de Capital com Acionistas:					
Aumento de Capital	1.331.522	-	-	-	**1.331.522**
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	**-**	(243.817)	**-**	-	**(243.817)**
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	**-**	**-**	1.809	-	**1.809**
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**-**	**-**	384	-	**384**
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	**-**	**-**	26	-	**26**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.594.667**	**(1.013.437)**	**8.702**	**(111)**	**589.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(243.817)	(270.883)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	60.795	49.311
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	601	(4.063)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.962	11.546
Equivalência Patrimonial	(23.899)	3.964
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	27.861	51.258
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	15.620	23.686
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.478)	(2.486)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	24.534	248
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(87)	(75)
	124.201	**139.145**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(13.342)	(6.283)
Tributos a Recuperar	(43.234)	(58.821)
Depósitos Judiciais	(152)	(83)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.263	1.051
Fornecedores	54.362	(51.239)
Receita Recebida Antecipadamente	98.763	117.846
Outras Contas Ativas e Passivas	5.070	2.480
	102.730	**4.951**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	87	75
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(7.511)	(7.413)
Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	(83)	(6.845)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(5.746)	(9.685)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(15.180)	(24.892)
	(28.433)	**(48.760)**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(45.319)**	**(175.547)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(256.131)	(476.955)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(164)	(2.366)
Integralização de Capital em Coligada	(1.174)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(257.469)**	**(479.321)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	218.980	685.698
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(5)	(5)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**218.975**	**685.693**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(83.813)**	**30.825**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	198.922	282.735
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	282.735	251.910
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(83.813)**	**30.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas	**110.657**	**93.671**
Prestação de Serviços	98.136	72.762
Outras Receitas	16.913	4.894
Construção de Ativo Próprio	20.142	16.263
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.534)	(248)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(75.892)**	**(67.492)**
Custos dos Serviços Vendidos	(46.970)	(49.670)
Materiais	(119)	(154)
Serviços de Terceiros	(6.932)	(7.683)
Serviços Técnicos Administrativos	(10.174)	(7.986)
Perdas	(10.130)	(4)
Outras Despesas	(1.567)	(1.995)
Valor Adicionado Bruto	**34.765**	**26.179**
Retenções	**(60.795)**	**(49.311)**
Depreciação	(58.403)	(46.777)
Amortização	(2.392)	(2.534)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**(26.030)**	**(23.132)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**41.790**	**15.090**
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.899	(3.964)
Receitas Financeiras	10.711	11.976
Aluguéis	7.093	7.003
Dividendos	87	75
Valor Adicionado Total a Distribuir	**15.760**	**(8.042)**
Distribuição do Valor Adicionado	**15.760**	**(8.042)**
Empregados	**92.247**	**77.187**
Remuneração Direta	46.791	43.762
FGTS	4.579	4.977
Benefícios Sociais	10.482	9.287
Outros Encargos Sociais	13.364	13.181
Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	739	224
Impostos, Taxas e Contribuições	**34.453**	**41.602**
Federais	6.076	16.468
Estaduais	28.128	24.859
Municipais	249	275
Remuneração de Capitais de Terceiros	**132.877**	**144.052**
Remuneração do Capital de Terceiros	55.131	86.432
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	50.954	48.455
Meios de Conexão e Transmissão	26.782	9.146
Seguros	10	19
Remuneração de Capitais Próprios	**(243.817)**	**(270.883)**
Prejuízos do Exercício	(243.817)	(270.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

1.2 Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.
Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A Incorporação ocorreu após a finalização dos eventos para os quais a Telebras Copa S.A foi criada, ou seja, prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações.

O acervo líquido incorporado ao patrimônio da Telebras conforme laudo de avaliação em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

Ativo	
Circulante	**29.361**
Contas a Receber de Clientes	22.437
Tributos a Recuperar	1.320
Outros Ativos Realizáveis	5.604
Total	**29.361**
Passivo	
Circulante	**19**
Tributos a Recolher	19
Não Circulante	**573**
Outras Obrigações	573
Total do Passivo Exigível	**592**
Acervo Líquido	**28.769**

O saldo do investimento na controlada Telebras Copa S.A foi eliminado no processo de incorporação.

1.3 Contratos assinados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC, DATAPREV e Ministério do Trabalho

1.3.1 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.

O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.

1.3.2 Contrato com a DATAPREV

Em 14 de março de 2017, a DATAPREV assinou contrato com a TELEBRAS para fornecimento de toda a rede de previdência, incluído agências, gerência e superintendências regionais e entidade parceiras. Ao todo a rede da DATAPREV é formada por mais de 1.700 circuitos ativos de comunicação de dados em todo o Brasil, conectados aos data centers da DATAPREV.

A TELEBRAS prestará serviços de comunicação para rede de dados, por um período de 60 (sessenta) meses, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV situados em todo território nacional, com fornecimento de equipamentos de roteamento, ao preço total estimado de R$ 292.815.

1.3.3 Contrato com Ministério do Trabalho

Em 23 de março de 2017, o Ministério do Trabalho contratou a TELEBRAS para prestação de serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. O contrato tem prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação e o preço total contratado foi de R$ 62.813.

1.4 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

As Forças Armadas iniciarão suas atividades operacionais em banda X a partir de fevereiro deste ano. Por outro lado, a Telebras já implantou as antenas das estações de acesso e está em fase de implantação do sistema de banda base na banda Ka para iniciar a operação comercial em todo o território brasileiro em março do corrente ano.

1.5 Aumento de Capital

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, passando o capital social de R$ 263.145 para R$ 1.594.667. O aumento de capital representou a emissão 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais.

Os recursos para o aumento de capital foram oriundos dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador “União”, e foram aprovados através do Decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016. A composição do aumento de capital no valor de R$ 1.331.522 é composta por recursos aportados entre os exercícios de 2011 e 2015, que corresponde ao valor de R$ 846.527; saldo residual de aportes anteriores, na ordem de R$ 7.757; e a atualização monetária destes montantes até o dia 31 de julho de 2017 no montante de R$ 477.038.

Esses recursos objeto da capitalização foram aplicados na implementação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, promovendo, cada vez mais, a inclusão social e econômica através do acesso à internet no país.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

Com a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras em 1 de junho de 2017 pela Assembleia Geral Extraordinária-AGE, a Companhia não está apresentando Demonstrações Contábeis Consolidadas, pois a Telebras Copa S.A era a única empresa controlada.

2.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 01 de março de 2018.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado**,** cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 5 e 10)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é elaborado de acordo com critérios que a Administração entende serem adequados para cobrir possíveis perdas. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Ativos financeiros

2.2.5.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.2.5.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e suas estratégias de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. (Nota Explicativa 4)

2.2.5.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Os ativos mantidos até o vencimento que a Companhia tem classificados nesta categoria até 31 de dezembro de 2017 são Aplicações financeiras que representam garantias vinculadas a acordo judicial coma PREVI e ao financiamento captado junto à FINEP (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.3 Empréstimos e recebíveis

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 4), Contas a receber (Nota Explicativa 5), e Dividendos a receber (Nota Explicativa 9).

2.2.5.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias

anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Nesta categoria estão classificadas as aplicações financeiras em Título Mobiliários (Ações) (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.5 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros

benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. (Nota Explicativa 12)

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

i. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

ii. A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

iii. Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;

iv. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

v. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária. (Nota Explicativa 13).

2.2.9 **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração** (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “The Capital Asset Pricing Model” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado,

líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

i. Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

ii. Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

iii. Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado; Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.10 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.11 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12 Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22); fornecedores (Nota Explicativa 17); e outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17)

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22)

2.2.16 Provisões

2.2.16.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 29)

2.2.16.2 Benefícios a empregados

2.2.16.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.16.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos

de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.16.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligassem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

i. indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;

ii. indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;

iii. indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e

iv. indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

2.2.17 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.18.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.18.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

2.2.18.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como “Dividendos adicionais propostos”, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.19 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.20 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.21 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 29)

2.2.22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

2.2.23 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações,

com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 25.5).

2.2.24 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.25 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment"*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 30)

2.4 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Telebras.

2.4.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em

resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

2.4.2 IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Essa nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

2.4.3 IFRS 16 – Arrendamentos

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1. Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que

porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentindo, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	121.974	121.974	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.478	39.003	60.708	91.062	60.705
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	3.582	10.254	12.305	34.931
Acordo Judicial PREVI	134.477	11.269	20.689	31.033	71.486
Total	**569.001**	**175.828**	**91.651**	**134.400**	**167.122**

3.1.4. Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhado para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebrás o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, o INPC será de 4,03% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 31/12/2018		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			4,03%	5,04%	6,05%
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	134.477	139.896	141.251	142.606
FUNCEF	INPC	61.072	63.533	64.149	64.764
Passivo Exposto		**195.549**	**203.429**	**205.400**	**207.370**
Efeito da Variação do INPC			**(7.881)**	**(9.851)**	**(11.821)**

3.3. Instrumento financeiros

3.3.1. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.2. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *("non-performance risk")*, incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2017		31/12/2016	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	198.113	198.113	281.909	281.909
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	809	809	826	826
Contas a Receber	Custo Amortizado		32.965	32.965	21.720	21.720
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		55.572	55.572	51.208	51.208
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	2.015	2.015	1.631	1.631
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		122.641	121.974	40.119	40.119
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.478	251.478	249.514	249.514
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		331.098	331.098	336.404	336.404

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Banco Conta Movimento	809	826
Aplicações Financeiras	198.113	281.909
Total	**198.922**	**282.735**

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramecado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 11.01%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	-
Serviço de Comunicação e Multimídia	36.053	22.711
Total a Receber Bruto	**58.490**	**22.711**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.525)	(991)
Total a Receber Líquido	**32.965**	**21.720**

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste contas a receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	**14.580**	**7.825**
Vencidos	**43.910**	**14.886**
Até 30 dias	9.877	7.128
31 a 60 dias	2.633	2.757
61 a 90 dias	696	1.353
91 a 120 dias	732	296
121 a 150 dias	311	402
151 a 180 dias	381	169
Acima de 180 dias (i)	29.280	2.781
Contas a Receber - Bruto	**58.490**	**22.711**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(25.525)**	**(991)**
Contas a Receber - Líquido	**32.965**	**21.720**

(i) O crescimento dos débitos vencidos a mais de 180 dias é explicado pelo valor de R$ 22.437, que foi incorporado aos ativos da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	**31/12/2017**
Faixa de 150 dias (i)	504
Faixa de 330 dias (ii)	25.021
Total	**25.525**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 25.525 (R$ 991 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa nos doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(743)**
Adições	(725)
Reversão de Provisão	477
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(991)**
Adições (i)	(24.690)
Reversão de Provisão	156
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(25.525)**

(i) O aumento nas adições é explicado pela constituição de perda sobre o contas a receber do contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2017	**31/12/2016**
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	158.611	146.115
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.849	6.776
PIS	5.003	9.129
COFINS	23.007	10.564
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
INSS	-	13
Tributos Federais:	**216.056**	**195.183**

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Recuperar	80.633	56.952
Tributos Estaduais:	**80.633**	**56.952**
Total	**296.689**	**252.135**
Circulante	**97.013**	**75.074**
Não Circulante	**199.676**	**177.061**

i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

6.1. Movimento do período

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 31 de dezembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
Pagamento a maior ou Indevido	101.224	-	-	1.929	-	-	(4.331)	-	9	98.831
Retenções de Órgãos Públicos	28.484	-	6.014	(28.484)	-	-	-	-	-	6.014
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.388	-	6.816	(15.553)	1.320	-	-	-	-	8.971
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.562	-	7	(19)	-	-	-	-	-	22.550
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	42.127	-	-	(6.592)	-	9.253	44.788
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.716	-	-	-	-	-	-	-	-	36.716
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	**168.658**	**-**	**12.837**	**-**	**1.320**	**-**	**(10.923)**	**-**	**9.262**	**181.154**
Pagamento a maior ou Indevido	1.107	-	-	(779)	-	-	-	-	-	328
Retenções de Órgãos Públicos	5.669	-	1.253	(5.669)	-	-	-	-	-	1.253
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	-	-	-	6.448	-	-	(1.736)	-	556	5.268
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**6.776**	**-**	**1.253**	**-**	**-**	**-**	**(1.736)**	**-**	**556**	**6.849**
Retenções de Órgãos Públicos	9.036	-	909	(5.637)	-	-	(114)	-	809	5.003
Outras - Operações	93	-	-	(93)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - PIS	**9.129**	**-**	**909**	**(5.730)**	**-**	**-**	**(114)**	**-**	**809**	**5.003**
Retenções de Órgãos Públicos	10.135	-	4.185	5.517	-	-	(544)	-	3.714	23.007
Outras - Operações	429	-	-	(429)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - COFINS	**10.564**	**-**	**4.185**	**5.088**	**-**	**-**	**(544)**	**-**	**3.714**	**23.007**
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Subtotal - FUST	**19**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**19**
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Subtotal - FUNTTEL	**24**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24**
Pagamento a maior ou Indevido	13	-	(13)	-	-	-	13	(13)	-	-
Subtotal - INSS	**13**	**-**	**(13)**	**-**	**-**	**-**	**13**	**(13)**	**-**	**-**
Pagamento a maior ou Indevido	208	-	-	-	-	-	-	46	-	254

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ocorrências no Período								Saldo em 31 de dezembro de 2017
		Adições	Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	
Pagamento Antecipado	2	-	-	-	-	144	(81)	-	-	65
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	-	1.743	-	-	-	-	(786)	-	-	957
Sobre Aquisições do Imobilizado	56.674	22.615	-	-	-	-	-	-	-	79.289
Outras - Operações	68	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Subtotal - ICMS	**56.952**	**24.358**	**-**	**-**	**-**	**144**	**(867)**	**46**	**-**	**80.633**
TOTAL	**252.135**	**24.358**	**19.171**	**(642)**	**1.320**	**144**	**(14.171)**	**33**	**14.341**	**296.689**

6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	**(243.817)**	**(243.817)**	**(270.883)**	**(270.883)**
Adições/(Exclusões) Permanentes:	**(12.945)**	**(12.945)**	**(71.771)**	**(71.771)**
Adições permanentes	**12.871**	**12.871**	**5.014**	**5.014**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.748	1.748	3.964	3.964
Outras Adições	11.123	11.123	1.050	1.050
Exclusões permanentes	**(25.816)**	**(25.816)**	**(76.785)**	**(76.785)**
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(25.647)	(25.647)	-	-
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(76.785)	(76.785)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(87)	(87)	-	-
Outras Exclusões	(83)	(83)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	**51.250**	**51.250**	**13.803**	**13.803**
Adições temporárias:	**51.510**	**51.510**	**19.047**	**19.047**
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.666	5.666	11.899	11.899
Provisão p/ Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	16.790	16.790	5.756	5.756
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	24.690	24.690	725	725
Provisões - Custos/Despesas	4.364	4.364	667	667
Exclusões temporárias:	**(260)**	**(260)**	**(5.244)**	**(5.244)**
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(104)	(104)	(4.767)	(4.767)
Outras Exclusões	(156)	(156)	(477)	(477)
Base de Cálculo Negativa	**(205.512)**	**(205.512)**	**(328.851)**	**(328.851)**

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	53.021	51.630	18.606	18.105
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	6.381	248	2.297	22
Prov. p/ Prog. De Indenização por Serviços Prestados	27.195	22.998	9.401	7.890
Prejuízo fiscal/base negativa	256.572	205.194	92.366	73.870
Total	**343.169**	**280.070**	**122.670**	**99.887**

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.698	32.443	36.141	3.553	30.450	34.003
Trabalhista	2.537	326	2.863	2.172	287	2.459
Tributária	38	1.373	1.411	35	1.288	1.323
Total	**6.273**	**34.142**	**40.415**	**5.760**	**32.025**	**37.785**
Circulante	**4.081**	**4.317**	**8.398**	**3.847**	**4.162**	**8.009**
Não Circulante	**2.192**	**29.825**	**32.017**	**1.913**	**27.863**	**29.776**

7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.760**
Adições	152
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	88
Baixas	(80)
Atualização Monetária	353
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.273**
Circulante	**4.081**
Não Circulante	**2.192**

7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**32.018**
Adições	132
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	(88)
Resgates	(13)
Baixas – Despesas com Perdas Judiciais	(39)
Atualização Monetária	2.132
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**34.142**
Circulante	**4.317**
Não Circulante	**29.825**

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (i)	2.337	24.807
Órgãos Governamentais	3.270	3.302
Total	**5.607**	**28.109**
Circulante	**5.607**	**11.634**
Não Circulante	**-**	**16.475**

(i) Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia realizou uma análise sobre os valores a receber dos Colaboradores cedidos à ANATEL e com base no resultado optou pela baixa dos valores provisionados. A opção pela baixa ocorreu por entender que tais ativos não apresentavam uma capacidade de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia, pois não há certeza quanto aos recebimentos de tais valores.

O total dos valores baixados totalizou R$ 24.625, sendo que R$ 16.475 se refere a provisões do Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e R$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que foram cedidos à Anatel

A baixa destes valores foi reconhecida no resultado da Companhia.

8.2. Outros valores realizáveis

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções e Retenções (i)	6.649	653
Créditos com Fornecedores	2.107	3.057
Adiantamento a Empregados	703	511
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	164	3.467
Total	**9.623**	**7.688**
Circulante	**9.459**	**7.096**
Não Circulante	**164**	**592**

(i) inclui parcela incorporada da Telebras Copa S.A no valor de R$ 5.604 referente aos serviços prestados conforme contrato nº 10/2013-MC. (Nota Explicativa 5)

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R$ 11.547 (R$ 5.456 em de dezembro de 2016).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	29.327	27.092
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	26.245	24.116
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.015	1.631
Total	**57.587**	**52.839**
Circulante	**2.015**	**1.631**
Não Circulante	**55.572**	**51.208**

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R$ 3.430 (R$ 1.470 em 2012), totalizando R$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R$ 65.000 (R$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. ("CABOS BRASIL" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

No ano de 2017, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R$ 1.280, com a emissão de 1.280.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R$ 10.260 para R$ 11.540. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R$ 448 (448.000 ações), cujo valor foi repassado à coligada no primeiro semestre de 2017 e corresponde ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

Após o aumento de capital a coligada passou a ter a seguinte composição acionária:

	Quantidade de ações		R$ mil	
	Eulalink S.L.U	**Telebras**	**Eulalink S.L.U**	**Telebras**
Ações Ordinárias	7.501.000	4.039.000	7.501	4.039

ELLALINK SPAIN S.A. ("ELLALINK SPAIN" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Bilbao, Espanha , constituída em 10 de maio de 2017, por prazo indeterminado, sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com Capital Social Subscrito de R$ 198 (€ 60), dividido em 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de € 1 (um euro) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

11.2. Incorporação da Telebras Copa S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769; acrescentando-se as

variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. (Nota Explicativa 1.2)

11.3. Composição dos investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	69.193	77.145

11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2017	31/12/2016
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	140.235	49,00	49,00	31.850.000	68.715	47.623
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	-	28.769
Cabos Brasil Europa S.A	11.540	540	35,00	35,00	1.225.000	189	753
EllaLink Spain S.A	125	827	35,00	35,00	77.000	289	-
Total						**69.193**	**77.145**

11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	176.261	36.026	25.213	127.998	30.808	73.084
Telebras Copa S.A	-	-	-	29.361	592	-
Cabos Brasil Europa S.A	688	148	-	2.355	204	-
EllaLink Spain S.A	1.650	823	-	-	-	-

11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/207		31/12/2016	
	Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	52.341	25.647	(2.160)	(1.059)
Telebras Copa S.A	-	-	(475)	(475)
Cabos Brasil Europa S.A	(4.907)	(1.733)	(6.694)	(2.430)
EllaLink Spain S.A	(44)	(15)	-	-
Total		**23.899**		**(3.964)**

11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**47.623**	**28.769**	**753**	**-**	**77.145**
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	25.647	-	(1.733)	(15)	23.899

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	-	26	26
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	1.536	-	273	-	1.809
Dividendos Declarados	(6.091)	-	-	-	(6.091)
Integralização de Capital Social		-	-	278	278
Aumento de Capital Social	-	-	896	-	896
Incorporação Telebras Copa S.A	-	(28.769)	-	-	(28.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**68.715**	**-**	**189**	**289**	**69.193**

11.8. Informações contábeis das controladas e coligadas

11.8.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	**24.633**	**36.831**
Não Circulante	**151.628**	**91.167**
Realizável a Longo Prazo	16.203	28.076
Investimento	131.619	58.781
Imobilizado	3.410	3.916
Intangível	396	394
Total	**176.261**	**127.998**
Passivo		
Circulante	35.910	30.808
Não Circulante	116	
Patrimônio Líquido	140.235	97.190
Total	**176.261**	**127.998**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida	**25.213**	**73.084**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(19.118)	(72.013)
Lucro Bruto	**6.095**	**1.071**
Receitas/(Despesas) Operacionais	(19.953)	(21.903)
Equivalência Patrimonial	69.703	17.032
Resultado antes do Resultado Financeiro	**55.845**	**(3.800)**
Resultado Financeiro	1.424	(4.853)
Resultado antes dos Tributos	**57.269**	**(8.653)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.928)	6.493
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	**52.341**	**(2.160)**

11.8.2. Telebras Copa S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2016
Ativo	
Circulante	29.361
Total	**29.361**
Passivo	
Não Circulante	592
Patrimônio Líquido	28.769
Total	**29.361**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(593)**
Resultado Financeiro	168
Resultado antes dos Tributos	**(425)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	**(475)**

11.8.3. Cabos Brasil Europa S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	**635**	**1.595**
Não Circulante	**53**	**760**
Investimento	-	691
Imobilizado	53	69
Total	**688**	**2.355**
Passivo		
Circulante	148	204
Patrimônio Líquido	540	2.151
Total	**688**	**2.355**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	30/09/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.499)	(2.176)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.428)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(4.927)**	**(2.176)**
Resultado Financeiro	20	73
Resultado antes dos Tributos	**(4.907)**	**(2.103)**
Prejuízo do Exercício	**(4.907)**	**(2.103)**

11.8.4. EllaLink Spain S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017
Ativo	
Circulante	**1.634**
Não Circulante	**16**
Realizável a Longo Prazo	16
Total	**1.650**
Passivo	
Circulante	823
Patrimônio Líquido	827
Total	**1.650**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017
Receitas/(Despesas) Operacionais	(64)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(64)**
Resultado Financeiro	5
Resultado antes dos Tributos	**(59)**
Tributos Diferidos	**15**
Prejuízo do Exercício	**(44)**

12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 2.683.307 (R$ 2.275.655 em 31 de dezembro de 2016).

No decorrer do ano 2017, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R$ 157.054 (R$ 167.161 em 2016), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R$ 26.363 (R$ 21.496 em 2016).

12.1. Revisão da vida útil econômica e conciliação dos ativos

Em dezembro de 2016, a Companhia realizou a revisão de vida útil econômica e a conciliação dos ativos. O trabalho de revisão da vida útil econômica visou a adequação das taxas de depreciação e amortização a uma estimativa mais apropriada da expectativa de vida útil dos bens da Telebras. A revisão foi realizada pelos engenheiros da Companhia e foi suportada pelos conhecimentos e experiências dos profissionais, consultas junto aos fornecedores dos equipamentos e pesquisa em empresas do mesmo segmento. Ao final dos trabalhos, foi emitida nota técnica de nº 001.3000-2016.

Como resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, a depreciação e amortização foi reduzida em R$ 15.245 no exercício de 2016.

A conciliação das classes de ativos foi realizada para regularizar inconsistências encontradas na alocação dos ativos nas respectivas classes de ativos. O trabalho de conciliação foi realizado pelos engenheiros da Companhia.

Os ativos que sofreram alteração de vida útil econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição da planta	Vida útil anterior	Vida útil revisada	Técnica
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento Comum Dados Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Terminal Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento e Meios de Transporte Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento de Meios de Transporte Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Bastidor	5	10	Infraestrutura
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Container	5	10	Infraestrutura

12.2. Movimentação do imobilizado no exercício

	Imobilizado								
	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**64.949**	**3.589**	**77.238**		**7.342**	**303.745**	**1.850**	**1.990.765**	**2.449.478**
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	311.142	**311.142**
Transferências Internas no Imobilizado	1.416	755	11.285	3.118	4.640	20.184	-	(41.398)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(1.884)	**(1.884)**
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	157.054	**157.054**
Baixas	-	-	-	-	-	(256)	-	-	**(256)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**66.365**	**4.344**	**88.523**	**3.118**	**11.982**	**323.673**	**1.850**	**2.415.679**	**2.915.534**
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(30.878)**	**(2.043)**	**(20.616)**	**-**	**(5.509)**	**(113.401)**	**(1.376)**	**-**	**(173.823)**
Depreciação e Amortização	(10.926)	(415)	(6.780)	(520)	(1.752)	(37.773)	(370)	-	**(58.536)**
Baixas	-	-	-	-	-	132	-	-	**132**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(41.804)**	**(2.458)**	**(27.396)**	**(520)**	**(7.261)**	**(151.042)**	**(1.746)**	**-**	**(232.227)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	**24.561**	**1.886**	**61.127**	**2.598**	**4.721**	**172.631**	**104**	**2.415.679**	**2.683.307**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	**34.071**	**1.546**	**56.622**	**-**	**1.833**	**190.344**	**474**	**1.990.765**	**2.275.655**
Taxa Anual de Depreciação	**16,6%**	**10,0%**	**De 5,0% a 20,0%**	**20,0%**	**20,0%**	**De 10,0% a 20,0%**	**20,0%**		

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 19.371 (R$ 18.661 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro abaixo.

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	**Direitos sobre Autorizações**	**Sistemas em Andamento**	**Total**
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**18.012**	**3.946**	**6.878**	**28.836**
Aquisições	1.452	-	-	1.452
Transferências	1.884	-	-	1.884
Baixa	(234)	-	-	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**21.114**	**3.946**	**6.878**	**31.938**
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(10.175)**	**-**	**-**	**(10.175)**
Amortização	(2.392)	-	-	(2.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(12.567)**	**-**	**-**	**(12.567)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	**8.547**	**3.946**	**6.878**	**19.371**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	**7.837**	**3.946**	**6.878**	**18.661**
Taxa de Amortização	**20,0%**			

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Honorários a Pagar	-	1
Encargos Sociais a Pagar	10.551	9.155
Benefícios Sociais a Pagar	10	59
Mão-de-Obra Temporária	1	84
Total	**10.562**	**9.299**
Circulante	**10.562**	**9.299**

15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 47.938 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do PISP no exercício de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**47.786**
Atualização da Provisão	4.893
Baixas por Pagamento no Período	(4.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**47.938**
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.254**

16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O valor de R$ 13.097 refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010).

17. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Operação	69.285	12.319
Fornecedores de Expansão	53.356	27.800
Total	**122.641**	**40.119**
Circulante	**122.641**	**40.119**

O aumento das obrigações com fornecedores é explicado pelo aumento das contratações de serviços, meios de conexão e compartilhamentos de infraestrutura para atender a novas demandas de serviços, bem como pelos investimentos em andamento, principalmente, para construção dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário.

18. TRIBUTOS INDIRETOS

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	343	322
PIS	72	63
FUST	58	49
FUNTTEL	29	25
Taxas Federais	1.903	1.903
Outros Tributos Federais	434	434
Tributos Federais	**2.839**	**2.796**
ICMS	11.571	4.648
Tributos Estaduais	**11.571**	**4.648**
ISS	32	22
Tributos Municipais	**32**	**22**
Total	**14.442**	**7.466**
Circulante	**14.008**	**7.032**
Não Circulante	**434**	**434**

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1. Provisão para riscos prováveis

19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	37.762	3.698	34.064	33.760	3.553	30.207
Trabalhista	10.015	2.537	7.478	8.567	2.172	6.395
Tributária	1.010	38	972	980	35	945
Total	**48.787**	**6.273**	**42.514**	**43.307**	**5.760**	**37.547**
Circulante	**19.735**	**4.081**	**15.654**	**17.763**	**3.848**	**13.915**

Natureza	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Não Circulante	**29.052**	**2.192**	**26.860**	**25.544**	**1.912**	**23.632**

19.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.822	2.627	1.195	764
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	16.623	-	16.623	21.528
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	316	156	160	1.779
Outros Processos	17.001	915	16.086	6.136
Total	**37.762**	**3.698**	**34.064**	**30.207**
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.550	28	2.522	2.229
Readmissão de Pessoal	2.169	1.831	338	252
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	194	-	194	42
Responsabilidade Subsidiária	1.435	324	1.111	1.256
Outros Processos	3.667	354	3.313	2.616
Total	**10.015**	**2.537**	**7.478**	**6.395**
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.010	38	972	945
Total	**1.010**	**38**	**972**	**945**
TOTAL GERAL	**48.787**	**6.273**	**42.514**	**37.547**
Circulante	**19.735**	**4.081**	**15.654**	**13.915**
Não Circulante	**29.052**	**2.192**	**26.860**	**23.632**

19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**43.307**
Adições Líquidas	705
Baixas	(185)
Atualizações – Encargos Financeiros	4.960
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.787**
Circulante	**19.735**
Não Circulante	**29.052**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Cível	38.359	34.999
Trabalhista	7.023	3.153
Tributária	25.415	23.552
Total	**70.797**	**61.704**

19.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis		
VPA´S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.570	8.990
Ilegalidade na Venda de Ações	3.682	3.946
Execução Fiscal	20.890	19.839
Outros Processos	5.217	2.224
Total	**38.359**	**34.999**
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	560	663
Progressão Salarial	746	298
Outros Processos	5.717	2.192
Total	**7.023**	**3.153**
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.279	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	28	1.306
Diversas Origens	1.108	52
Total	**25.415**	**23.552**
Total Geral	**70.797**	**61.704**

20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	134.477	139.983
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	60.872
Total	**331.098**	**336.404**
Circulante	**14.851**	**12.205**
Não Circulante	**316.247**	**324.199**

20.1. Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**281.215**
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	23.688
Amortização do Principal	(9.685)
Pagamento de Juros	(24.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.404**
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**331.098**

20.2. Cronograma de pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2018	11.269	3.582	14.851
2019	10.344	6.152	16.496
2020	10.344	4.102	14.446
2021	10.344	4.102	14.446
2022	10.344	4.102	14.446
2023 em diante	81.832	39.032	120.864
Total	**134.477**	**61.072**	**195.549**

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3. Descrição resumida dos termos acordados

20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado

de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R$ 107.900.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3. Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R$ 66.080 de principal e R$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS - AFAC

O saldo de R$ 1.329.601 em 30 de dezembro de 2017 (R$ 2.233.652 em 31 de dezembro de 2016), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e está atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 e setembro de 2017 este valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 31 de dezembro de 2017 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebrás S.A	Total
AFACs Recebidos	1.527.240	416.420	101.962	5.000	7.757	2.058.379
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Atualização Monetária	290.637	122.243	53.624	623	8.146	475.273
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.817.877**	**238.663**	**155.586**	**5.623**	**15.903**	**2.233.652**
AFACs Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Atualização Monetária	174.246	20.057	12.400	558	1.230	208.491
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.256.155**	**65.037**	**2.228**	**6.181**	**-**	**1.329.601**

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.459	8.499
Juros	639	635
Total	**251.478**	**249.514**
Circulante	**39.003**	**3.563**
Não Circulante	**212.475**	**245.951**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**244.498**
Atualização Monetária	5.004
Juros Incorridos no Período	7.425
Juros Pagos	(7.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**249.514**
Atualização Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**251.478**

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 é apresentado a seguir:

2018	39.003
2019	30.354
2020	30.354
2021	30.354
2022	30.354
2023 em diante	91.059
Total	**251.478**

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R$ 607.209 (R$ 508.446 em 31 de dezembro de 2016), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC para prestação de serviço no âmbito do Programa GESAC (Nota Explicativa 1.3). A composição das antecipações por cliente é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ministério de Defesa	547.209	508.446
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	60.000	-
Total	**607.209**	**508.446**

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções a Devolver	-	1
Retenções Passivas não Tributárias	14	164
Retenções Passivas Tributárias	9.311	6.132
Outras Obrigações (i)	229	15.805
Total	**9.554**	**22.102**
Circulante	**9.554**	**7.509**
Não Circulante	**-**	**14.593**

(I) A Companhia realizou baixa de passivos reconhecidos em “Outras Obrigações” no montante de R$ 15.967. Estas obrigações foram baixadas após análise dos valores que se encontravam reconhecidos nesta rubrica e que a Administração entendeu que não atendiam aos critérios de reconhecimento, por não haver expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais obrigações. Deste modo, a Administração efetuou a baixa com base no item 4.46 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece os critérios de reconhecimentos de ativos, passivos, receitas e despesas e que diz: “*Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade*.”

Outro suporte para a baixa está no item 4.38 do mesmo normativo, que preconiza que um elemento (ativo/passivo) só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

A contrapartida desta baixa foi o reconhecimento de uma receita (“Outras Receitas Operacionais” – Nota Explicativa 28) conforme estabelece o mesmo normativo no seu item 4.47 –“*A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.”*

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

Em 26 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Telebras, no montante de R$ 1.331.522. Este valor foi transferido do passivo não circulante para o patrimônio líquido, devido ao fato de ter alcançado os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial dentro do grupo patrimônio líquido.

Com o aumento de capital, foram emitidas 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.5).

Com a homologação do aumento de capital em 11 de janeiro de 2018, o valor que se encontrava registrado no patrimônio líquido, na rubrica de recursos capitalizáveis, foi transferido para a conta de capital social. Esta transferência foi realizada em dezembro de 2017, face a condição preexistente no balanço patrimonial que já atendiam ao critério para reconhecimento do aumento de capital na rubrica de capital social, de acordo com o CPC 24 – Evento Subsequente.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, no valor R$ 1.594.667 (R$ 263.145 em 31 de dezembro de 2016), composto de 49.605.490 (11.844.270 em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

25.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	**Qtde de Ações**	**%**	**Acionista**	**Qtde de Ações**	**%**	**Acionista**	**Qtde de Ações**	**%**
União Federal (i)	35.130.466	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.639	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
Total	**39.272.779**	**100,00%**	Total	**10.332.711**	**100,00%**	Total	**49.605.490**	**100,00%**

(i) inclui 193 ações em tesouraria.

25.1.2. Valor Patrimonial da ação

A Companhia está reapresentando o valor patrimonial da ação referente ao exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	**Reapresentado**
Capital total em ações			
Ordinárias	39.272.779	9.743.971	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A)	**49.605.490**	**11.844.270**	**49.605.490**
Ações em tesouraria			
Ordinárias	193	193	193
Total (B)	**193**	**193**	**193**

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Ações em circulação			
Ordinárias	39.272.586	9.743.777	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A-B)	**49.605.297**	**11.844.076**	**49.605.297**
Patrimônio Líquido (R$ mil)	**589.821**	**(500.103)**	**(500.103)**
Valor Patrimonial por ação em circulação (R$ 1,00)	**11,8903**	**(42,2239)**	**(10,0816)**

25.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

25.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e variação cambial sobre o investimento no exterior na empresa EllaLink Spain S.A em que a Telebras tem uma participação societária de 35%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(523)**	**7.109**	**(103)**		**6.483**
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	384				384
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		1.536	273		1.809
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior				26	26
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(139)**	**8.645**	**170**	**26**	**8.702**

25.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

25.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	**(243.817)**	**(270.883)**	**(270.883)**
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação			
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(198.501)	(222.850)	(220.537)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(45.316)	(48.033)	(50.346)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)			
Ações ordinárias – básicas e diluídas (i)	12.204	9.744	12.204
Ações preferenciais – básicas e diluídas (i)	2.786	2.100	2.786

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)

(i) Em 2017 para o cálculo média ponderada de ações em circulação foi considerado a proporção de 1/12 das novas ações emitidas.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Serviço de Comunicação e Multimídia	98.758	74.486
Alugueis e Locações (i)	7.093	7.003
Receita Operacional Bruta	**105.851**	**81.489**
Tributos sobre Receita	(31.937)	(23.712)
Descontos Concedidos	(621)	(1.723)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(32.558)**	**(25.435)**
Receita Operacional Líquida	**73.293**	**56.054**

i) A receita de alugueis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

27. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel/Arrendamento/Seguros (i)	(77.728)	(58.695)
Serviços de Terceiros	(62.884)	(63.694)
Pessoal	(66.535)	(65.051)
Depreciação e Amortização (ii)	(60.795)	(49.311)
Perdas Estimadas com Contas a Receber (iii)	(24.534)	(248)
Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (iv)	(16.922)	(5.756)
Tributos	(1.597)	(1.606)
Material	(753)	(135)
Total	**(311.748)**	**(244.496)**
Classificado como:		
Custo dos Serviços Prestados	(193.246)	(159.676)
Comercialização dos Serviços	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.224)	(64.413)

(i) Alugueis/Arrendamento/Seguros: O acréscimo é justificado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados. Também contribuiu para o aumento, o avanço dos custos com aquisição de meios de conexão (EILD), virtude de novas demandas de serviços.

(ii) Depreciação e amortização: O aumento é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica de bens e instalações em andamento para a rubrica de bens e instalações em serviço, pois com a transferência, estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R$ 43.282. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levado em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

(iii) **Perda estimadas com contas a receber:** O acréscimo é justicado pela constituição de provisão de perda estimada com contas a receber no valor de R$ 22.437, referente ao Contrato nº 10/2013-MC, firmado com o Ministério das Comunicações, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a Copa do Mundo de 2014. (Nota Explicativa 5)

(iii) **Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP:** O aumento da despesa é explicado pela baixa do valor que estava registrado no ativo, como valores a receber de Colaboradores cedidos a ANATEL, e que a Administração optou por efetuar a baixa em função do valor registrado não atender a uma das características de reconhecimento de um ativo, que é a geração de benefícios econômico futuros, pois não há certeza quanto ao recebimento de tais valores. O valor da baixa do ativo foi de R$ 16.475

28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas Operacionais		
Ganho sobre Passivo (i)	16.112	-
Recuperação de Depósitos Judiciais	620	-
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	104	4.809
Multas sobre Contas a Receber	77	70
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	-	15
Dividendos Recebidos	40	39
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.477)	-
Total	**15.476**	**4.933**
Outras Despesas Operacionais		
Baixa de Ativos por Perdas (i)	(10.105)	(268)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(705)	(353)
Patrocínios	(648)	(1.046)
Multas sobre Tributos	(479)	(3.497)
Pessoal	(300)	(811)
Multas sobre Passivos	(200)	(329)
Outras Despesas Operacionais	(52)	(39)
Total	**(12.489)**	**(6.343)**
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	**2.987**	**(1.410)**

(i) No primeiro semestre de 2017, a Companhia realizou baixa de ativos e passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento dos ativos, bem como do desembolso de recursos para liquidar tais obrigações conforme Nota Técnica 013/2017. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo

ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. O valor dos passivos baixado nestas condições foi de R$ 15.967 (Nota Explicativa 24), já o valor do ativo foi de R$ 1.881.

Em dezembro de 2017, a Administração efetuou a baixa no montante de R$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive do Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a Colaboradores que foram cedidos à Anatel, sendo a justificativa para a baixa foi a não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros conforme acima citado. (Nota Explicativa 8.1),

29. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos (ii)	14.342	-
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	4.710	5.534
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Garantias	2.630	3.293
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.478	2.486
Juros sobre Contas a Receber	617	605
Descontos Financeiros sobre Passivo	276	-
Juros sobre Capital Próprio	46	36
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	-	53
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.127)	(1.376)
Subtotal	**22.972**	**10.631**
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (i)	(34.548)	(51.194)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(15.620)	(23.686)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.186)	(6.419)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(776)	(5.127)
Juros sobre Tributos	(76)	(960)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(12)	(311)
Outras Despesas Financeiras	(2)	-
Subtotal	**(55.220)**	**(87.697)**
Variação Cambial, Líquida	-	(1)
Resultado Financeiro	**(32.248)**	**(77.067)**

(i) A redução é explicada pela diminuição dos indexadores das obrigações, INPC para os acordos judiciais; e SELIC para os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados pela União.

(ii) O valor de R$ 14.342, representa o valor da atualização monetária dos tributos federais a compensar/recuperar.

(iii) Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizou R$ 33.703 (R$ 30.323 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R$ 26.363 (R$ 21.496 em 31 de dezembro de 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC. Atualmente encontram-se em construção a parte terrestre do projeto.

30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

30.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em **"Plano PBS-A"** e **"Planos de Patrocinadoras"**. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

30.2. Planos patrocinados pela Telebras

30.2.1 Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o plano contava com 440 assistidos, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade	440	461

Idade média (anos)	73,06	72,39
Benefício médio (R$)	8.321,64	7.467,70

30.2.1.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,04%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2026, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.1.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado (i)	11.599.815	11.134.805
Exigível Operacional(ii)	(23.442)	(22.870)
Exigível Contingencial (ii)	(659.083)	(645.658)
Fundos (ii)	(2.215.840)	(1.730.987)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**8.701.450**	**8.735.290**

(i) Valor informado pela Telebrás, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.
(ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	1,44%	14,07%
Renda Fixa	92,83%	79,82%
Investimentos Estruturados	0,19%	0,13%
Investimentos em Imóveis	4,66%	4,98%
Empréstimos a Participantes	0,88%	1,01%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**752.359**	**631.469**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	93.187
Benefícios Pagos pelo Fundo	(50.957)	(50.617)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	(34.829)	78.320
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**749.444**	**752.359**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**578.207**	**555.899**
Custo dos Juros	63.689	82.035
Custo do Serviço Passado	(50.957)	(50.617)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	11.834	(9.110)
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**602.773**	**578.207**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação	11.834	9.110
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos dos Plano	34.829	78.320
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**46.663**	**87.430**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Juros	(63.689)	(71.210)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	91.185
Resultado	**19.182**	**19.975**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano	749.444	752.358
Valor Presente da Obrigação	(602.773)	(578.206)
Superávit	**146.671**	**174.152**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**174.152**	**75.570**
Despesas do ano	19.182	11.152
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	-46.663	87.430
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**146.671**	**174.152**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(56.593)
Rendimento esperado dos Ativos	70.363
Resultado	**13.770**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 602.773 e ativo líquido de R$ 749.444, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 146.671, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de um plano patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

30.2.2 Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;

ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;

iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;

iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;

v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;

vi. Dotação da patrocinadora; e

vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2017 com 18 participantes ativos e 98 assistidos, conforme apresentado abaixo.

	Participantes			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	18	98	19	99
Idade média (anos)	61,37	66,71	59,63	66,72
Tempo de serviço médio (anos)	38,35	-	36,79	-
Salário médio (R$)	11.250,24	-	11.402,53	-
Benefício médio (R$)	-	8.091,81	-	7.840,13

30.2.2.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,85%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00%
Taxa real de crescimento salarial: 1,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.
Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.2.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	408.928	331.236
Exigível Operacional(i)	(237)	(187)
Exigível Contingencial (i)	(11.765)	(9.428)
Fundos (i)	(194.847)	(156.297)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**202.079**	**165.324**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Fixa	98,29%	98,09%
Investimentos Estruturados	1,50%	1,68%
Empréstimos a Participantes	0,21%	0,24%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**191.287**	**165.324**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Contribuições Recebidas pelo Fundo	-	36
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	1.852	11.922
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**202.079**	**191.287**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**167.077**	**149.504**
Custo dos Juros	18.176	22.063
Custo dos Serviços	4	4
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(3.483)	5.898
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**169.905**	**167.077**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	3.483	(5.898)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	1.852	11.922
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**5.335**	**6.024**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(3)	(4)
Custo dos Juros	(18.176)	(22.063)

Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Resultado	**2.630**	**2.330**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(169.605)	(167.077)
Valor Justo dos Ativos do Plano	202.079	191.287
Superávit	**32.474**	**24.210**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	24.210	15.820
Despesas do ano	2.630	2.330
Pagamento de Contribuições	-	36
Perdas/(Ganhos) Atuariais do Exercício	5.335	6.024
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**32.175**	**24.210**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(16.659)
Custo do Serviço Corrente	(4)
Rendimento esperado dos Ativos	19.814
Resultado	**3.151**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 169.904 e ativo líquido de R$ 202.079, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 32.175, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.2.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	3.665.050	3.563.899
Outros Exigíveis	73.373	68.677
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	**3.738.423**	**3.632.576**
(-) Total dos Ativos do Plano	3.772.311	**3.653.538**
(=) Superávit Acumulado	**33.888**	**20.962**

30.2.4 Plano Telebras PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

i. Auxílio-doença

ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão

iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão

v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

i. Contribuições de Participante;

   a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).

   b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.

   c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.

   d) Contribuições para os benefícios de risco; e

ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2017, com 285 participantes ativos e 218 assistidos.

	Participantes			
	2017		2016	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	285	218	268	217
Idade média (anos)	48,58	65,7	48,8	64,31
Tempo de serviço médio (anos)	19,32	-	19,66	-
Salário médio (R$)	9.381,83	-	8.672,46	-
Benefício médio (R$)	-	5.525,73	-	5.525,74

30.2.4.1 Premissas atuariais

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2016, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0%
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 1,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 100,00%
Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.4.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	767.979	610.668
Exigível Operacional(i)	(466)	(475)
Exigível Contingencial (i)	(11.540)	(6.842)

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos (i)	(335.911)	(296.860)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**420.062**	**306.491**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	0,07%	-
Renda Fixa	98,11%	97,85%
Investimentos Estruturados	1,38%	1,59%
Empréstimos a Participantes	0,44%	0,56%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**348.515**	**306.490**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Contribuições Recebidas pelo Fundo	3.925	255
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	46.282	12.692
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**420.062**	**348.515**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**346.006**	**295.955**
Custo dos Juros	37.641	43.675
Custo dos Serviços	90	66
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(358)	22.461
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**366.805**	**346.006**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	358	(22.461)
Ganhos(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	46.282	12.692
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**46.640**	**(9.769)**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(90)	(66)
Custo dos Juros	(37.641)	(43.674)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Resultado	**183**	**1.489**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(366.805)	(346.006)
Valor Justo dos Ativos do Plano	420.062	348.515
Superávit	**53.257**	**2.509**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**2.509**	**10.536**
Despesas do ano	183	1.487
Pagamento de Contribuições	3.925	255
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	46.640	(9.769)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**53.257**	**2.509**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(35.966)
Custo do Serviço Corrente	(99)
Rendimento esperado dos Ativos	41.188
Resultado	**5.123**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 366.805 e ativo líquido de R$ 420.062, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 53.257, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.3. Taxas de descontos

As taxas de descontos para os planos no início do exercício (custo dos juros) e as taxas de rendimento esperada sobre os ativos dos planos estão apresentadas a seguir:

	Telebras PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
Taxa de Desconto no Início do Exercício (Custos dos Juros)	11,01%	10,88%	10,88%
Taxa de Rendimento Esperada sobre os Ativos do Plano no Início do Exercício	11,01%	10,88%	10,88%

31. PARTES RELACIONADAS

31.1. Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

31.2. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	2.184	3.740
Benefícios de Curto Prazo	455	923
Total	**2.639**	**4.663**

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatuários, mas não concede aos conselheiros.

31.3. Transações com partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Balanço Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:		**36.371**	**1.677**				
	Ministérios	28.334	1.227				
	Demais Entidades (i)	8.037	450				
b) Cauções	MCTIC	5.604	-				
c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	EllaLink Spain	164	-				
d) Dividendos a Receber	VISIONA	11.547	5.456				
Imobilizado							
e) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	173.942	64.680				
f) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	9.475	4.415				
g) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.284.105	1.244.249				
Contas a Pagar							
h) Empréstimos	FINEP			251.478	249.514		
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			1.329.601	2.233.652		
Demonstração de Resultado							
j) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					11.629	3.790
	Demais Entidades (i)					22.207	12.759
k) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	Ministérios						(22.437)
l) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(34.548)	(51.194)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebrás Copa S.A o valor de R$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

b) Trata-se do valor de caução retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital na coligada EllaLink Spain realizado em dezembro de 2017 no valor de € 42 (R$ 164);

d) Trata-se a dividendos a receber referente a participação societária na coligada VISIONA;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC. Este valor não é apresentado nesta nota líquido dos rendimentos de aplicação financeira conforme divulgado na Nota Explicativa 12;

f) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item (g) abaixo.

g) Refere-se a adiantamentos realizados a VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC. A baixa será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

h) Refere-se à captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

j) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

k) Trata-se da constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber que a Telebras reconheceu em função da incorporação da Telebras Copa S.A. e que tem como devedor o Ministério das Comunicações (atualmente MCTIC). O montante de R$ 22.437 está ligado a glosa aplicada sobre o ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

l) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Financeiros Capitalizados	183.417	188.667
Rendimentos Financeiros Capitalizados	(26.363)	(21.496)
Integralização de Capital com Recursos de AFAC	1.331.522	-
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S.A	28.769	-

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. "Telebras e Viasat entram em contrato estratégico para avançar no uso comercial da capacidade do SGDC

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US $ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

Disponibilidade dos equipamentos
Os equipamentos da Viasat começaram ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018. O serviço inicial deverá começar em abril de 2018.

33.2. Homologação do aumento de capital da Companhia

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado do aumento de capital da Telebras de R$ 263.145.011,82 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R$ 1.594.666.570,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017, com a emissão de 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

33.3. Baixa de valores a receber – Colaboradores Cedidos à ANATEL

Em 31 de janeiro de 2018, a Diretoria Administrativo-Financeira aprovou através da Nota Técnica 05/2017-2400 a baixa de valores reconhecidos no ativo da Companhia no montante de R$ 24.625. A baixa refere-se a valores que estavam reconhecidos no contas a receber da Telebras e representavam recebíveis junto a ANATEL de Colaboradores cedidos aquele Órgão. A origem principal do contas a receber está ligada ao Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e esta composto pelos seguintes valores: R$ 16.475 de provisão dos Colaboradores ainda em exercício no Órgão e R$ 8.150 de verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que deixaram o Órgão.

A Companhia entende que não há certeza quando ao recebimento destes valores e desta forma, realizou a baixa do contas a receber em contrapartida do resultado da Companhia. A base legal para suportar a baixa foram os seguintes normativos: Estrutura Conceitual Básica (R1), CPC 00, item 4.44, que determina que: "*um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade*"; e

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Item 33 que diz: "Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de

resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado".

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 54, inciso VII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2017). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (Taticca Auditores Independentes S.S), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília/DF, 08 de março de 2018.

André Müller Borges
Presidente do Conselho
Representante do MCTIC

Maximiliano Salvadori Martinhão
Conselheiro Nato
Presidente da Telebras

Renato Rodrigues Vieira
Conselheiro Representante do MPDG

Hélio Marcos Machado Graciosa
Conselheiro Independente

Márcio Barreira Campello
Conselheiro Representante dos
Acionistas Preferencialistas

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro Representante dos
Acionistas Minoritários Ordinaristas

Alfonso Orlandi Neto
Conselheiro Representante do MCTIC

Fabrício de Souza Duarte
Conselheiro Representante dos
Empregados da Telebras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2017.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas explicativas às demonstrações contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília-DF, 08 de março de 2018.

Marcelo Senna Valle Pioto
Presidente
Representante do Tesouro Nacional

Tarcísio Bastos Cunha
Conselheiro Suplente
Representante do MCTIC

Amir George Francis Matta
Conselheiro Representante dos Acionistas Preferencialistas

Antônio Carlos da Silva Estevão
Conselheiro
Representante dos Acionistas Ordinaristas

Cristina Vidigal Cabral de Miranda
Conselheira Suplente
Representante do MCTIC

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes Taticca Auditores Independentes S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília-DF, 1º março de 2018.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

Jarbas Jose Valente
Diretor Técnico Operacional

Paulo Ferreira
Diretor Administrativo e Financeiro

Romulo Barbosa
Diretor Comercial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da **Taticca Auditores Independentes S.S**., sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2017; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Brasília/DF, 1º março de 2018.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

Jarbas Jose Valente Diretor Técnico Operacional	**Paulo Ferreira** Diretor Administrativo e Financeiro	**Romulo Barbosa** Diretor Comercial

IGUAÇU ENERGIA

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedrozo Alvarenga , 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial.....4
Demonstração dos resultados.....6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração dos fluxos de caixa.....8
Demonstração do valor adicionado.....9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....10

Taticca Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
Jardim Europa
01406-200 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Taticca Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
Jardim Europa
01406-200 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Taticca Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5966 2º andar - cj. 21
Jardim Europa
01406-200 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 3062-3000

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	3.059	2.930
Contas a receber de clientes	6	27.904	18.464
Impostos e contribuições a recuperar	11	16	7
Estoques		572	548
Serviços pedidos em curso	8	625	120
Adiantamentos a fornecedores		12	867
Exposição Involuntária	9	917	536
Outros créditos a receber	10	223	215
		33.328	**23.687**
Não circulante			
Depósitos judiciais	20	31.341	29.531
Impostos e contribuições a recuperar	11	24	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	2.071	2.064
Ativo financeiro da concessão	12	5.428	5.370
Intangível	13	24.129	23.936
		62.993	**60.911**
Total do ativo		**96.321**	**84.598**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	8.026	6.991
Empréstimos e financiamentos	16	536	870
Folha de pagamento		548	475
Impostos e contribuições a recolher	17	17.916	11.362
Dividendos e JSCP		86	86
Obrigações Estimadas	19	1.959	1.732
Encargos do Consumidor	18	4.578	5.357
Passivos financeiros setoriais	21	11.941	7.961
Outras contas a pagar	21	1.078	670
		46.668	**35.504**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	718	1.033
Impostos e Contribuições a recolher	17	425	2.516
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	34.779	32.927
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	3.126	3.464
Outras contas a pagar	21	35	29
		39.083	**39.969**
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	6.388	6.388
Reservas de lucros	22	1.743	1.743
Recursos destinados a Aumento de Capital		540	200
Lucros (prejuízos) acumulados		1.899	794
		10.570	**9.125**
Total do passivo		**96.321**	**84.598**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	23	84.536	75.231
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(29.990)	(27.664)
Custo de construção	24	(4.764)	(4.809)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(27.335)	(18.794)
Pessoal	24	(14.272)	(13.518)
Material	24	(974)	(1.276)
Serviços de terceiros	24	(2.714)	(2.800)
Depreciação e amortização	24	(1.467)	(1.628)
Arrendamentos e alugueis	24	(767)	(738)
Outros	24	(1.319)	(518)
		(83.602)	(71.745)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		934	3.486
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(1.461)	(2.310)
Receitas financeiras	25	1.619	1.361
		158	(949)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.092	2.537
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(332)	(703)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	345	(228)
		13	(931)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.105**	**1.606**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Recursos Dest.Aum.de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2016	5.888	1.743	-	(812)	6.819
Subscrição de Capital	500	-	-	-	500
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	200		200
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	1.606	1.606
31 de dezembro de 2017	**6.388**	**1.743**	**200**	**794**	**9.125**
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	340	-	340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.105	1.105
31 de dezembro de 2018	**6.388**	**1.743**	**540**	**1.899**	**10.570**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.105	1.606
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto de renda e a contribuição social com o fluxo de caixa:		
Juros sobre empréstimos	374	1.423
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.852	1.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(8)	581
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(340)	(353)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(105)	268
Amortizações e baixas do intangível	1.467	1.628
Lucro ajustado	**4.345**	**6.464**
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	(9.351)	(8.441)
Serviços pedidos em curso	(505)	(79)
Depósitos judiciais	(1.809)	(1.905)
Ativo financeiro da concessão	(59)	(5.343)
Exposição involuntária	(381)	1.216
Outras contas à receber	819	1.676
	(11.286)	**(12.876)**
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	1.035	(528)
Impostos e contribuições a recolher	4.463	5.573
Encargos do Consumidor	(779)	2.161
Outras contas à pagar	4.694	3.849
	9.429	**11.055**
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	**2.472**	**4.463**
Atividades de investimentos		
Intangível	(1.660)	1.195
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.660)	1.195
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	1.100	-
Amortização de empréstimos	(2.122)	(4.004)
Aumento de Capital	340	700
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(682)	(3.304)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**129**	**2.534**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	2.930	396
Saldo no final do exercício	3.059	2.930
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**129**	**2.534**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	110.652	97.750
Outras receitas operacionais	22.502	17.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	105	(21)
	133,259	115.505
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custo da energia comprada, CUSD e custo de construção	(62.089)	(51.268)
Serviço de terceiros	(2.714)	(2.800)
Materiais	(974)	(1.276)
Outros	-	-
	(65.777)	**(55.343)**
Valor adicionado/aplicado bruto	**67.482**	**60.162**
Depreciação/Amortização	(1.467)	(1.628)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	**66.015**	**58.534**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.619	1.361
Valor adicionado total a distribuir	**67.634**	**59.895**
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	14.272	13.518
Remuneração direta	9.570	8.997
Benefícios	812	759
FGTS/INSS	3.890	3.762
Outros	628	497
	14.900	**14.015**
Tributos		
Federais, Estaduais e Municipais	49.400	41.225
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	767	739
Outras despesas financeiras	1.461	2.310
	2.228	**3.049**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.105	1.606
	67.634	**59.895**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Notas Explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 36.919 consumidores em 8 municípios (Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuaçú, todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina), tendo sua sede no Município de Xanxerê e com escritório regional no município de Xaxim e escritórios itinerantes nos municípios Bom Jesus, Marema, Entre Rios e Lajeado Grande, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Iguaçu Energia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL http://www.aneel.gov.br:

Nº do contrato - 050/1999	**Origem -** Aneel	**UF -** SC
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - Iguaçu Energia		
Documentos - Contrato de Concessão Primeiro Termo Aditivo Segundo Termo Aditivo Terceiro Termo Aditivo Quarto Termo Aditivo Quinto Termo Aditivo		

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

3. Base de apresentação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis societárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), sendo que este foi harmonizado ao máximo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias, conforme descrito no MCSE:

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2019.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2018, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.8. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu 'contas a receber' (nota 7).

4.9. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

4.10. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.11. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

- **Outros ativos intangíveis**

  Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

- **Amortização**

  A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

  A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

4.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.16. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.17 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor em 2018 ou entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*
  Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

- *IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*
  Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

- *IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)*
  Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

O IFRS 9 e o IFRS 15 já foram adotados em 2018 e seus impactos estão refletidos nas presentes demonstrações financeiras. Quanto ao IFRS 16, os eventuais impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4.18. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis, a Iguaçu Distribuidora de Energia elétrica Ltda., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.19. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Iguaçu Distribuidora de energia Elétrica Ltda., conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.20 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	**3.059**	**2.930**
	3.059	**2.930**

Os saldos de equivalentes de caixa correspondem ao numerário em trânsito.

6. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de consumidores faturados	**9.259**	**8.805**
Contas a receber de consumidores não faturados	**2.931**	**2.943**
Outras	**277**	**263**
	12.467	**12.011**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	**(163)**	**(268)**
Rendas a receber	**242**	**252**
Ativos financeiros setoriais (nota 36)	**15.538**	**6.469**
Total de conta a receber de clientes	**27.904**	**18.464**

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

	2018			
Classe do consumidor	**Saldos a vencer**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos a mais de 90 dias**	**Total 2018**
Residencial	2.767	725	50	3.542
Industrial	1.057	264	126	1.447
Comércio, Serviços e Outras Atividades	2.059	178	32	2.269
Rural	976	176	49	1.201
Poder Público	238	17	1	256
Iluminação Pública	339	-	-	339
Serviço Público	205	-	-	205
Subtotal	7.641	1.360	258	9.259

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Fornecimento não Faturado	2.931	-	-	2.931
Serviço Taxado	-	41	5	46
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	44	105	7	156
Encargo de Uso da Rede Elétrica	73	-	-	73
	10.689	**1.506**	**271**	**12.467**

	2017			
Classe do consumidor	**Saldos a vencer**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos a mais de 90 dias**	**Total 2017**
Residencial	2.529	617	64	3.210
Industrial	964	289	37	1.290
Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.944	201	53	2.198
Rural	994	223	122	1.339
Poder Público	244	2	2	248
Iluminação Pública	326	-	-	326
Serviço Público	194	-	-	197
Subtotal	**7.195**	**1.332**	**278**	**8.805**
Fornecimento não Faturado	**2.943**	**-**	**-**	**2.943**
Serviço Taxado	-	38	7	45
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	40	79	8	127
Encargo de Uso da Rede Elétrica	90	-	-	90
	10.268	**1.449**	**294**	**12.011**

7. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018			
	2017	**Provisões Adições**	**(Baixas)**	**2018**
Contas a receber de consumidores faturados	268	2.186	(2.291)	163
Total circulante	268	2.186	(2.291)	163

	2017			
	2016	**Provisões Adições**	**(Baixas)**	**2017**
Contas a receber de consumidores faturados	247	3.126	(3.105)	268
Total circulante	247	3.126	(3.105)	268

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R$ 625 (R$ 120 em 31/12/2017) refere-se aos valores de projetos em andamento do Programa de Eficiência Energética e do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento e que assim que concluídos são compensados com valores registrados no passivo.

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R$ 917 (R$ 536 em 31 de dezembro de 2017) compreende aos Créditos CDE a receber da Eletrobrás. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

10. Outros créditos a receber

	2018	2017
Subvenção baixa renda	36	64
Outros créditos a receber	187	151
	223	**215**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	13	24	7	10
IRPJ	2	-	-	-
ISS	1	-	-	-
	16	**24**	**7**	**10**

(a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 8,09% por meio do denominado WACC regulatório (líquido de impostos), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

		2018		
	2017	Adições	Baixas	2018
Ativo financeiro	5.370	269	(211)	5.428
Intangível	23.936	462	(269)	24.129
Total	**29.306**	**731**	**(480)**	**29.557**

		2017		
	2016	Adições	Baixas	2017
Ativo financeiro	27	5.550	(207)	5.370
Intangível	26.759	2.727	(5.550)	23.936
Total	**26.786**	**7.863**	**(5.343)**	**29.306**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

-Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
-Os demais recursos se enquadram na Resolução ANEEL 414/2010, alterada pelas Resoluções 416/2010, 418/2010, 431/2011, 426/2011, 436/2011, 449/2011, 472/2012, 479/2012, 516/2012, 563/2013, 572/2013, 581/2013, 610/2014, 620/2014, 626/2014, 663/2015 e 670/2015.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2018				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	22.528	(2.723	2.647	22.452
Em curso	-	1.408	-	269	1.677
		23.936	**(2.723)**	**2.916**	**24.129**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

	2017				
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	21.151	(1.618)	2.995	22.528
Em curso	-	6.958	-	(5.550)	1.408
		28.109	**(1.628)**	**(2.555)**	**23.936**

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	2018					
	2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2018
Em Serviço	35.351	3.763	(5.307)	-		33.807
(-) Amortização	(12.822)	1.467	-	-	-	(11.355)
Total em serviço	**22.529**	**5.230**	**(5.307)**	**-**	**-**	**22.452**
Em curso	1.407	7.877	(7.607)	-		1.677
	23.936	**13.107**	**(12.914)**	**-**	**-**	**24.129**

	2017					
	2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2017
Em Serviço	34.251	2.995	(1.895)	-		35.351
(-) Amortização	(14.450)	1.628	-	-	-	(12.822)
Total em serviço	**19.801**	**4.623**	**(1.895)**	**-**	**-**	**22.529**
Em curso	6.958	8.060	(13.610)	-		1.407
	26.759	**12.683**	**(15.505)**	**-**	**-**	**23.936**

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o fim do novo prazo de concessão, ou seja, até 7 de julho de 2045, conforme ICPC01

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

(b) As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	2018	2017
Obras em andamento	637	493
Materiais em depósito	1.040	913
	1.677	**1.406**

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. Partes relacionadas e Garantias das partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2018	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	656	100	dez/13	Set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Banrisul	141	100	out/13	fev/20	Joaquim Salles Leite Filho
Total	797				

15. Fornecedores

	2018	2017
Encargos de Uso da Rede Elétrica	**2.370**	**2.274**
Celesc Distribuição S/A	**1.913**	**2.046**
Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	**-**	**2.011**
Focus Energia Ltda	**2.698**	**-**
Materiais	**389**	**74**
Serviços	**309**	**141**
Materiais e Serviços de Imobilizado	**347**	**445**
	8.026	**6.991**

16. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
B.N.D.E.S.	258	607
Capital de Giro	-	57
Luz Para Todos	31	69
FINAME	817	1.096
Outras operações	148	74
	1.254	**1.903**
Parcela de circulante	**536**	**870**
Parcela de não circulante	**718**	**1.033**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

16.1 Composição e condições pactuadas

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	258	240	18
Luz para todos	249	0,93% am	-	31	23	8
CCB	441	0,36% am	CDI	148	116	32
FINAME	1259	4,50% aa	Pré-fixado	817	157	660
				1.254	**536**	**718**

*valores em moeda nacional na data de 31-12-2018

Instituições financeiras / credores**	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1349	1,00% am	-	608	410	198
Capital de giro	599	0,45% am	-	57	57	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	69	40	
CCB	441	0,50% am	CDI	252	111	141
FINAME	1259	4,50% aa	Pré-fixado	843	184	659
Outras				74	68	6
				1.903	**870**	**1.033**

**valores em moeda nacional na data de 31-12-2017

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

16.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Instituições financeiras / credores	Saldo inicial - 31/12/2016	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final - 31/12/2017	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final 31/12/2018
B.N.D.E.S.	1.162	-	140	(551)	(143)	608	-	61	(360)	(51)	258
Capital de Giro	2.628	-	39	(2.559)	(51)	57	-	-	(52)	(5)	-
Luz Para Todos	181	-	5	(112)	(5)	69	-	2	(42)	(3)	31
FINAME / CCB	1.427	-	56	(330)	(58)	1.095	-	168	(256)	(42)	965
Outras operações	271	-	-	(197)	-	74	-	-	(74)	-	-
	5.669	**-**	**240**	**(3.749)**	**(257)**	**1.903**	**-**	**231**	**(784)**	**(101)**	**1.254**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

16.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R$ mil):

Ano	B.N.D.E.S.	Luz Para Todos	FINAME	Outras operações	Total
2020	14	7	32	-	53
2021	-	-	207	-	207
2022	-	-	207	-	207
2023	-	-	207	-	207
2024	-	-	44	-	44
	14	**7**	**697**	**-**	**718**

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

17. Impostos e contribuições a recolher circulante e não circulante

Circulante	**2018**	**2017**
ICMS parcelado	14.243	9.568
ICMS mensal	2.720	503
INSS	270	256
FGTS	107	102
Programa de Integração Social - PIS	98	97
Contribuição Financ. da Seguridade Social - COFINS	453	447
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	5	99
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	277
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros	15	9
Imposto Sobre Serviço - ISS	5	4
	17.916	**11.362**
Não Circulante		
ICMS parcelado	**425**	**2.516**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

18. Encargos do consumidor a recolher

	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	521	995
Fundo Nac. Desenv. Científico e Tecnológico-FNDCT	28	30
Ministério de Minas e Energia - MME	14	15
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	605	619
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.812	2.397
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	140	51
Taxa de Fiscalização	8	8
Bandeiras Tarifárias	450	1.242
	4.578	**5.357**

(a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

19. Obrigações estimadas

O valor de R$ 1.959 (R$ 1.732 em 31/12/2017), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

20. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	31/12/2018			31/12/2017		
Processos judiciais	**Passivo Valor da provisão**	**Ativo Depósitos judiciais**	**Provisão líquida**	**Passivo Valor da provisão**	**Ativo Depósitos judiciais**	**Provisão líquida**
Celesc	31.332	31.332	-	29.512	29.512	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	929	9	920	897	19	878
Regulatórios	318	-	318	318	-	318
	34.779	**31.341**	**3.438**	**32.927**	**29.531**	**3.396**
Não circulante	34.779	31.341	3.438	32.927	29.531	3.396
	34.779	**31.341**	**3.438**	**32.927**	**29.531**	**3.396**

b) A movimentação dos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	Saldo inicial 31/12/2016	**Adição**	**Reversão**	**Saldo final 31/12/2017**	**Adição**	**Reversão**	**Saldo final 31/12/2018**
Cíveis	1.226	8.335	(8.664)	897	12.659	(12.627)	929
	1.527	**9.219**	**(9.845)**	**897**	**12.659**	**(12.627)**	**929**

Os valores acima não foram considerados com o acréscimo de correção monetária, juros e honorários advocatícios, com exceção do processo da CELESC cujo o valor foi obtido junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Celesc

Refere-se a discussão judicial referente ao prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica – período de janeiro a julho de 2008.

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros e estão classificadas pelo jurídico como remotas.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A empresa discute processo referente a questões técnicas e administrativas em divergência com a análise da Agencia. Atualmente, a Companhia possui 02 processos em tramitação na ANEEL que totalizam R$ 318 mil.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

21. Outras contas a pagar

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de iluminação pública	290	-	254	-
Ajustes de faturamento	71	-	70	-
Suprimento - Micro geração	48	-	-	-
Multas	50	-	42	-
Aluguéis	76	-	70	-
Contribuições financeiras	16	-	15	-
Multas e juros do ICMS parcelado	309	-	173	-
Transferência de crédito de ICMS	-	-	38	-
Bônus de Itaipu recebidos da Eletrobrás	4	-	4	-
Retenção de quotas da Reserva Global de Reversão – RGR	5	35	-	29
Indenizações Trabalhistas	208	-	-	-
Outros	1	-	4	-
	1.078	**35**	**670**	**29**

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 6.388 (R$ 6.388 em 31 de dezembro de 2017), representado por 25.966 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

Quotistas	Quotas	%
Netherinvest Participações Ltda.	16.987	65,42%
Joaquim Salles Leite Filho	6.765	26,05%
Outros	2.214	5,53%
	25.966	**100,00%**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimento de energia	105.888	92.941
Receita de construção (a)	4.764	4.808
Outras receitas (b)	16.465	15.482
	127.117	113.231
Tributos sobre a receita operacional bruta		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(26.011)	(23.113)
Programa de integração social – PIS	(2.729)	(2.266)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(9.234)	(7.231)
Imposto sobre serviços - ISS	(49)	(56)
Encargos regulamentares da concessão		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(167)	(147)
Programa de eficiência energética -PEE	(334)	(367)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(7.250)	(5.051)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(97)	(97)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	(167)	(147)
Ministério de Minas e Energia – MME	(84)	(73)
Bandeiras Tarifárias	(2.853)	(4.095)
Demais Ativos e Passivos Financeiros - Neutralidade	6.394	4.643
	(42.581)	(38.000)
Receita operacional líquida	**84.536**	**75.231**

(a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	31/12/2018	31/12/2017
Serviço Taxado	310	270
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	595	1.016
Encargos do uso de conexão da rede elétrica	-	(478)
EUSD - Consumidores Livres	14.605	13.421
Aluguel de postes	743	1.078
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - Baixa renda	212	175
	16.465	**15.482**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	N° de consumidores (valores não auditados)		MWh (valores não auditados)		R$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Residencial	26.647	25.570	60.426	57.409	28.207	24.156
Industrial	1.078	1.017	30.528	30.797	21.448	18.480
Comercial, Serviços	4.128	4.048	40.091	39.130	18.154	15.943
Rural	4.608	4.618	34.721	34.836	11.873	10.801
Poder Público	407	418	5.096	4.965	2.446	2.153
Iluminação Pública	7	7	10.000	9.853	2.670	2.372
Serviço Público	44	35	4.426	4.330	1.542	1.355
(-) Exc. demanda (c)	-	-	-	-	(2.321)	(1.373)
Subtotal	36.919	35.713	185.288	181.320	84.019	73.887
ICMS Faturado	-	-	-	-	26.011	23.114
PIS Faturado	-	-	-	-	2.120	1.694
COFINS Faturado	-	-	-	-	9.765	7.803
Fornec. não faturado	-	-	-	-	83	527
	36.919	**35.713**	**185.288**	**181.320**	**121.998**	**107.025**

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica comprada para revenda (e)	29.990	27.664
Custo de construção	4.764	4.809
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	27.335	18.794
Pessoal (a)	14.272	13.518
Material (b)	974	1.276
Serviços de terceiros (c)	2.714	2.800
Depreciação e amortização	1.467	1.628
Arrendamentos e alugueis (d)	767	738
Outros (f)	1.319	518
	83.602	**71.745**

a) Pessoal

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	11.257	10.772
Encargos sociais	3.890	3.763
Auxilio alimentação	298	282
Convênio assistencial e outros benefícios	514	477
(-) Transferências para imobilizações em curso	(1.687)	(1.776)
	14.272	**13.518**

b) Materiais

	31/12/2018	31/12/2017
Manutenção do Sistema Elétrico e Equipamentos	674	923
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	72	198
Peças, Acessórios e Combustível para Veículos	727	767
Material de Expediente	79	78
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(578)	(690)
	974	**1.276**

c) Serviços de terceiros

	31/12/2018	31/12/2017
Consultoria e auditoria	311	234
Manutenção do sistema elétrico e equipamentos	549	551
Entrega de faturas e documentos	-	34
Limpeza, conservação de prédios e segurança	30	32
Conserto e conservação de veículos	169	172
Processamento de dados	593	737
Comunicação, correios, reprografias e publicidades	492	516
Fretes, passagens, hospedagem e alimentação	94	103
Progr. de controle médico da saúde ocupacional	37	42
Formação profissional de empregados	40	21
Honorários advocatícios	533	487
(-) Transferências para contas patrimoniais	(134)	(129)
	2.714	**2.800**

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R$ 767 em 2018 (R$ 738 em 2017) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2018, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh (valores não auditados*)		Uso do sistema de distribuição			
			CUSD – 2018		CUSD – 2017	
	31/12/2018	31/12/2017	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Distribuição S/A	-	-	507.534	593.625	467.149	528.855
Iguaçu Comerc. de E. E.	18.482	114.065	-	-	-	-
Focus Energia Ltda	104.747	-	-	-	-	-
ITAIPÚ	50.891	54.267	-	-	-	-
PROINFA	4.478	5.064	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	45.632	42.947	-	-	-	-
Total	**224.230**	**216.343**	**507.534**	**593.625**	**468.276**	**528.855**

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	31/12/2018	31/12/2017
Seguros	58	35
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	55	69
Doações, contribuições e subvenções	72	121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(105)	21
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(147)	(208)
Provisão para causas cíveis	510	51
Provisão para causas trabalhistas	-	(680)
Consumo próprio de energia elétrica	47	42
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	6	7
Pesquisa da satisfação do consumidor	9	-

Danos elétricos pagos aos consumidores	339	131
Conselho de Consumidores	9	2
Desativação de redes	337	328
Outras despesas	129	599
	1.319	**518**

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

25. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Acréscimo moratório de venda de energia	716	659
Variações monetárias	919	540
Outras receitas	(16)	162
	1.619	**1.361**
Variações monetárias	(573)	(903)
Encargos de dívidas	(18)	(40)
Juros passivos	(645)	(1.167)
Total	**(1.236)**	**(2.110)**
Variação Cambial – Receita	456	103
Variação Cambial - Despesa	(681)	(303)
Total	**(225)**	**(200)**
Total Líquido	**158**	**(949)**

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não circulante	2.071	2.064
Passivo não circulante	(3.126)	(3.464)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável:

	Balanço Patrimonial		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para processos judiciais e outros	1.169	1.155	(15)	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55	91	36	(7)
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	847	818	(28)	488
Equilíbrio Redução da Tarifa e Subvenção CDE	-	-	(338)	(353)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	**(345)**	**228**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**2.071**	**2.064**		

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2019	523	210
2020	550	594
2021	550	594
2022	133	164
2023	133	164
	1.889	**1.726**

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018		31/12/2017	
IMPOSTOS CORRENTES	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	**1.091**	**1.091**	**2.537**	**2.537**
Adições/Exclusões:	**(44)**	**(44)**	**423**	**439**
_ Provisão para contingências	510	510	(629)	(629)
_Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(105)	(105)	21	21
_Compensação Prejuízo Fiscal	(449)	-	(900)	
_Outras Exclusões	-	-	1.085	1.069
_Compensação Base Negativa	-	(449)	-	(900)
Base de Cálculo	**1.046**	**1.046**	**2.114**	**2.098**
Alíquota Fiscal de 15% p/ IRPJ e 9% p/ CSLL	157	94	317	189
Adicional de 10% s/o que ultrap. 240.000,00	81	-	197	-
Impostos Correntes Devidos	**238**	**94**	**514**	**189**
Total da provisão corrente registrada		**332**		**703**

IMPOSTOS DIFERIDOS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Ativo Fiscal Diferido	(31.177)	(31.177)	(29.531)	(29.531)
Passivo Fiscal Diferido	34.779	34.779	32.927	32.927
Prejuízo Fiscal (Parte B do Lalur)	2.183	-	2.101	-
Base negativa da CSLL	-	3.340	-	3.251
	5.785	**6.942**	5.497	6.647
Impostos Diferidos Devidos	**1.446**	**625**	1.193	533
Impostos Diferidos no Exercício Anterior	**(1.193)**	**(533)**	(1.360)	(593)
Provisão Diferida Registrada	**253**	**92**	**167**	**60**
Total da provisão diferida registrada		**345**		**227**

A forma de apuração de cálculo dos tributos do ano de 2018 foi pelo lucro real estimativa, e no ano de 2017 foi pelo lucro real trimestral.

27. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e

financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.059	3.059	2.930	2.930
Contas a receber de clientes	27.904	27.904	18.464	18.464
Depósitos judiciais	31.341	31.341	29.531	29.531
Ativo financeiro da concessão	(25.218)	(25.218)	(25.090)	(25.090)
	37.086	**37.086**	**25.835**	**25.835**
Passivos financeiros				
Fornecedores	8.026	8.026	6.991	6.991
Empréstimos e financiamentos	1.254	1.254	1.903	1.903
	9.280	**9.280**	**8.894**	**8.894**

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- **Ativo financeiro de concessão –** são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.

- **Fornecedores –** decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- **Empréstimos e financiamentos –** os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

- **Derivativos –** são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito -** Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

- **Risco de liquidez -** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 18. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado –** Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento

antecipado serão renegociados.

- **Risco Cambial –** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.

- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros -** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.

- **Risco de Escassez de Energia -** O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Focus Energia Ltda + ITAIPU	2014 a 2032	222.002	249.800	274.700	302.300	347.600

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos **(a)**	20/08/2019	100% Fipe	46

(a) 35 veículos próprios segurados, conforme apólices.

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.
Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.
Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu em 2010 integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios.
A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.
Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis de 2017 os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios, bem como, que os saldos registrados em 31 de dezembro de 2018 são a seguir apresentados:

Ativo	2018		2017	
Reajuste tarifário de 2017 em compensação	**DELTA**	**SELIC**	**DELTA**	**SELIC**
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	546	28	-	-
Programa de incent.a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	-	-	53	3
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	5.440	424	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	141	13	17	1
Transporte de energia pela rede básica	27	2	21	2
	6.154	**467**	**91**	**6**
Variação capturada para reajuste tarifário em 2018				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.117	53	-	-
Programa de incent.a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	31	1	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	7.110	360	5.736	402
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	61	3	179	15
Transporte de energia pela rede básica	-	-	37	3
	8.319	**417**	**5.952**	**420**
	14.473	**884**	**6.043**	**426**

Passivo	2018		2017	
Reajuste tarifário de 2017 em compensação	**DELTA**	**SELIC**	**DELTA**	**SELIC**
Conta de desenvolvimento energético - CVA CDE	131	16	1.034	76
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	25	2	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	145	18
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	2.100	176	1.633	102
	2.256	**194**	**2.812**	**196**
Variação capturada para reajuste tarifário em 2018				
Encargo de uso do sistema - CVA CDE	-	-	437	39
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	-	-	6	-
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.890	97	1.950	146
Transporte de energia pela rede básica	1	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	5.181	-	1.004	-
Devoluções Tarifárias	2.321	-	1.370	-
	9.393	**97**	**4.767**	**185**

11.649	**291**	**7.579**	**381**

31. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - "DCR", referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 até 30 de abril de 2019 no seguinte sítio www.ienergia.com.br.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joaquim Salles Leite Filho
Diretor Presidente

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles
Contador
CRC 1SC16365
CPF 607.476.769-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
SOCIETARIO - 2018

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da **IGUAÇU ENERGIA** tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2018.

O presente relatório demonstra um extrato das principais atividades desenvolvidas no ano de 2018, a capacidade técnica e administrativa da empresa, o valor de seu acervo e de seu quadro de pessoal, empreendendo esforços para garantir um fornecimento de energia elétrica, seguro e confiável, com índices de qualidade satisfatórios, mantendo uma política administrativa de austeridade.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2018 a **IGUAÇU ENERGIA** manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Foi através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje **IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato teve seu prazo de vigência até 07 de julho de 20415, e poderia ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que foi efetivado, formalmente, em 05 de julho de 2012.

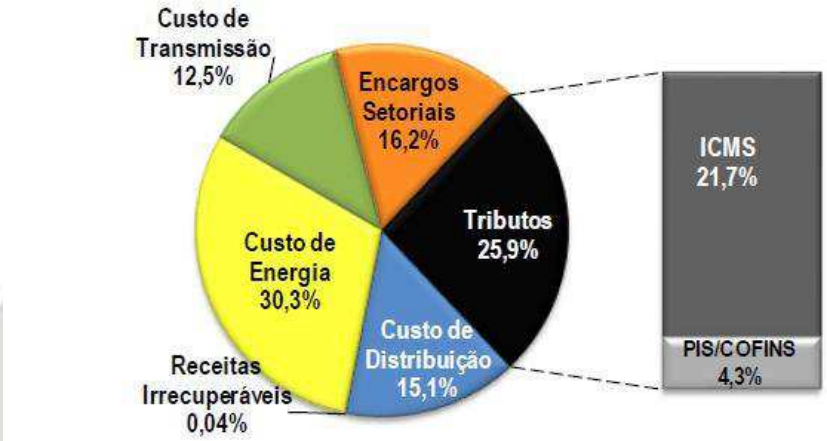
Após a solicitação, o Poder Concedente deveria manifestar-se, entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão n° 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre do mesmo ano, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências. Somente, em 15 de dezembro de 2015 assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 050/1999, prorrogando a vigência até 07 de julho de 2045.

1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Contrato de Concessão da **IGUAÇU ENERGIA** estabelece um reajuste anual para as tarifas de energia elétrica da empresa e a revisão nas tarifas, a cada 05 anos. A partir do dia 29 de agosto de 2018 através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.445 de 28 de agosto de 2018, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da **IGUAÇU ENERGIA,** foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 12,29 (doze virgula vinte e nove por cento), sendo a percepção média pelos consumidores conectados em alta tensão (AT) de 13,09% e pelos consumidores de baixa tensão (BT) de 11,88%.

1.3.1 –COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A tabela abaixo demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual com Tributos, a participação de cada segmento na composição da receita da **IGUAÇU ENERGIA** , ou seja, quanto de cada conta de energia elétrica se destina aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aí inclusos os custos de operação e manutenção (O&M), a depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido, bem como se destina ao pagamento dos encargos setoriais e dos tributos. Apenas os tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado pela concessionária foram considerados, tendo sido utilizados médias nominais de **21,70%** para o ICMS, de **4,30%** para o PIS e COFINS, totalizando estes tribubos um calculo por dentro de **25,90%**, incidentes sobre a fatura contendo os tributos em sua base de cálculo, conforme estabelecido na legislação pertinente.



Participação dos Itens das Parcelas A e B na Receita Anual



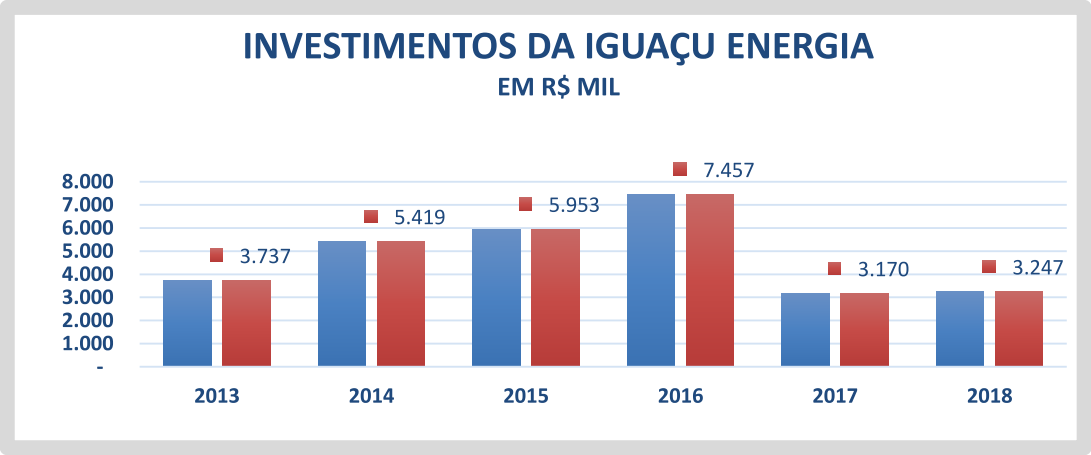
40,8 %	Custo de Energia
16,9 %	Custo de Transmissão
20,4 %	Custo de Distribuição - É gasto com pagamento do salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
21,8 %	Encargos Setoriais
20,4 %	Custo de Distribuição
0,06 %	Receitas Irrecuperáveis

1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2018, a **IGUAÇU ENERGIA** executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A **IGUAÇU ENERGIA** executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R$ 3.247.075,14 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão, apesar da redução que a ANEEL está obrigando a empresa a fazer, tanto na quantidade de pessoas quanto na quantidade de veículos.

Os investimentos aplicados em 2018 que totalizaram o valor de R$ 3.247.075,14 foram imobilizados nas áreas a seguir:

Linhas e Redes	R$:	2.362.978,12
Veículos	R$:	173.722,08
Medidores	R$:	623.232,23
Tecnologia da Informação e Comunicação	R$:	3.074,22
Outros	R$:	84.068,49
Total	R$:	**3.247.075,14**



1.5 - BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O Despacho de encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º ciclo de Revisão tarifária, especificamente em relação ao Submódulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais. O Despacho 4.991/2012 estabeleceu que os valores fossem transferidos para as Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo. A Resolução 457/2011 estabeleceu no subitem 3.1.1. Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do Submódulo 2.7 Outras Receitas do PRORET que: " As Receitas Auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, **a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3CRPT (terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica)**, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais, em subconta especifica que não será amortizada".

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 - DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2018 é a seguinte:

MATERIAIS	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Postes	13.011	16.877	29.888
Extensão RD (Km)	482,31	1.534,87	2.017,18
Trafos (Potência) Kva	59.940,00	49.422,50	109.362,50
Quantidade de Trafos	759	2.287	3.046

1.7 - MEDIÇÃO

No ano de 2018 foram adquiridos 2.270 medidores. Estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**.

2 - DIRETRIZES

- ✓ **Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.**
- ✓ **Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.**
- ✓ **Promover a constante valorização dos recursos humanos.**
- ✓ **Capacitar a IGUAÇU ENERGIA para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.**
- ✓ **Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de amizade na comunidade.**

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Freqüência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

APRESENTAMOS A SEGUIR OS ÍNDICES DEC E FEC DOS ULTIMOS 5 ANOS:

2014		2015		2016		2017		2018	
DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC
14,55	20,59	15,74	20,87	10,01	10,45	11,12	9,38	7,21	6,14

Em 2018, a ANEEL estabeleceu as metas para a concessão de DEC = 11 e FEC = 10.
Observa-se que a **IGUAÇU ENERGIA**, em 2018, cumpriu as metas com margem significativamente melhor. Isso foi fruto do investimento e da estrategia e inteligencia da area de engenharia.

Em 2018 o Centro de Teleatendimento - CTA, da **IGUAÇU ENERGIA**, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 32.648 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

A **IGUAÇU ENERGIA** possui o COD – Centro de Operaçao da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**, especialmente nas manutenções de emergências, conseguindo uma grande redução no tempo de correção do defeito com maior qualidade e segurança.

O Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, apresentou o seguinte tempo:

Intervalo de tempo (minutos)	Nº de ocorrências
126,87	4.293

Destacamos que a **IGUAÇU ENERGIA** alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2017, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a **IGUAÇU ENERGIA** conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 -SISTEMA INTERLIGADO

A IGUAÇU ENERGIA recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada elétricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 - MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 - COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2018, foram encontradas 13 ocorrências que representavam furto de energia.

3.2.2 - AFERIÇAO DE MEDIDORES

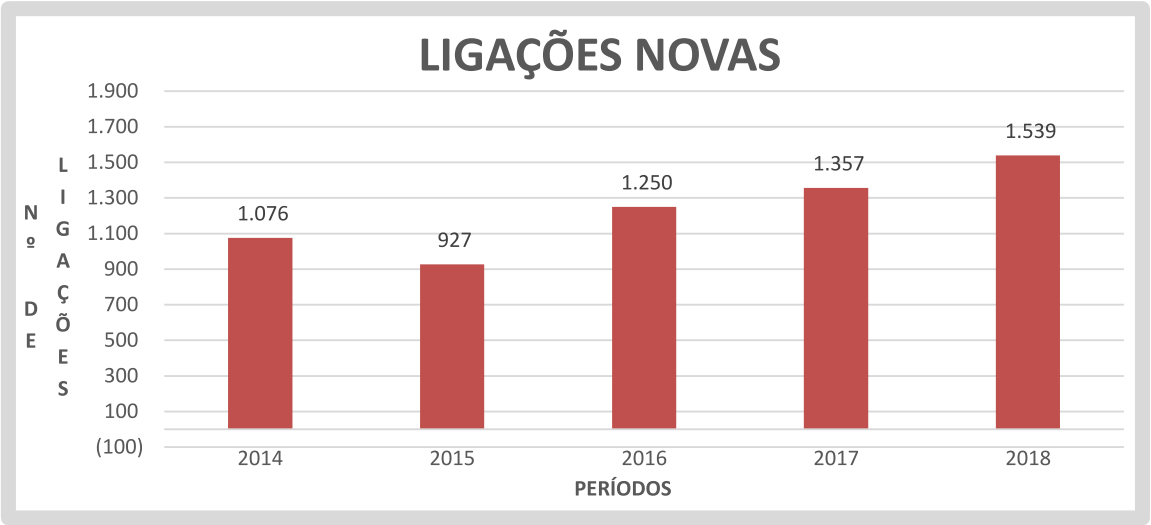
Em 2018 foram aferidos 2.101 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**.

3.2.3 - VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

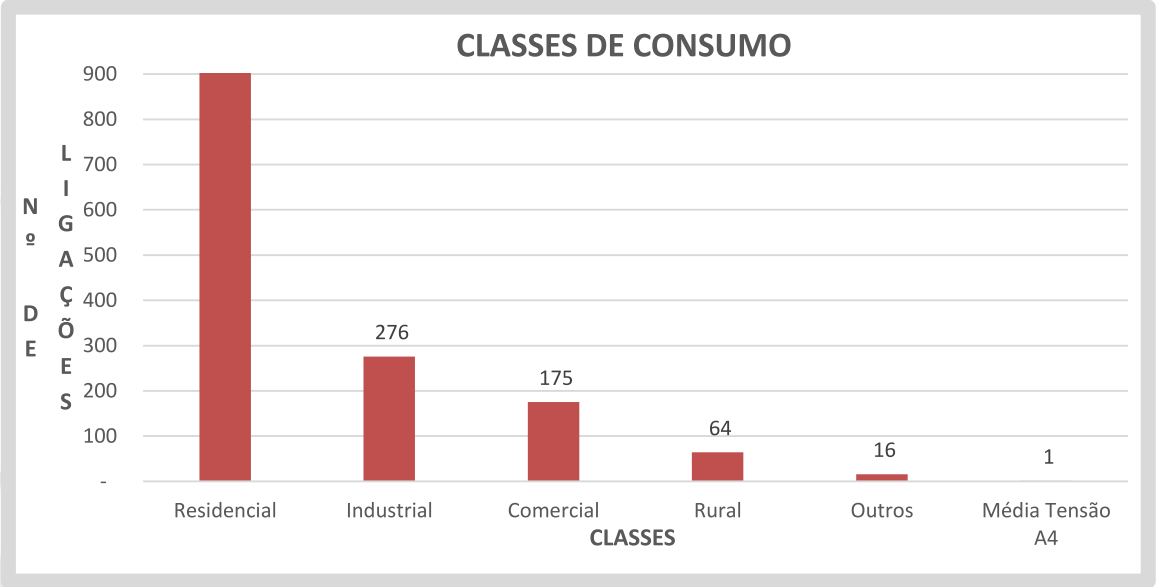
Em 2018 foram vistoriadas 1.855 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – LIGAÇÕES NOVAS

A **IGUAÇU ENERGIA**, durante o ano de 2018, energizou 1.007 unidades consumidoras classificadas como residencial, 276 unidades na classe industrial, 175 ligações classificadas como comercial, 64 ligações rurais, 13 unidades cadastradas como poder publico, 3 unidade como serviço público e não foram energizadas unidades consumidoras na classificação consumo próprio, totalizando 1.538 ligações novas no grupo baixa tensão. Foi energizada também 1 unidadesi consumidora na classe Média Tensão. Sendo assim, em 2018 foram energizadas 1.539 unidades consumidoras.

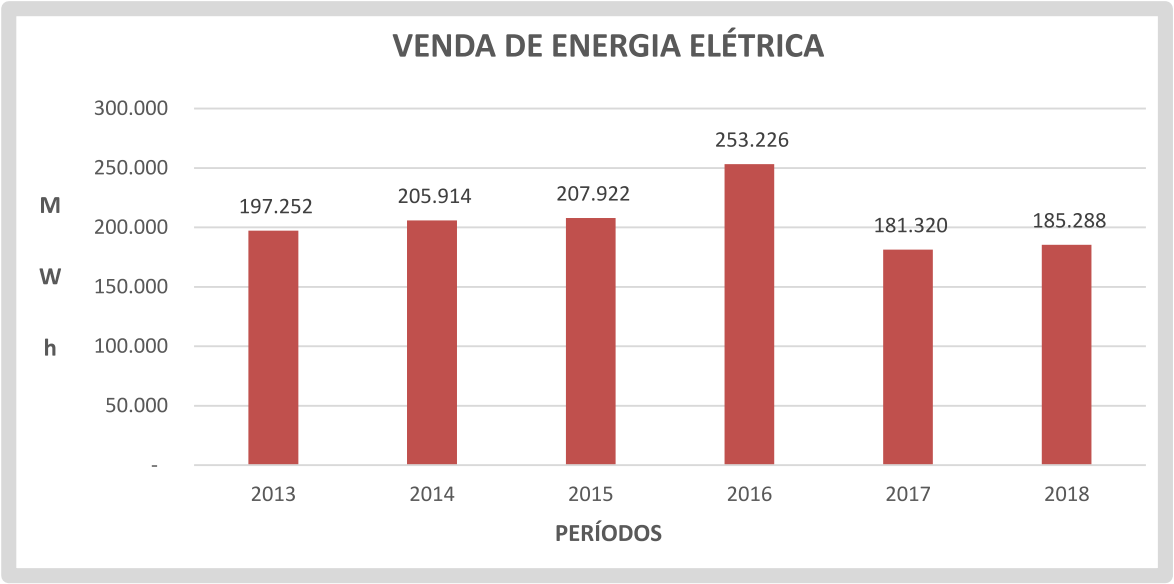


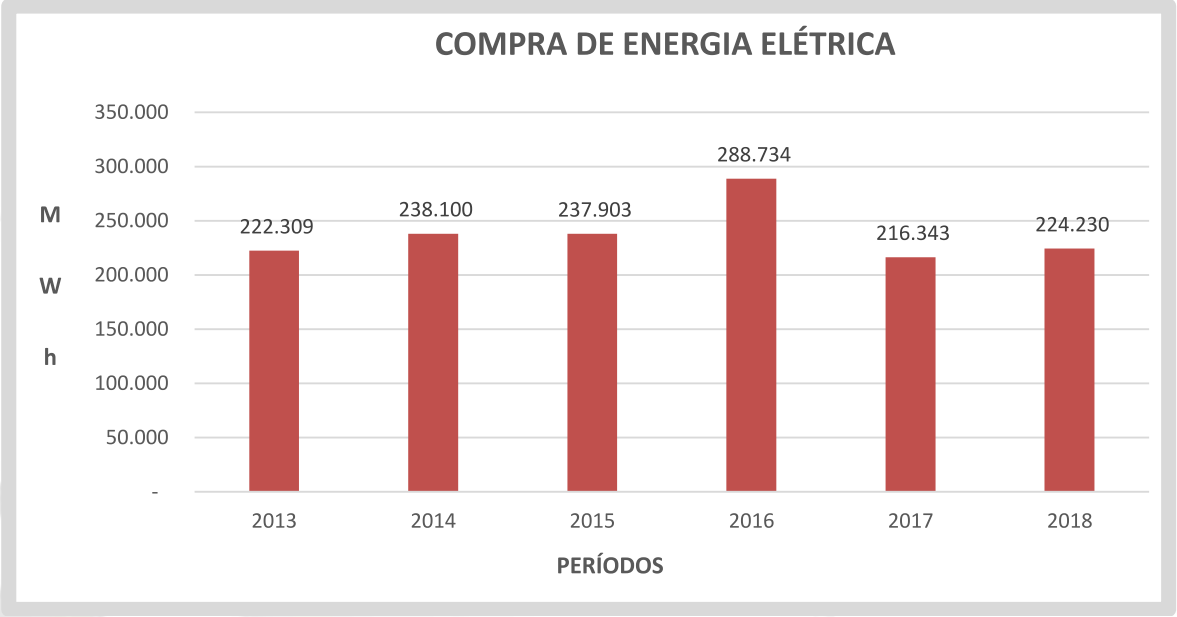
As ligações novas efetuadas no ano de 2018 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:



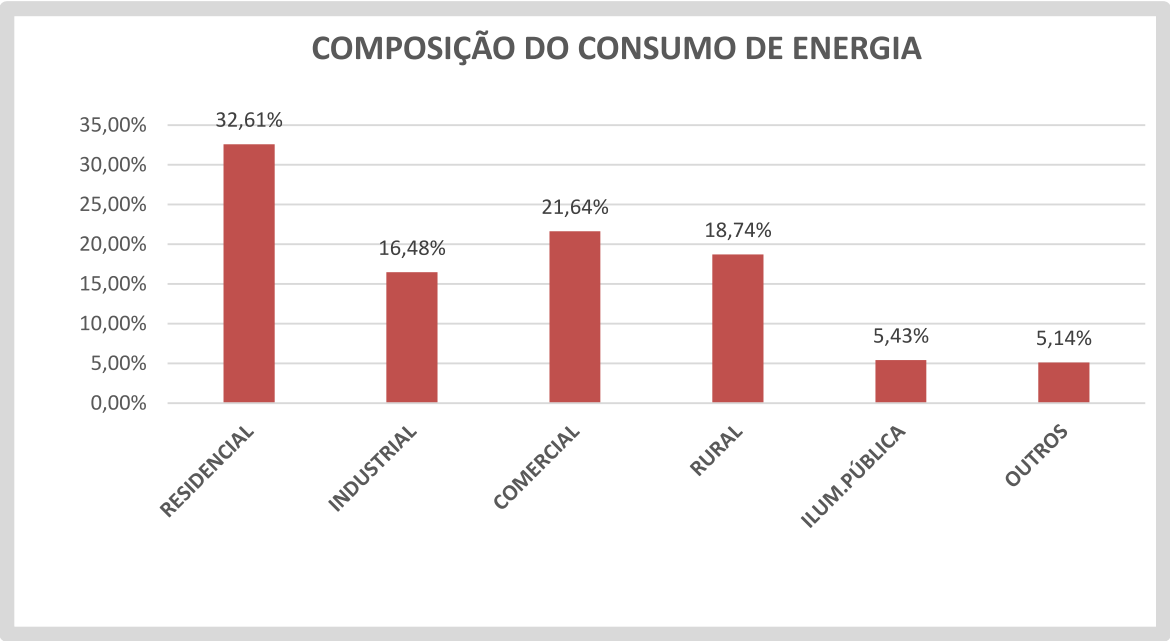
4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A **IGUAÇU ENERGIA** manteve em 2018, teve aumento praticamente vegetativo no seu mercado de energia, visto a migraçao de consumidores para o Mercado Livre, bem como o aumento de consumidores com Microgeração.

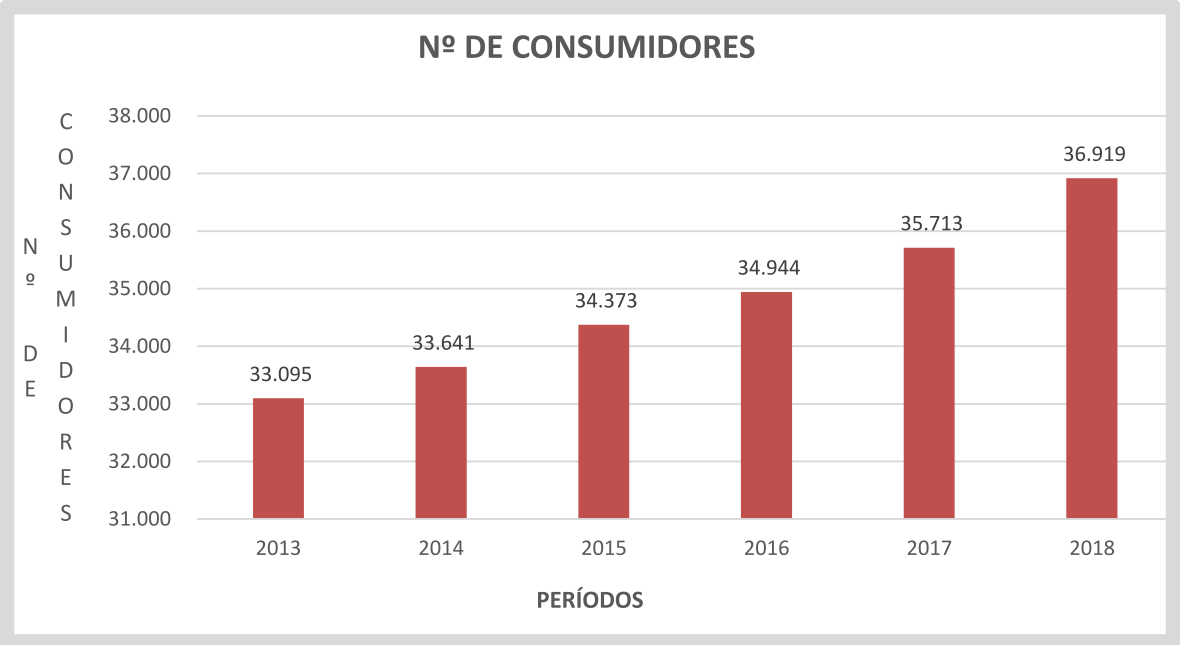


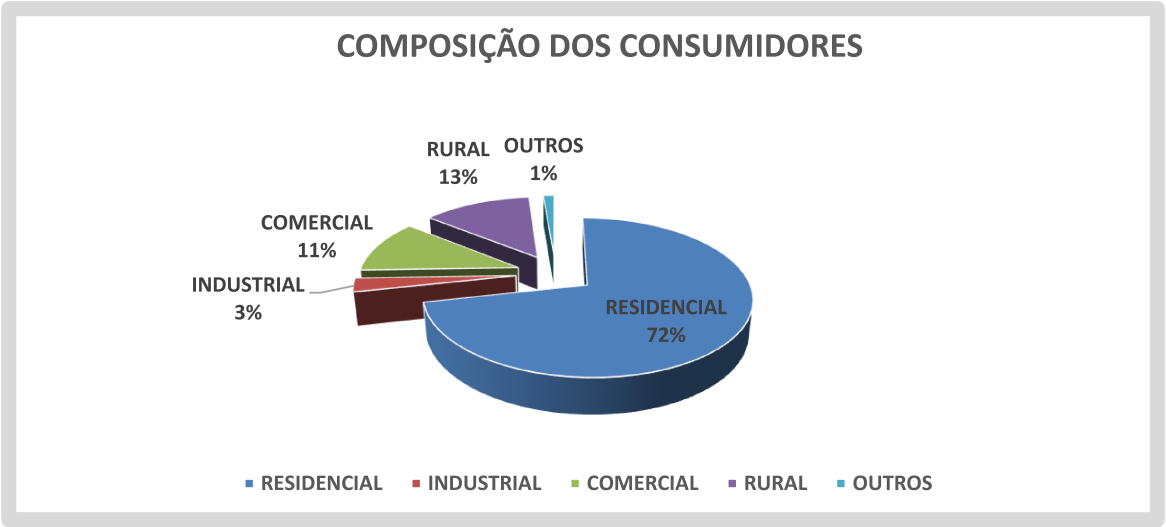


IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755
Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301
www.ienergia.com.br

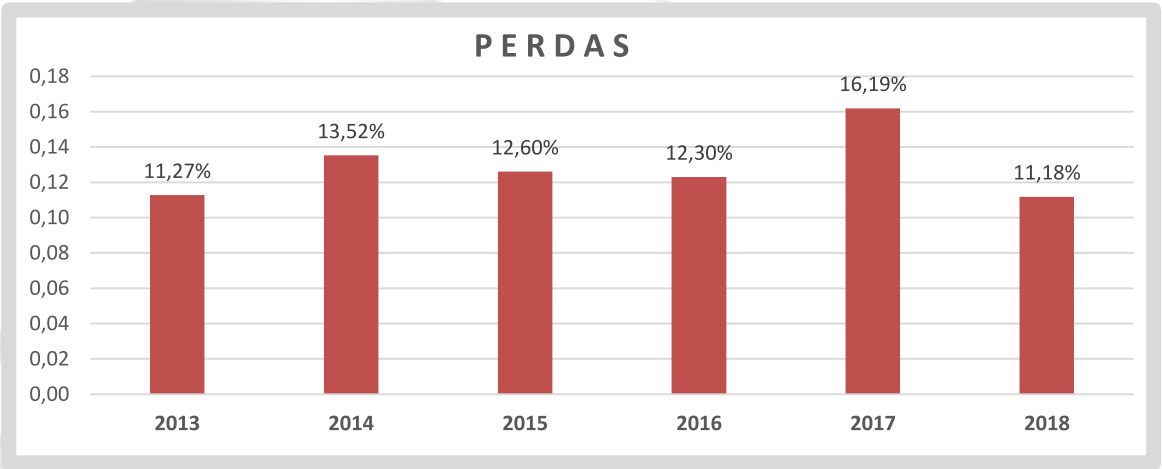


Foram incorporados ao mercado 1.206 novos consumidores, totalizando no final do ano **36.919,** com um acréscimo de 1,03% em relação ao ano de 2017.





As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 38.942 MWh, representando um percentual de 11,18%, demonstrando a redução significativa e o resultado fruto dos efeitos dos investimentos feitos pela **IGUAÇU ENERGIA** nos ultimos 4 anos e na busca incansavel da qualidade do serviço de distribuição de energia.



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A **IGUAÇU ENERGIA** atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e parte de Bom Jesus e Ipuaçu, totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 80.000 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL		
ANO	KWh/Habitante	KWh/Consumidor
2008	2.333	6.668
2009	2.449	6.814
2010	2.546	6.883
2011	2.648	6.773
2012	2.691	6.645
2013	2.466	5.960
2014	2.573	6.221
2015	2.599	6.049
2016	2.370	5.427
2017	2.266	5.077
2018	2.316	5.019

4.2 - RECURSOS HUMANOS

O número de empregados da **IGUAÇU ENERGIA** em Dezembro de 2018 foi de 114. A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

ANO	N. DE EMPREGADOS	VARIAÇÃO	Nº Consumidores/Empregado	MWh/Empregado
2008	122		228	1.530
2009	103	-15,57%	279	1.902
2010	94	-8,74%	315	2.169
2011	104	-10,64%	301	2.038
2012	107	2,80%	303	2.284
2013	113	5,61%	222	1.176
2014	115	1,77%	292	1.016
2015	123	6,50%	279	1.690
2016	117	-4,88%	299	1.621
2017	116	-0,86%	308	1.563
2018	114	-0,98%	324	1.625

5 - INADIMPLÊNCIA

Registramos, face a conjuntura política/financeira que atravessa o País, a continuação de considerável nível de INADIMPLÊNCIA no patamar de mais de R$ 1,7 milhões de reais registrados em 31 de dezembro de 2018.

IGUAÇU ENERGIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3.059.035,43	2.929.652,11
Contas a Receber de Clientes.....	27.904.469,14	18.463.954,53
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	15.985,72	7.079,85
Estoques.....	572.180,81	548.400,58
Serviços Pedidos em Curso.....	625.070,43	119.939,23
Adiantamento a Fornecedores.....	12.000,00	867.436,23
Exposição Involuntária.....	916.404,50	535.782,92
Outros Créditos a Receber.....	222.699,12	215.052,92
	33.327.845,15	**23.687.298,37**
NÃO-CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais.....	31.340.583,02	29.531.399,57
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	24.115,70	10.001,58
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	2.070.976,39	2.063.659,02
Ativo Financeiro da Concessão.....	5.428.344,24	5.369.824,33
Intangivel.....	24.128.895,43	23.936.069,80
	62.992.914,78	**60.910.954,30**
TOTAL DO ATIVO.....	**96.320.79,93**	**84.598.252,67**

	2018	2017
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	8.025.513,88	6.990.582,61
Empréstimos e Financiamentos.....	536.411,55	869.983,23
Folha de Pagamento.....	547.713,83	475.358,58
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	17.916.253,67	11.361.688,45
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	86.260,57	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	1.958.871,04	1.732.474,20
Encargos do Consumidor.....	4.577.724,61	5.357.181,56
Passivos Financeiros Setoriais.....	11.940.959,41	7.960.573,45
Outras Contas a Pagar.....	1.078.206,66	669.976,14
	46.667.915,22	**35.504.078,79**

NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos.....	718.346,81	1.033.284,03
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	425.117,20	2.516.424,82
Provisão para processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.....	34.779.068,47	32.927.235,30
Obrigações Vinculadas a Conc.e Permis.do Serv.En.El...	3.125.278,19	3.463.394,32
Outras Contas a Pagar.....	35.175,12	28.524,15
	39.082.985,79	**39.968.862,62**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social.....	6.387.636,00	6.387.636,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.286.575,36	1.286.575,36
Recursos Destinados a Aumento de Capital.....	539.506,00	199.800,63
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	1.898.877,61	794.035,32
	10.569.858,92	**9.125.311,26**
TOTAL DO PASSIVO.....	**96.320.759,93**	**84.598.252,67**

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	2018 Societário	2018 Regulatório	Conciliação	2017 Societário	2017 Regulatório	Conciliação
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa.	3.059.035,43	3.059.035,43	0,00	2.929.652,11	2.929.652,11	0,00
Contas a Receber de Clientes..	27.904.469,14	27.904.469,14	0,00	18.463.954,53	18.463.954,53	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	15.985,72	15.985,72	0,00	7.079,85	7.079,85	0,00
Estoques.....	572.180,81	572.180,81	0,00	548.400,58	548.400,58	0,00
Serviços Pedidos em Curso.....	625.070,43	625.070,43	0,00	119.939,23	119.939,23	0,00
Adiantamento a Fornecedores.	12.000,00	12.000,00	0,00	867.436,23	867.436,23	0,00
Exposição Involuntária.....	916.404,50	916.404,50	0,00	535.782,92	535.782,92	0,00
Outros Créditos a Receber.....	222.699,12	222.699,12	0,00	215.052,92	215.052,92	0,00
	33.327.845,15	**33.327.845,15**	**0,00**	**23.687.298,37**	**23.687.298,37**	**0,00**
NÃO-CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos Judicias.....	31.340.583,02	31.340.583,02	0,00	29.531.399,57	29.531.399,57	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	24.115,70	24.115,70	0,00	10.001,58	10.001,58	0,00
I. Renda e C. Social Diferidos..	2.070.976,39	2.070.976,39	0,00	2.063.659,02	2.063.659,02	0,00
Ativo Financ. Ind. de Conces...	5.428.344,24	0,00	5.428.344,24	5.369.824,33	0,00	5.369.824,33
IMOBILIZADO.....	0,00	49.325.755,40	(49.325.755,40)	0,00	48.988.609,77	(48.988.609,77)
INTANGÍVEL.....	24.128.895,43	21.558,99	24.107.366,44	23.936.069,80	37.417,22	23.898.652,58
	62.992.914,78	**82.782.989,50**	**(19.790.074,72)**	**60.910.954,30**	**80.631.087,16**	**(19.720.132,86)**
TOTAL DO ATIVO.....	**96.320.759,93**	**116.110.834,65**	**(19.790.074,79)**	**84.598.252,67**	**104.318.385,53**	**(19.720.132,86)**

DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores Expressos em Reais

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	**84.535.726,31**	**75.231.894,51**
CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(34.754.179,77)	(32.473.017,21)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.	(27.334.445,17)	(18.794.065,53)
Pessoal.....	(14.272.402,02)	(13.517.691,76)
Material.....	(974.016,20)	(1.276.081,22)
Serviço de Terceiros.....	(2.714.182,90)	(2.800.329,66)
Depreciação e Amortização.....	(1.467.211,24)	(1.268.105,14)
Aluguéis e Leasing.....	(766.731,16)	(737.971,36)
Outros.....	(1.318.638,21)	(518.052,22)
	(83.601.806,67)	**(71.745.314,10)**
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.....	**933.919,64**	**3.486.580,41**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras.....	1.618.865,02	1.360.621,48
Despesas Financeiras.....	(1.461.466,70)	(2.309.777,00)
	157.398,32	**(949.155,52)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Outras Receitas e Despesas na Desativação/Alienação.....	**(337.059,39)**	**(328.933,85**
RESULTADO OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	**1.091.317,96**	**2.537.424,89**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente.....	(331.519,17)	(702.911,70)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido.....	345.433,50	(227.543,73)
	13.924,33	**(930.455,43)**
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	**1.104.842,29**	**1.606.969,46**

6 - FATOS SUPERVENIENTES

Finalmente, não podemos deixar de registrar, neste relatório, os reconhecimentos:

Pela ANEEL, em março de 2019

a) da qualidade do serviço prestado e eficiência na gestão econômica financeira, referente ao ano de 2016 conforme publicação de 19.03.2019;
b) da qualidade do serviço prestado e eficiência na gestão econômica financeira, referente ao ano de 2017 conforme publicação de 26.03.2019;
c) finalista do PRÊMIO OUVIDORIA constante do Oficio n. 08/2019 a ser entregue em 15.05.2019, em Vitoria, ES.

Pelo Município de Xanxerê, em março de 2019

a) Troféu de 2º lugar na Classificação Geral Movimento Econômico no Município de Xanxerê – Ano Base 2017, exercício de 2018.

7 - PARECER DA DIRETORIA

A **IGUAÇU ENERGIA** mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a **IGUAÇU ENERGIA** revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a **IGUAÇU ENERGIA** apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a **IGUAÇU ENERGIA** vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial e o empenho de suas equipes tecnicas e administrativa.

Desejamos finalmente consignar, voto de louvor e agradecimento à competência e dedicação de todos nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições, em pról do engrandecimento da empresa e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Salles Leite Filho – Diretor

Ana Paula Torres – Diretora

Antonio Claudio Baldissera – Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68